

Boletim da Sociedade

nº 54

*Órgão Informativo da
Sociedade
Numismática Brasileira*



2º Semestre - 2004

Sociedade Numismática Brasileira

Fundada em 1924

Claudio Patrick Amato

Presidente

Claudio Marcos Angelini

Vice-Presidente

José Alberto Borges da Cruz

Diretor Financeiro

David André Levy

Diretor Administrativo

Marcelo Germinário

Diretor Técnico

Fábio de Souza

Diretor Curador

Walter Arruda de Menezes

Diretor de Divulgação

Edição, projeto gráfico e editoração eletrônica: Fábio de Souza

Impressão: Vallilo Gráfica e Editora - Tel.: (11) 3208-5284

Tiragem: 1.200 exemplares.

Responsável: Pedro Zan - Reg. MTB nº 10.891

Colaboradores: Alfredo Schönberger, Claudio Schroeder, Fábio de Souza, David Levy, Jairo Luiz Corso.

Capa: Medalha da Fundação da SNB, projetos de 1924 para esta medalha, e fotografia do prédio da sede (c.1930).

Página de apresentação: Gravura do livro holandês “*Histoire Metallique des XVII Provinces des Pays-Bas*”, Gerard Van Loon, 1732, Tomo II (Biblioteca da SNB). (Gravura colorida digitalmente por Fábio de Souza)

- O teor das matérias publicadas neste boletim é de inteira responsabilidade de seus autores;
- As matérias enviadas para publicação neste órgão deverão ser de caráter numismático e encaminhadas em arquivo **.doc** (*Word for Windows*), sem formatação, com imagens em cópia fotográfica;
- Para reprodução dos artigos publicados é necessária a autorização do autor e citação da fonte.



Sumário

Palavras do Presidente 05

Claudio Patrick Amato

Gerard Van Loon e a Medalhística do Brasil Holandês 06

Fábio de Souza

A Cunhagem a Vapor para a Casa da Moeda do Rio de Janeiro nos “Brasis” 30

David Levy

Sociedade Numismática Brasileira - 80 anos 41

Claudio Schroeder

O Alfabeto Glagolítico (Quarta Parte) 69

Alfredo Schönberger

Carimbos Primitivos do Império 72

José Serrano Neto / Fábio de Souza



Sumário (cont.)

**Peças Inéditas na
Numismática Brasileira** 84

Fábio de Souza / Claudio Schroeder

Quanto Pesa o Peso 88

Jairo Luiz Corso

**Dois Jetons da Guerra
de Independência Holandesa** 94

Alfredo Schönberger

**Projeto Cultural SNB
Biênio 2003-2004** 96

S.N.B.

Notas Informativas 157

S.N.B.



Palavras do Presidente

Caros Associados,

Neste último Boletim da nossa gestão estamos efetuando uma prévia da prestação de contas aos que, há dois anos atrás, confiaram nas nossas propostas.

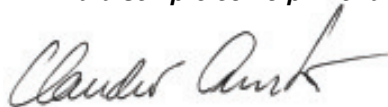
Mais do que fazer a reforma na sede, tornar mais atrativos e funcionais os leilões, criar um novo e interativo site, comprar novos equipamentos de computação e programas licenciados, comprar novos móveis, reativar a parte educacional promovendo palestras, exposições e congressos, lançar um número recorde de medalhas ou efetuar o levantamento das coleções e livros da biblioteca, essa diretoria mudou, de maneira definitiva, a forma com que a Sociedade Numismática Brasileira deve e pode ser dirigida.

Desde o início do nosso trabalho, foram previstos todos os passos dessa revolução. Na área administrativa foram implantadas modernas técnicas de planejamento e controle de custos, novos procedimentos foram adotados e novos e melhores contratos com os fornecedores foram sendo construídos. Na área da comunicação com os associados, criamos e distribuímos várias edições do informativo “Noticias da Sociedade” além de quatro edições do Boletim da SNB, fato só atingido na época do saudoso César Ferrari.

Recentemente, por força da necessidade legal de adaptar nosso Estatuto Social ao novo Código Civil, efetuamos nessa verdadeira “Constituição” da S.N.B. um aperfeiçoamento e uma atualização completa, talvez como nunca tenha sido feita antes, ampliando as perspectivas futuras e os horizontes da mais tradicional e ativa instituição de colecionadores do Brasil.

Tudo o que foi conseguido foi feito à base de muito trabalho, principalmente dos membros da diretoria que dedicaram muitas horas do seu precioso tempo à S.N.B. Convém lembrar que essa diretoria se manteve unida durante toda a gestão, sem substituições ou defecções, o que talvez se constitua num fato inédito, pelo menos nos últimos 20 anos. Muitos associados também deram sua contribuição para o êxito desse processo e, como sempre, alguns poucos tentaram de tudo para que esse êxito não fosse alcançado.

Dessa forma e com a consciência do dever cumprido, ficamos imaginando como se sentiriam agora os 22 companheiros que, em 1924, fundaram essa magnífica instituição e que colocaram num dos projetos da medalha da fundação, a legenda que estamos resgatando 80 anos depois e que nunca esteve mais certa do que hoje: **“Sociedade Numismática Brasileira - Brilhará sempre como primeira”**



Claudio Patrick Amato

Presidente da S.N.B

Gerard Van Loon e a Medalhística do Brasil Holandês

Fábio de Souza

 São muito excassas as informações biográficas de Gerard Van Loon. Historiador e numismata holandês, nascido a 17 de janeiro de 1683 em Delft e falecido em 29 de agosto de 1758 em Leiden, publicou entre as décadas de 1720 e 1730 a sua obra mais famosa, considerada hoje fundamental para o estudo da cunhagem dos Países Baixos - *“Histoire Metallique des XVII Provinces des Pays-Bas”*.

Notável não apenas pelo seu conteúdo histórico, mas também pela gravação de excepcional qualidade técnica e artística de suas ilustrações, sua obra é composta de três partes e dividida em cinco volumes, abrangendo o registro histórico em medalhas, jetons e moedas obsidionais e de necessidade desde a abdicação de Carlos V (1555-56) até 1716, sendo de grande importância para o estudo numismático da época da dominação holandesa no nordeste brasileiro, visto que somente a medalhística holandesa registra este período da história colonial brasileira, que começa em maio de 1624 com a tomada da Bahia pelo almirante Jacob Willekens (embora esta primeira vitória fosse de curta duração - um ano), e novamente em 1630 após o ataque de Pernambuco, nesta segunda vez permanecendo por 24 anos. Anteriormente a este período de conquista, já entre 1570 a 1580 haviam os Holandeses freqüentado os mares do Brasil.

Outro detalhe interessante e digno de nota sobre a obra de Van Loon é que ela amplia de forma excepcional e corrige alguns enganos existentes em outros livros clássicos sobre medalhas holandesas do mesmo período, que são as obras de Bizot (*“Histoire Metallique de la République de Hollande”*, Amsterdam - 1687) e Le Clerc (*“Histoire des Provinces-Unies des Pays Bas, avec les principales medailles et leur explication”*, Amsterdam - 1723).

O objetivo deste artigo é realizar um levantamento, comparações e comentários dos registros das medalhas com temática Brasileira existentes nesta obra. Para isso foi utilizada uma rara edição original da obra de Van Loon existente na biblioteca da SNB, e apontamentos de outras obras clássicas, entre elas a primeira edição do catálogo de medalhas da Viscondessa de Cavalcanti (1889).



Gravura de Gerard Van Loon publicada no
"Histoire Metallique des XVII Provinces des Pays-Bas"

1596

Expedições Comerciais Holandesas



Gravura - Van Loon



Foto do Exemplar

Medalha comemorando as expedições comerciais dos Holandeses. Em 1596, estando eles em guerra contra o rei da Espanha e de Portugal, uma das diversas expedições que fizeram foi à América Portuguesa para trazerem pau-brasil, o que conseguiram com a convívência dos portugueses da colônia, apesar das ordens severas do rei.

Anverso: Netuno sobre um golfinho, segurando na mão um tridente; ao longe uma cidade e navios, sendo iluminadas por raios de luz vindos da palavra “Jeová”;

Reverso: Círculo com os nomes e armas de Alkmaar, Hoorn, Enkhuyzen, Medemblik, Edam, Monnikendam e Prumerend. Dois leões sustentando uma coroa por cima das armas da Frísia Ocidental.

SIDERE PROFINICIANT DEXTRO NEPTUNIA REGNA. 1596

(“Que o império do mar prospere sob uma feliz constelação”.)

CISRHENANÆ INSIGNIA FRISIÆ

(“As armas da Frísia neste lado do Reno”.)

1596

Expansão Marítima Holandesa



Gravura - Van Loon

Este jeton comemora a expansão marítima holandesa e seu florescente comércio. A peça apresenta o episódio de Árion e do Delfim. Arion jogado ao mar pelos marinheiros na viagem de Tarento a Corinto é levado até o Cabo Matapam no dorso por um delfim que se encantara com o som de sua lira.

Anverso: Representação de Árion tocando sua lira sobre o delfim; ao longe uma cidade e um navio, encimado pela palavra “Arion”;

Reverso: Armas da província da Zelândia.

NUNC SPE, NUNC METU. 1596

(“Ora a esperança, ora o medo”- são palavras que o marinheiro comumente dizia porque se perdido no mar encontrará um barco, um mastro ou uma tábua que o levará à terra como o delfim de Árion.)

LUCTOR ET EMERGO

(“Eu luto e permaneço”).

Comentários: é importante ressaltar que estas duas peças de 1596 não podem ser classificadas como pertencentes a “ocupação holandesa” no Brasil, por haverem sido cunhadas antes da invasão de Salvador em 1624.

Estes exemplares são mencionados no famoso catálogo da Viscondessa de Cavalcanti, mas consideradas por muitos alheias a medalhística nacional, por não rememorar fatos diretamente relacionados a região do Brasil (o tipo de anverso existente na realidade é uma alusão aos perigos das viagens marítimas prolongadas). Entretanto Van Loon afirma no trecho sobre o crescente comércio que trazia grandes riquezas à Holanda vindas de regiões distantes: *“D’autres allerent au Brezil pour y chercher le Bois qui porte le nom de cette vaste Province”* (Outros foram para o Brasil para procurar a madeira que leva o nome desta vasta Província).

GERARD VAN LOON E A MEDALHÍSTICA DO BRASIL HOLANDES

1598

Viagens Ultramarinas



Gravura - Van Loon

Medalhas deste tipo costumavam ser dadas aos almirantes que realizavam viagens a ultramar, como nas realizadas ao Brasil. Van Loon menciona na descrição deste exemplar: (...) *On envoya encore un grand nombre de Bâtiments au Brésil, à Del-Mina, en Guinée, & sur d'autres côtes de l'Afrique & de l'Amerique; (...)*

Anverso: Armas do Conselho da Marinha da Holanda Setentrional / Frísia Ocidental.

Reverso: Legenda alusiva aos perigos encontrados nas grandes viagens marítimas.

SACRA ANCHORA CHRISTUS
 ("Cristo é nossa âncora sagrada".)

P P P – (PUGNO PRO PATRIA)
 ("Combatemos pela Pátria".)

QUI NAVIGANT MARE NARRANT PERICULUM EJUS QUOD
 AUDIENTES AURIBUS NOSTRIS ADMIRAMUR. MDXCVIII

("Aqueles que procuram o mar contam os perigos disto, e como que batendo em nossas orelhas nos enchem de surpresa. 1598")



Navio holandês retornando do Brasil, em 1605, com carregamento de açúcar.

1599

Expedição do Almirante Van der Does



Gravura - Van Loon

As Províncias Unidas, atribuindo o sucesso da expedição do almirante Van der Does a Deus, e depois ao próprio almirante e a seus companheiros, mandam cunhar esta medalha que faz uma alusão a uma das mais célebres lendas da mitologia grega.

Jasão foi enviado por Pélias numa expedição ao fim do mundo, a fim de recobrar o Velocino de Ouro, emblema de soberania. Reuniu uma tripulação de heróis valentes que lhe acompanharam no navio Argo por viagens fantásticas nos mares desconhecidos, e ajudados pelos Deuses do Olimpo, conseguem ultrapassar inúmeros obstáculos, por fim conquistando o Velocino.

Nesta medalha é possível encontrar também uma menção a mitologia romana: é representado em seu anverso dois bustos do Deus Termo (Terminos), vingador das usurpações, protetor dos limites e da propriedade privada (que zelava, inclusive, pelos limites de Roma e das suas províncias). Nesta medalha Termo tem o significado de mostrar que graças a proteção divina, os holandeses tinham impostos limites às invasões dos espanhóis.

Anverso: Representação do navio Argo, na qual em uma das velas lê-se a palavra “Jeová”;

Reverso: Palavra “Jeová” entre dois bustos do Deus Termo sobre as ilhas de Bommel e Thiel.

EN ANTERA QUÆ VEHAT ARGO (selectos heroes)

(“Aqui está outro navio Argo” - que leva alguns heróis escolhidos.)

SIC NESCIA CEDERE FATA. MDIC

(“Isto mostra como o destino é imutável. 1599”)

1624

Comemoração da Tomada da Bahia

Medalha comemorativa da tomada da Bahia pelo Almirante Willekens e das vitórias do Almirante Hermite no Perú. Homenagem a Maurício de Nassau, príncipe de Orange, Governador das Províncias Confederadas.

A frota holandesa destinada à conquista da Bahia foi armada do decorrer do ano de 1623. Compunha-se de 23 navios e alguns iates. O comando foi dado ao almirante Jacob Willekens que veio acompanhado do vice-almirante Pieter Pieterszoon Heyn e das forças de desembarque ao general Jan Van Dorth. Em maio de 1624 lançaram âncora na baía de Todos os Santos e tomaram a cidade depois de dois dias de brava resistência dos seus habitantes que tiveram que ceder ao adversário mais poderoso. O governador, D. Diogo de Mendonça, foi aprisionado. Mas parte da população refugiou-se no interior onde começou a organizar a resistência e o contra-ataque que teve como resultado a expulsão dos invasores um ano depois.



Ataque da armada holandesa a Salvador em 1624 .



Gravura - Van Loon



Foto do Exemplar

Anverso: Busto do príncipe Maurício de Nassau-Orange, de frente, circundado por sete cartuchos com os escudos das sete Províncias Unidas, cujos nomes aparecem em fitas embaixo de cada uma (“Gelria”, “Holan”, “Zeelan”, “Trahec”, “Frisia”, “Transi”, “Groeni”);

Reverso: Dentro de uma grinalda formada por dois ramos de louro (representando as duas vitórias), as armas do príncipe Maurício.

MAURITIUS, Dei Gratia, PRINCEPS AURICÆ, COMES NASSOVIAE ETC.
PROVINCiarum CONFOederatarum GUBernator

(“Maurício, pela graça de Deus, príncipe de Orange, conde de Nassau, etc., governador das Províncias Confederadas”)

Observação: Para melhor compreensão acerca da semelhança de nomes, príncipe Maurício (1567-1625) representado nesta medalha, era o filho de Guilherme, o Taciturno (1533-1584), este por sua vez chefe da revolta que separou os Países Baixos do reino da Espanha. Curiosamente o príncipe Maurício veio a ser padrinho do conde João Maurício de Nassau-Siegen, nascido em 1604, e que viria para o Brasil em 1637 como Governador Geral pela Cia. das Índias Ocidentais.

Senhores da cidade de Salvador, os holandeses viam com inquietação que no interior o adversário preparava-se para um ataque em regra à Cidade. A alma do ousado empreendimento era o bispo da Bahia, D. Marcos Teixeira. O movimento de terra teve o apoio dos navios espanhóis e portugueses comandados por D. Toledo Osório. A 28 de abril de 1625 a cidade foi retomada e os holandeses expulsos.

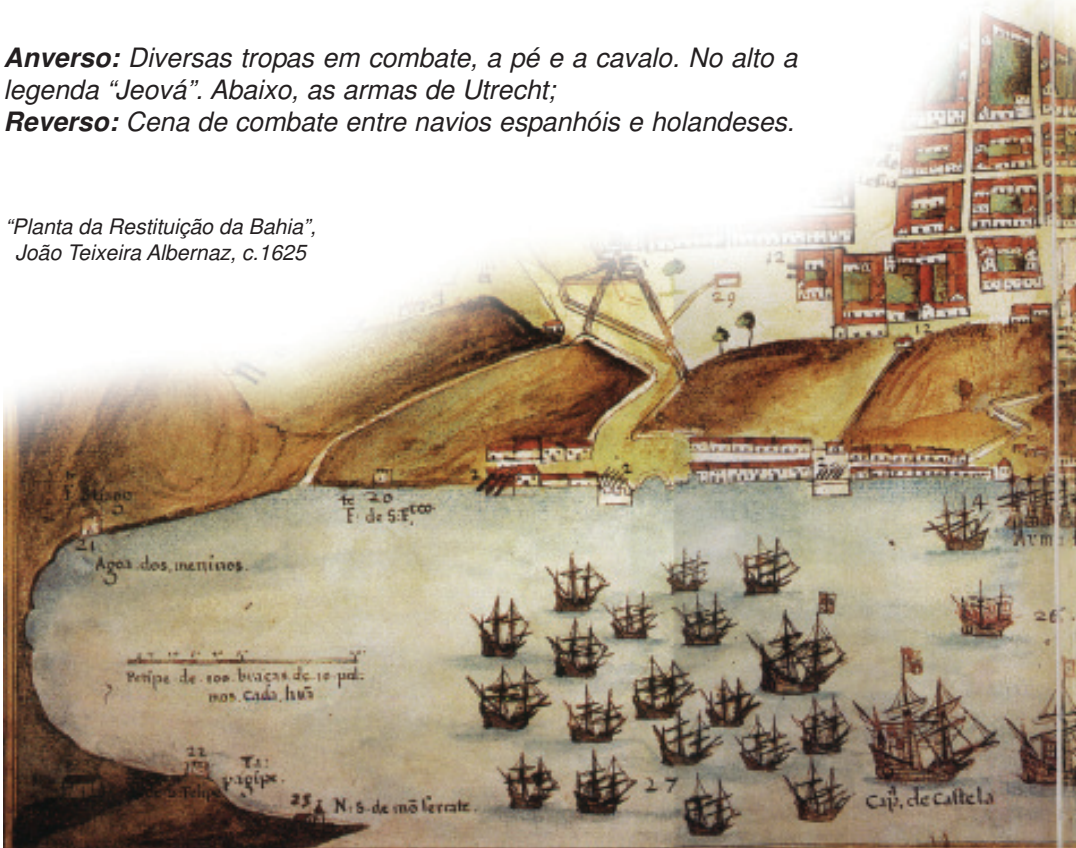
A tomada da Bahia em 1624 levava ao delírio de alegria o povo das Províncias Unidas. Por isso tanto mais abatido ficou em 1625 com a retirada do Brasil, juntando-se a esta derrota várias outras nos Países Baixos.

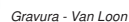
Este Jeton foi distribuído em Utrecht depois destes acontecimentos, como forma de levantar o ânimo da população.

Anverso: *Diversas tropas em combate, a pé e a cavalo. No alto a legenda “Jeová”.*

Reverso: *Cena de combate entre navios espanhóis e holandeses.*

“Planta da Restituição da Bahia”,
João Teixeira Albernaz, c.1625





CONFORTAMINI DEO CONFIDENTES. 1626

(“Tenha coragem. Ponha toda a confiança em Deus. 1626”)



Homenagem ao Almirante Pieter Heyn
por ocasião da sua morte

Pieter Heyn é um dos heróis cujo nome é lembrado e venerado até hoje na Holanda.

Os acontecimentos memoráveis em que figurou transformaram-no em um personagem quase lendário. Em 1624 veio ao Brasil na frota do almirante Willekens. Em 1627, em maio, entrou em combate com a frota hispano-portuguesa nas costas do Brasil capturando vários barcos com precioso carregamento; em julho tomou alguns navios bem carregados e perturbou o tráfico marítimo nas águas da Bahia durante quatro semanas. Em 1628 aprisionou a frota espanhola carregada de prata realizando o sonho de todos os capitães pertencentes a esquadra holandesa. A captura da frota da prata rendeu 15 milhões de florins à Companhia das Índias Ocidentais. Com este feito memorável, que ofuscou os holandeses da época, ele é lembrado até hoje nas cantigas das crianças:

*Piet Heyn, Piet Heyn, zijn naam is klein
Zijn daden benne grot
Hij overwon de zilvere vloot.*

Pieter Heyn morreu lutando contra os piratas de Dunquerque.



Gravura de Cornelis van Kittensteijn (séc. XVII)
retratando Pieter Pieterszoon Heyn e seus feitos.



Gravura - Van Loon



Foto do Exemplar

Anverso: Retrato do almirante de meio corpo, de frente, segurando o bastão do almirantado. Na orla legenda aberta a buril.

Reverso: Ao centro, e acima, aberto a buril, a vista dos navios sob comando de Pieter Heyn.

AFBELLDINGE Van den VERMAERDEN HELT PIETER
PIETERsZoon HEYN, Admiraal

("Retrato do famoso herói Almirante Pieter Pieterszoon Heyn")

Observação: Alguns autores brasileiros apontam a cena no reverso desta medalha como sendo a frota de Pieter Heyn em Salvador, porém, segundo Van Loon, a povoação que aparece logo atrás da frota seria na verdade a costa de Flandres.

1631

Tomada de Pernambuco

No dia 15 de fevereiro de 1630, apresentou-se ameaçadora, frente ao Recife, a poderosa esquadra holandesa ao comando do almirante Hendrick Loncq. Compunha-se de 50 navios e um total de 7.000 homens. Os holandeses sabiam que o irrisório efetivo luso-brasileiro não poderia cobrir toda a costa pernambucana e que os defensores não haviam recebido reforços da Metrópole.

Enquanto a maior parte da esquadra duelava com Recife, 16 navios com 3.000 homens velejaram para o norte, sob o comando do coronel Waerdenburg, e desembarcaram, tranqüilamente, sem nenhuma reação, na desguarnecida praia de Pau Amarelo.

No dia 16 de fevereiro, pela manhã, os holandeses iniciaram a progressão rumo a Olinda com três regimentos. A resistência em Olinda foi feroz, mas desigual. O Recife foi atacado em 20 de fevereiro e o Forte São Jorge reagiu bravamente sob a liderança de Antônio Lima. Os holandeses atacaram o Forte São Jorge em 1º de março. Para esmagar este forte e seus bravos defensores, concentraram uma



Ao lado, retrato do Almirante Hendrick Loncq
(gravura de Wilhem Hondius - séc XVII)



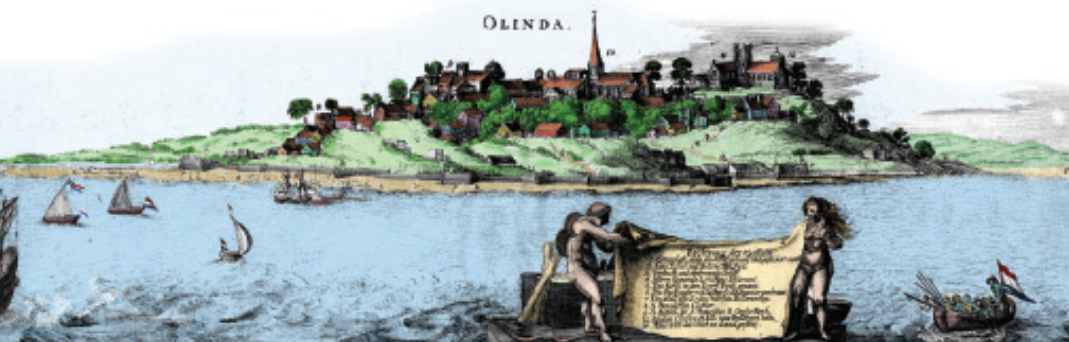
tempestade de granadas, lançadas de canhões do mar e terra. Os pernambucanos não desanimaram, redobram em coragem e firmeza, repelindo todos os ataques durante um dia. A 2 de março, após algumas horas de bombardeio, Antônio Lima verificou que se haviam desmoronado as muralhas do forte, tinham sido desmontados os canhões, com grande número de mortos e feridos entre seus homens, em função do fogo inimigo.

Após a rendição do Forte São Jorge, os holandeses, esperando ansiosamente a rendição de numerosa guarnição, ficaram surpreendidos e desconcertados, quando viram sair das ruínas, altivo, o bravo Antônio Lima, acompanhado de meia dúzia de sobreviventes. Recife foi ocupada a 3 de março de 1630, após 15 dias de resistência memorável e comovente.

Anverso: Busto de Frederick Henrik, Príncipe de Orange, e sobre sua cabeça Marte e Vitória seguram uma coroa de louros. Abaixo, da vista da cidade de sHertogenbosch;

Reverso: Dois anjos sustentam uma coroa de louros por cima do Leão Belga. À Direita, a Prudência tendo em mão uma serpente, e à esquerda, a Consância, que carrega uma coluna. Abaixo dessas figuras, encontramos quatro diferentes cenas, que representam a cidade Grol, a tomada da chamada "Frota de Prata", a conquista de Wezel e Pernambuco, com os anos desses acontecimentos. As iniciais "AVDW" são atribuídas ao gravador Adrien van der Willighen.

*Abaixo, vista panorâmica da tomada de Olinda e Recife em 1630
(Matheus Merian - "Historia Antipodum sive Novi Orbis" - 1634)*





*Príncipe Frederick Henrik
de Nassau-Orange (1584-1647)*



Foto do Exemplar

AUREA CONDET SÆCULA
("Ela fará nascer a idade de ouro")

AUPICIIS ADSIT VICTRIX CONCORDIA
("Que a vitória harmoniosa seja unida com o poder supremo")



Gravura - Van Loon

Vitória do Almirante Oquendo

A frota do Almirante Oquendo que a corte espanhola mandou ao Brasil depois da tomada de Pernambuco pelos Holandeses iniciou a batalha contra o almirante Pater em 12 de setembro de 1630, nas costas do Brasil, à leste de Abrolhos. Tanto os espanhóis como os holandeses consideraram-se vitoriosos nesta sagrada batalha em que pereceu o almirante das Províncias Unidas.

Os espanhóis comemoraram sua vantagem através de uma medalha e um jeton, fazendo uma alusão ao episódio bíblico de Sansão e do leão:

(...) Desceu, pois, Sansão com seu pai e com sua mãe a Timnate. E, chegando ele às vinhas de Timnate, um leão novo, rugindo, saiu-lhe ao encontro.

Então o Espírito do Senhor se apossou dele, de modo que ele, sem ter coisa alguma na mão, despedaçou o leão como se fosse um cabrito. E não disse nem a seu pai nem a sua mãe o que tinha feito.

Depois desceu e falou àquela mulher; e ela muito lhe agradou. Passado algum tempo, Sansão voltou para recebê-la; e apartando-se de caminho para ver o cadáver do leão, eis que nele havia um enxame de abelhas, e mel.

E tirando-o nas mãos, foi andando e comendo dele; chegando aonde estavam seu pai e sua mãe, deu-lhes do mel, e eles comeram (...)

Queriam com isto os espanhóis dizer que não tardariam a arrancar da boca do Leão Belga (holandeses) as doçuras (açúcar) que o Brasil produz.

PHILIPpus IIII, HISPaniarum INDIARumque REX CATHOLICUS. 1631

(“Filipe IV, rei católico da Espanha e das Índias. 1631”)

DULCIA SIC MERUIT

(“É assim que mereceram as doçuras”)

Medalha:



Gravura - Van Loon



Foto do Exemplar

Jeton:



Gravura - Van Loon



Foto do Exemplar

O cerco ao Arraial do Bom Jesus, comandado por Christoff Arcizewski, iniciado em três de março de 1635:

O Arraial do Bom Jesus capitulou no dia oito de Junho de 1635, depois de um rigoroso assédio e bombardeio de três meses. “... Dentro do forte, como sucede em todas as praças quando o sítio começa a apertar-se, não havia animal de que não se tirasse partido para alimento. Não só os cavalos, os cães e os gatos, mas até os próprios ratos se aproveitavam. Começaram logo a escassear as munições, e não tardou a faltar a pólvora. Era chegado o momento de propor capitulação. Teve esta lugar, ao cabo de mais de três semanas de sítio, no dia 8 de junho. (...) A Companhia decretou em honra a Arcizewski uma medalha, da qual ainda se encontram exemplares na Holanda. Seguiu-se a rendição da fortaleza de Nazaré, no cabo de Santo Agostinho...” (Visconde de Porto Seguro, História Geral do Brasil).

Consolidou-se portanto a segunda e mais bem sucedida invasão holandesa no Brasil, que durou até 1654 e estendeu seus domínios de Sergipe até o Maranhão.



Retrato de Christoff Arcizewski
("Theatrum Europeum" - c. 1660)

Anverso: À direita, o Arraial do Bom Jesus cercado das fortificações holandesas. À esquerda no Outeiro do Conde, o acampamento de Christoff Arcizewski; No centro o troféu que a Companhia das Índias Ocidentais mandou levantar em honra deste capitão (uma coluna toscana de onde pendem as armas de Portugal, uma armadura, uma bandeira, um pendão, um arco, flecha, aljava, espada, uma lança e uma alabarda;

Reverso: Legenda alusiva aos feitos de Christoff Arcizewski.



Gravura - Van Loon



Foto do Exemplar

HOSTIBUS HISPANIS PROFLIGATIS ,VICTRICEM ACCIPE LAVRVM.
(Derrotado nossos inimigos espanhóis, recebemos este louro pela vitória)

HEROI GENERIS NOBILITATE, ARMORUM ET LITTERARUM SCIENTIA LONGE PRÆSTANTISSIMO, CHRISTOPHORO AB ARTISCHAU ARCISZEWSKI, REBUS IN BRASILIA PER TRIENNIUM PRUDENTISSIME FORTISSIME, FELICISSIMEQUE GESTIS SOCIETAS AMERICANA SUÆ GRATITUDINIS ET IPSIUS FORTITUDINIS AC FIDEI HOC MONUMENTUM ESSE VOLUIT. ANNO A CHRISTO NATO MDCXXXVII.

(A Companhia das Índias Ocidentais honra o herói Christoff Artichowski Arciszewski, muito famoso pela nobreza de sua raça e por sua profunda ciência na arte da guerra e das letras, imortalizando suas grandes ações, como as feitas durante três anos no Brasil com muita felicidade a partir de gestos de prudência e coragem. Este é um monumento de importante gratidão, como também do valor e da fidelidade deste grande Capitão. Ano do nascimento de Jesus Cristo de 1637)

As medalhas de Maurício de Nassau (1640 e 1658)

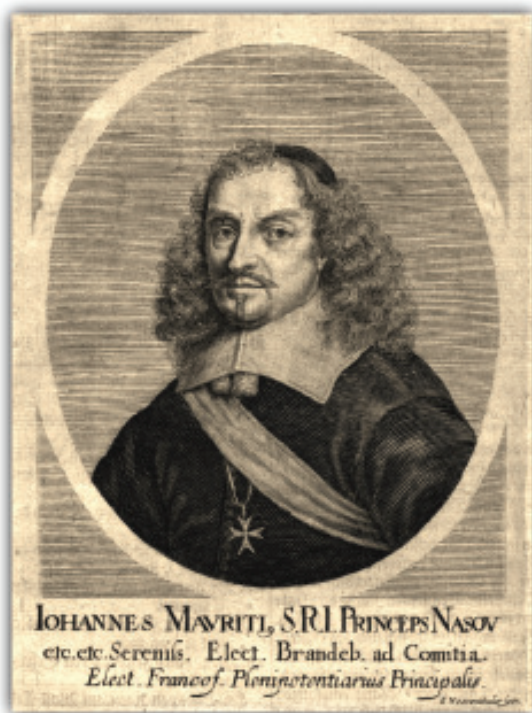
Se Pieter Heyn é lembrado até hoje na Holanda por seus feitos, o mesmo pode-se dizer no Brasil sobre o Conde Maurício de Nassau.

Nascido em 1604, realizou diversos feitos militares notáveis na Europa, aceitando a nomeação da Companhia das Índias Ocidentais para governar as recém conquistadas possessões holandesas no Brasil.

Chegou ao Recife em 1637. Durante sua administração, que durou de 1637 a 1644, fortaleceu o domínio holandês na região. Durante os primeiros anos do seu governo os domínios holandeses estenderam-se do Maranhão ao Rio São Francisco. Conquistou Porto Calvo e, em 1638, tentou apoderar-se da Bahia, mas não obteve êxito. Em 1641 tentou conquistar o norte do Brasil, apesar da trégua entre Portugal e Holanda.

Sua administração conseguiu diminuir a revolta dos luso-brasileiros, introduzindo novas técnicas na produção dos engenhos, diminuindo os impostos, além de permitir liberdade religiosa. Remodelou a cidade de Recife, construiu palácios, pontes e o observatório astronômico na ilha de Antônio Vaz, criou também a cidade de Maurícia (Mauriciopolis / Mauritzstadt).

Das realizações de Nassau destaca-se a atenção às atividades culturais. Atraiu para sua corte no Brasil médicos, muitos artistas, astrônomos, naturalistas e homens de letras.



Retrato de Maurício de Nassau
("Theatrum Europeum" - 1687)

O modo personalizado com que governava a região gerou a desconfiança da Companhia das Índias Ocidentais de que ele quisesse construir aqui um reino próprio e independente da Holanda. Os atritos entre Nassau e a Companhia geraram um rompimento e a sua demissão em 22 de maio de 1644, retornando então à Europa. Levou uma vida de intensas atividades políticas na Europa, vindo a falecer em 1679.

Nassau procurava governar adaptando-se à realidade local, conquistando simpatias através de uma política de conciliação, angariando assim prestígio. Com a sua saída houve mudanças radicais na condução da política holandesa para as possessões pernambucanas. Reiniciando novamente a luta para a expulsão holandesa, o fim de sua administração marca o declínio do domínio holandês no Brasil.

A Medalha do combate naval de 1640

No dia 19 de Novembro de 1639 a armada do governador da Bahia Dom Fernando de Mascarenhas iniciou a navegação e após muitas tempestades em 11 de Janeiro de 1640 manobrava entre Itamaracá e a Paraíba quando o seu comandante tentou fazer o desembarque da tropa. O Comandante holandês Willem Corneliszoon Loos tomou-lhe a dianteira e obrigou a entrar em combate, assim começava uma grande batalha naval ao longo da costa de Itamaracá que terminou com os holandeses vitoriosos e devido a morte de Willen Corneliszoon Loos em combate, sendo por isto substituído no comando pelos imediatos Jacob Huygens e Alderik. que no dia 17 de Janeiro comandaram no litoral da capitania do Rio Grande do Norte um novo ataque a esquadra inimiga, que apesar de sua brava resistência a mesma foi completamente aniquilada em sua capacidade de resistência, uma parte dos navios derrotados encontraram abrigo na enseada do Cabo de São Roque e outros fugiram para as Antilhas e outros escaparam para a Espanha.

A vitória sobre a frota inimiga encheu Maurício de Nassau e toda a colônia do maior orgulho e após o regresso da esquadra vitoriosa a Cidade de Recife toda a população ocorreu as ruas em grandes festividades e na Holanda a notícia foi recebida com grande orgulho e para perpetuação deste feito foi cunhada uma medalha comemorativa.

O historiador Gaspar Barleus, em sua famosa obra de 1647 sobre o Brasil Holandês “*Rerum per Octennium in Brasilia*”, faz a seguinte menção ao fato:

(...) At præclarè meriti Duces, non laudibus solum præconiisque cumulati, sed & aureo singuli numismate, in rei memoriam, donati. Ejus latus num classis naviumque imaginem exhibebat, cum hac inscriptione (...) alterum effigiem Comitis Mauriti, & appellationem (...)

(...) Os capitães que prestaram serviços de vulto foram elogiados e premiados cada um com uma medalha de ouro, comemorativa da ação. Numa das faces trazia uma representação da esquadra e das naus com esta inscrição (...) Na outra face apresentava a efigie e o nome do Conde Maurício (...)



Gravura - Van Loon



Foto do Exemplar

Johan MAURITS, GRAEF VAN NASSAU; GENERAEL VAN BRASIL.
 (“João Maurício, Conde de Nassau, Governador-Geral do Brasil”)

GOD SLOEG ‘S VIANDS HOOCHMOED,
 DEN 12. 13. 14. 17 JANuarii 1640

(“Deus abateu o orgulho do inimigo em 12,13,14 e 17 de Janeiro de 1640 ”)

A medalha em homenagem a Nassau (1658)

Em 1652 Maurício de Nassau foi elevado às honras de Príncipe do Império (Reichsfürst), em Praga, pelo imperador Fernando III. No mesmo ano veio a ser sagrado mestre-cavaleiro da Ordem de São João em Brademburgo, ordem medieval com sede na ilha de Malta, chamada de Joanitas, em cerimônia realizada no castelo de Sonnemburg. A medalha cunhada em 1658 teve o intuito de perpetuar estes acontecimentos e, segundo Van Loon, homenagear diversos outros feitos realizados, dentre os quais o de Governador do Brasil entre 1637 e 1644.



Gravura - Van Loon

JOHANNES MAURITIUS NASSAVIUS PRINCEPS.
(“João Maurício, Príncipe de Nassau”)

(Agradeço a Rejane Maria Lobo, do Museu Histórico Nacional, RJ, pela colaboração com informações utilizadas neste artigo).

Bibliografia:

- Cavalcanti, Viscondessa de - “Catálogo das Medalhas Brasileiras e das Estrangeiras Referentes ao Brasil” - 1889;
- Van Loon, Gerard - “Histoire Metallique des XVII Provinces des Pays-Bas” - 1732;
- Revista Numismática - Sociedade Numismática Brasileira - Ano XIV - nº 1-4 - 1946;
- Ferreira, Lupércio Gonçalves - “As Primeiras Moedas do Brasil” - 1987;
- Herkenhoff, Paulo - “O Brasil e os Holandeses - 1630-1654” - GMT Editores - 1999;
- Lopez, Adriana - “Guerra, Açúcar e Religião no Brasil dos Holandeses” - Ed. Senac São Paulo - 2002;
- Barleus, Gaspar - “História dos Feitos Recentemente Praticados durante oito anos no Brasil” - Tradução Claudio Brandão. Ministério da Cultura - 1940;
- Batsford Ltd. - “Seaby Coin Encyclopaedia” - 3ª Edição - 1994;
- Lucci, Elian Alabi - “História do Brasil - As origens, a colonização e a independência” - Ed. Saraiva - 1986.

A Cunhagem a Vapor para a Casa da Moeda do Rio de Janeiro nos 'Brasis'

David Levy

erca de um ano e meio atrás tive contato com o livro *The Soho Mint & the Industrialization of Money*, de Richard Doty, e encontrei um capítulo muito interessante sobre o Brasil e a encomenda de uma casa da moeda, moderna para a época, que jamais foi instalada, ao menos como inicialmente idealizada. Algum tempo depois, consegui um material muito semelhante (Gilboy, na bibliografia) e decidi disponibilizar toda esta informação sob a forma do artigo que segue abaixo. Acredito que se trata de uma história quase que desconhecida pela maioria de nós, além de ser intrinsecamente muito interessante pela sequência infundável de problemas que vão surgindo ao longo do tempo. Finalmente, é também informação muito preciosa sobre um aspecto da numismática brasileira que conta com muito pouca evidência documental disponível: necessidades, projetos, custos e instalações de maquinário para cunhagem de moedas no Brasil Colônia/Reino Unido. Usei partes dos textos de Doty e Gilboy, porém procurei conciliá-los e também checar os fatos que fossem possíveis, de forma a poder criar um artigo sob uma perspectiva local.

Historiadores em geral não têm dado muita atenção à conexão entre cunhagem de moedas e industrialização, enquanto a maioria dos numismatas não tem consciência desta relação. Um industrial só conseguia atrair trabalhadores de uma determinada maneira, e estes mesmos trabalhadores só se dispunham a mover-se a uma determinada área se pudessem contar com uma única *commodity*: dinheiro. Como nos princípios da Revolução Industrial, os salários eram, além de uniformes, baixos, a forma mais demandada de dinheiro eram grandes quantidades de moedas de baixa denominação, em geral de cobre. Na Inglaterra da segunda metade do século XVIII, havia muito poucas moedas de baixa denominação em circulação. A *Royal Mint* (a Casa da Moeda inglesa) havia cessado a cunhagem em cobre justamente quando a Revolução Industrial estava em ascensão, enquanto que as últimas

moedas em prata cunhadas em quantidade datavam de antes de 1750. O que predominava no limite inferior da escala monetária da época, assim como o que o operário inglês esperava receber no seu pagamento, era um punhado de *halfpence* e *farthings* falsos. Estimativas da época afirmavam que a quantidade de moeda falsa em circulação variava de 70 a 95%, e o centro produtor destas falsificações era a cidade de Birmingham.

Matthew Boulton (1728-1809), filho de um importante fabricante de brinquedos, e seu sucessor na Soho Manufactory - localizada em Soho, cerca de 1.5 Km de Birmingham - durante muitos anos acreditou que pudesse criar um processo de manufatura de um dinheiro que fosse barato para produzir mas ao mesmo tempo proibitivamente caro para falsificar. Este processo era a industrialização do dinheiro, através do uso de máquinas a vapor. O processo por ele desenvolvido podia produzir mais e melhores moedas, e de uma forma mais barata.

O evento marcante no desenvolvimento do processo de cunhar moedas com máquinas a vapor foi a associação de Boulton com James Watt (que aperfeiçoou o motor a vapor fazendo com que tivesse aplicação prática, e registrando sua patente). Ambos tornaram-se sócios da *Boulton & Watt* em maio de 1775 - ancestral direta da *Boulton, Watt & Company* (1800), fabricante de motores a vapor, casas da moeda, e de uma cunhagem industrial.

A primeira moeda cunhada pela nova empresa foi o *2 keplings* de cobre para Sumatra (Companhia das Índias Orientais), em 1786. Durante os seguintes 60 anos, além de produzir moedas para a Inglaterra e para a Companhia das Índias e equipar parte da *Royal Mint*, a empresa iria exportar sua tecnologia na forma de discos para cunhagem, moedas, cunhos, e mesmo casas da moeda completas (do inglês "*mint*") para a Rússia, Dinamarca, Índia, México, Estados Unidos. Em 1808 foi a vez do Brasil.

Logo que as guerras napoleônicas começaram, o Brasil era ainda muito atrasado. Os portugueses nunca contaram com a mão-de-obra necessária para desenvolver um território que possuía uma área equivalente a trezentas vezes o próprio território português; além disso, enquanto a situação na Europa permanecesse sob um certo equilíbrio, nem a metrópole e nem a colônia se sentiam forçadas a se modernizar por pressões externas. Assim sendo, o Brasil permanecia tranqüilo sob o sol tropical: incrivelmente rico em alguns aspectos

A CUNHAGEM A VAPOR PARA A CASA DA
MOEDA DO RIO DE JANEIRO NOS "BRASIS"

(ouro e diamantes eram exportados, assim como açúcar e pau-brasil); e miseravelmente pobre em outros. Não existiam jornais. Não havia livros impressos no Brasil e muito menos livrarias. Não havia universidades. Além do extrativismo, não havia atividade industrial na colônia.

A mudança veio imposta externamente. A família real portuguesa chegou ao Brasil em janeiro de 1808, fugindo da invasão de Napoleão. Em pouco tempo universidades foram fundadas, assim como jornais e gráficas. Redes de esgotos e ferrovias foram construídas, assim como a primeira academia médica da colônia. O Brasil se abria para uma liberação intelectual e econômica. E esta abertura poderia levar Soho a um novo e lucrativo empreendimento.

Os contatos entre Soho e os portugueses datam de antes das invasões napoleônicas. Em 1798, a firma havia fornecido 5,5 toneladas de discos de cobre para uma firma londrina chamada *Lucena and Crawford*. Ainda que não haja registro do destino final destes discos, o fato é que estes foram feitos nos tamanhos e pesos correspondentes a aqueles das moedas portuguesas de 5, 10 e 20 réis. Em 5 de julho de 1808, *Boulton, Watt* recebeu uma carta de Manoel Antônio de Paiva, sugerindo que as reformas introduzidas pelo Príncipe Regente D. João poderiam se estender à cunhagem de moedas. O texto principal da carta diz:

“Peço em quais termos vocês entregariam uma casa da moeda ao Rio de Janeiro nos Brasis (do original em inglês “Brazils”), e também forneceriam técnicos ingleses para montarem o equipamento e permanecerem tempo suficiente para instruir outros operadores. Obviamente é nossa intenção que a Casa da Moeda seja completa em todos os aspectos para a cunhagem de ouro, prata e cobre, e entendo que a única despesa adicional sobre nós seja a dos cunhos para cada metal. Deve-se contemplar também os meios para providenciar uma segunda impressão em moedas existentes, assim como foi feito pela sua casa com respeito aos dólares espanhóis. Ao responder a estes pontos com o detalhe que seu conhecimento no assunto não pode falhar em sugerir, eu gostaria de saber a respeito de adquirir 2 ou 3 casas, para serem construídas em lugares distintos, e cujos prédios e demais necessidades seriam fornecidos de acordo com suas especificações.”

A carta fala de duas possíveis fases na conexão entre Soho e o Brasil. A primeira, o suprimento de uma Casa da Moeda (ao invés

de várias, uma idéia logo abandonada) seria de fato realizada. Mas a segunda não levaria a nada, o que levanta algumas questões.

Quando De Paiva mencionou “... uma segunda impressão... assim como foi feito pela sua casa com respeito aos dólares espanhóis” ele obviamente se referia às moedas de 5 *shillings* (ou 1 dólar) do Banco da Inglaterra cunhadas pelas máquinas de *Boulton, Watt* entre 1804 e 1811. Mas estaria ele perguntando ao industrial para recunhar os pesos hispano-americanos em Soho e então enviá-los ao Brasil? Essa hipótese parece improvável, dado o estado de distúrbio no comércio transatlântico à época: qualquer um que estivesse carregando ricas cargas de prata sob os olhos dos franceses estaria procurando por problemas. Mas *Boulton, Watt* prepararam provas para o modelo brasileiro. Se não tinham a intenção de ser um prenúncio de uma cunhagem brasileira feita em Soho, estes ensaios podem ter sido feitos para informar ao Príncipe Regente da qualidade que ele poderia esperar nas novas moedas cunhadas na colônia com máquinas de *Boulton, Watt*. A segunda hipótese parece mais razoável, ao menos com base na evidência disponível.



960 réis - Prova de 1809

Logo após receber a carta de De Paiva, *Boulton, Watt* convidaram-no a Birmingham para discutir sobre a recunhagem e a nova casa da moeda. Ele ficou muito impressionado com o que viu, e adicionou dois novos cavalheiros à equação: o embaixador português na Grã Bretanha Domingos Antônio de Souza Coutinho e um jovem engenheiro português chamado Gaspar Marques. Marques vivia na Inglaterra, mas seria enviado ao Brasil para supervisionar o projeto.

Souza Coutinho e Marques visitaram Soho em setembro de 1809. O longo período entre as visitas de De Paiva e seus dois colegas

é explicado pela lentidão das comunicações: um ano se passou para a recomendação de De Paiva viajar de Londres ao Brasil, passar pela burocracia portuguesa ali instalada, e então regressar a Londres com a aprovação do Príncipe Regente. Mas o progresso agora parecia satisfatório: em 2 de outubro Matthew Robinson Boulton - filho de Matthew Boulton, falecido em agosto de 1809 - enviou aos portugueses um estimado de custo para uma casa da moeda capaz de cunhar até 200.000 pesos espanhóis por semana – uma das evidências mais fortes de que a intenção era cunhar as moedas no Brasil e não em Soho.

Em 9 de junho de 1810 *Boulton, Watt* finalmente recebeu permissão oficial para exportar o maquinário e a mão de obra especializada (em 1785 o Parlamento aprovou uma lei proibindo a exportação de maquinário e mão de obra especializada por medo de dar a indústrias estrangeiras uma vantagem sobre as britânicas). Enquanto aguardava pela burocracia, Boulton fazia o que podia para manter o projeto vivo. Assumindo que a casa da moeda seria eventualmente aprovada para exportação, ela iria necessitar técnicos especializados para construí-la e mantê-la. Os últimos meses de 1809 e os primeiros de 1810 foram então usados em dois tipos de atividades relacionadas com pessoal. Primeiro, Gaspar Marques deveria ser iniciado na industrialização do dinheiro, conforme se fazia em Soho, pois ele seria responsável pelo equipamento no Rio de Janeiro. Segundo, pessoal especializado de Soho precisava ser selecionado para a fase inicial de projeto antes de deixar Birmingham. Após muita discussão – de fato levou mais que um ano para selecionar os técnicos que fariam a montagem e entrar num acordo de salário e benefícios – e já com o maquinário praticamente pronto, em fins de agosto de 1811, Thomas White foi escolhido para liderar a construção do novo maquinário da casa da moeda no Rio de Janeiro.

O trabalho havia começado muito antes que qualquer acordo estivesse fechado, e há registros de que a construção havia começado no outono de 1809 (primavera no Brasil). Um motor a vapor de 10 cavalos de potência (a ser enviado com 2 caldeiras reserva e duplicatas das peças que sofriam maior desgaste) formaria o coração da nova casa da moeda brasileira. Equipamento para conectar o suprimento de energia do motor às máquinas de cortar discos e cunhar moedas também seria enviado. Este equipamento, baseado em bombas a vácuo, havia sido inventado por Soho em 1798 e empregado em todos

os seus equipamentos tanto em casa quanto no exterior daí em diante. O aparato para cunhar consistia de quatro cunhadoras e 6 prensas para cortar os discos, um par de moinhos (para marcar as bordas das moedas) a duas máquinas vibradoras (para polir os discos antes de serem batidos). Fornalhas de recozimento seriam fornecidas, assim como dois tornos, todos itens essenciais para a manufatura de cunhos. Tudo estaria pronto e embalado para envio ao Brasil em 12 meses. Em retorno pelo equipamento e serviços, *Boulton, Watt* receberia a soma de £8.850, pagáveis contra o embarque em notas de câmbio.

Todo o maquinário e motores - 66 toneladas de equipamento - estavam prontos no início de maio de 1811, bem após o previsto; Boulton naturalmente esperava que pudesse enviar a Londres o quanto antes, e a partir daí recuperar um precioso espaço de suas instalações. Seu interesse em enviar o maquinário ia além de simplesmente ganhar espaço, pois seu acordo com os portugueses dizia que não seria pago até que todo o equipamento deixasse Soho e estivesse depositado em segurança nas docas de Londres, pronto para embarque para o Rio. Mas uma carta de 15 de maio de 1811 recebeu uma resposta que pôs em dúvida todo o projeto. Souza Coutinho agora informava que o envio tardio dos planos por parte de Soho iria atrasar muito os preparativos. Antes de qualquer outra coisa, Gaspar Marques – sozinho – deveria trazer os desenhos do equipamento e dos prédios *antes* que pudessem embarcar! Até que a aprovação destes fosse obtida, a nova casa da moeda deveria permanecer onde estava, em Soho.

O requerimento era razoável numa primeira análise – afinal, seria muito difícil construir uma casa da moeda num espaço aberto, e seria muito difícil que alguém construísse um prédio adequado sem planos detalhados. Mas o tempo em que tais planos foram pedidos era absurdo: se eram tão importantes, por que ninguém havia dito algo antes? E o que esperavam que Boulton fizesse com um ou mais técnicos já descontentes com a espera e os atrasos, querendo saber se iriam ou não ao Brasil?

Tudo isso foi resumido na carta de Boulton endereçada ao embaixador português no dia 3 de junho. Todo o atraso na preparação dos planos era culpa dos portugueses, que não haviam dado a Soho qualquer idéia concreta sobre o local pretendido até que fosse muito tarde. Quanto aos técnicos britânicos, era essencial que acompanhassem Marques o mais cedo possível, pois eles seriam muito necessários mesmo nas fases iniciais da construção. Além disso,

A CUNHAGEM A VAPOR PARA A CASA DA
MOEDA DO RIO DE JANEIRO NOS "ERASTIS"

a paciência deles já estava se esgotando, e poderiam começar a abandonar o projeto se houvesse mais atraso, e Boulton achava muito improvável conseguir outros tão qualificados quanto estes. Boulton exigia o pagamento agora, uma vez que sentia que havia cumprido com tudo da sua parte do acordo. E se os portugueses ainda desejassem atrasar o embarque do equipamento, ele ficaria feliz em cumprir com seu desejo, mas cobraria um aluguel pelo armazenamento. Foi neste alto nível a resposta de Boulton; num nível um pouco mais baixo foi a nota que enviou a De Paiva e Lucena (John Charles Lucena, negociante português que, junto com De Paiva, era responsável por pagar qualquer negócio feito com Boulton em nome do Governo Português) no mesmo dia informando do requerimento de Souza Coutinho e sua resposta – com outra exigência de pagamento pela casa da moeda. Era óbvio que ele estava disposto a ser mais persistente, sem intenção de desistir ou dar um passo para trás. E por trás de suas palavras polidas existia a possibilidade de um processo judicial, para obter o que lhe era devido. Esta era uma possibilidade que valia a pena considerar. Enquanto que dificilmente se pudesse acusar o Governo Português de não pagador, era perfeitamente possível que os dois negociantes portugueses, já há muito estabelecidos em Londres, pudessem assim ser considerados nas cortes britânicas. Dessa maneira De Paiva e Lucena desistiram, assim como Souza Coutinho, que se ocultava por trás dos dois. Em julho de 1811 Boulton foi instruído a enviar o aparato a Londres. Ele foi finalmente pago em setembro de 1811.

Enquanto isso, Gaspar Marques havia deixado Londres em direção ao Rio de Janeiro em agosto de 1811 e lá chegou 57 dias depois, em 16 de outubro (porém só reportara sua chegada a Boulton em fevereiro de 1812). Imediatamente fora informado de que as autoridades, lideradas pelo Conde de Aguiar, já haviam escolhido um prédio, existente, para a nova casa da moeda. Não havia nada inerentemente errado em usar um edifício existente. Desde que fosse sólido, bem estruturado, com um *layout* adequado e bem situado, o equipamento de Soho poderia ser instalado. Mas não era o caso. O edifício escolhido por Aguiar não era adequado, pois metade do mesmo deveria ser destruída antes que todo o equipamento pudesse caber nele. Não era só isso: havia água infiltrada em até 10 cm de profundidade em seu chão de pedra. Marques disse que este não servia, e lhe foi oferecido outro, igualmente inadequado: uma igreja abandonada que contava com muito pouca água disponível, ao

contrário do outro, que a tinha em demasia.

Neste momento, o interesse oficial pela nova casa da moeda de Boulton minguava. Iniciou-se um debate sobre se seria melhor construir um novo edifício (que era o plano original assumido por Boulton) ou simplesmente abandonar todo o projeto. O principal defensor da reforma monetária era o Conde de Linhares, que fez o que pode, mas cuja morte em janeiro de 1812 prejudicou muito a causa da inovação. Mas a corte finalmente decidira por um novo edifício, e já em fevereiro um arquiteto havia sido escolhido com este propósito. Porém ele havia pedido uma soma enorme, muito mais do que o Estado estava disposto a pagar, e chegou-se a um impasse. Ainda assim Marques estava otimista: talvez quando Thomas White e a casa da moeda chegassem, os oficiais locais se sentissem motivados a concluir o projeto.

Marques deve ter escrito sua carta a Boulton reportando os últimos acontecimentos durante um longo período de tempo, pois entre o momento de sua descrição e a hora da postagem, ocorreu um incidente que mudaria tudo, mas que ele mencionaria por meio de um lacônico *post scriptum*:

“P.S.: o navio perdeu-se perto do Pará, salvando-se a tripulação e parte da carga.”

Tem-se mostrado impossível determinar com exatidão o local do naufrágio: a pessoa mais intimamente ligada ao assunto, Thomas White, disse que foi num lugar chamado *Cape Dillon*, mas este nome não aparece em nenhum mapa atual do Brasil. Baseando-se em rotas marítimas e no curso dos eventos, Doty estima que o naufrágio teria ocorrido em Cabo Maguarinho, na foz do rio Pará (litoral sul da Ilha de Marajó). Não há uma data precisa do naufrágio, mas certamente deu-se durante janeiro de 1812.

Marques mostrou-se um péssimo correspondente. Tendo deixado Matthew Robinson Boulton extremamente ansioso, ele o deixou sem notícias durante boa parte do ano. Somente em dezembro de 1812 ele fez o esforço de avisá-lo de que as coisas não estavam tão mal quanto inicialmente suposto. O equipamento da casa da moeda estava seguro e em bom estado, tendo sido transportado do local do naufrágio até João Pessoa, na Paraíba. Apesar de Marques não explicar como o equipamento fora transportado desde a foz do rio Pará até João Pessoa, uma distância de quase 1.600 Km, só se pode

A CUNHAGEM A VAPOR PARA A CASA DA
MOEDA DO RIO DE JANEIRO NOS “BRASIS”

concluir que o próprio Thomas White o tenha feito de alguma maneira. White estava numa posição longe de causar inveja. Encalhado entre Pernambuco e João Pessoa, deveria esperar até que o Governo Português decidisse o que fazer com ele; além disso, não estava recebendo salário algum e se encontrava em circunstâncias desesperadoras.

Havia uma excelente razão para o atraso oficial, embora nem Marques, ou Boulton, nem mesmo White tivessem conhecimento. Quando a notícia do naufrágio chegou ao Rio de Janeiro, no início de fevereiro de 1812, o Governo Português, assim como Marques, havia sido informado de que ao menos uma parte do maquinário fora perdida. Assim sendo, o Governo Português decidiu por entrar com uma reclamação do seguro, mas como se *tudo* houvesse sido perdido; e de fato já havia recebido cerca de 70% do valor estimado da carga. Este dinheiro deveria ser devolvido, caso o equipamento fosse encontrado em boas condições. Assim White fora mandado a permanecer escondido, junto com sua carga, enquanto que burocratas nervosos debatiam seus planos de ação, e conseqüentemente o destino do inglês.

Em fins de janeiro de 1813, o elemento final da farsa fez sua aparição. Thomas White apareceu no Rio de Janeiro, com praticamente todo o maquinário que havia sido confiado a ele. Aparentemente desgostoso com o atraso burocrático, ele decidira resolver a situação com suas próprias mãos, e transportou todo o equipamento por cerca de 3.000 Km.

Ele era a última pessoa que as autoridades esperavam ou desejavam ver. Eles não tinham a menor intenção de devolver o dinheiro do seguro; ainda assim ali estava White, com sua maldita casa da moeda, testemunho visual daquilo que *não* havia sido perdido. O que fazer?

A resposta era óbvia – ao menos para os burocratas. Marques há muito tempo os importunava com suas preocupações sobre o bem estar de seu colega inglês, e agora pedia que o deixassem voltar livremente para a Inglaterra levando consigo o pagamento que lhe haviam prometido. E Marques queria o mesmo também: estava cansado de tanta intriga, e estivera doente quase todo o tempo em que permanecera nos trópicos. Se esse era o caso, por que não satisfazer os desejos de White e Marques, deixá-los ir embora do

Brasil, e então seqüestrar o equipamento deles, mantendo-o afastado dos olhos dos agentes da seguradora?

E assim foi feito. Thomas White foi pago e enviado para casa, chegando em Soho em meados de julho de 1813. Ele imediatamente fez uma relação dos itens recuperados do naufrágio no ano anterior, e assim a extensão da fraude portuguesa agora se tornava conhecida, ao menos para Matthew Robinson Boulton. Pelo fato de White ter conseguido salvar quase tudo, os portugueses poderiam ter tido sua nova casa da moeda, se quisessem.

Assim imaginou Gaspar Marques, ao menos de início. Ele ficara, após a partida de White, em parte para checar as condições do equipamento, que ficara armazenado na casa de alfândega do Rio de Janeiro. Em setembro de 1814, ele finalmente conseguiu permissão para entrar no prédio (ou seja, mais do que um ano após a partida de Thomas White e quase dois anos após a chegada do equipamento ao Rio de Janeiro), e ficou horrorizado com o que o tempo e a negligência havia feito.

Estava tudo corroído. Algumas peças estavam quebradas, outras haviam sido roubadas. O que certamente havia sido uma casa da moeda quando chegou ao Rio, era agora uma massa inerte de ferro e bronze enferrujados. Marques conseguiu uma permissão oficial para levar o equipamento sob sua guarda, pois queria limpá-lo e talvez torná-lo operante, caso fosse capaz de fazê-lo. Mas aparentemente acabou por desistir da idéia, e não há registro de seu destino nem o de sua casa da moeda.

Mas pode-se ao menos arriscar um palpite sobre o destino da última. Em 1833, a cunhagem brasileira deu um grande salto para melhor em qualidade. Começando com ouro, e logo estendendo para prata e então para cobre, as moedas a partir de então passam a ser cunhadas dentro de um colar, de um modo que é associado ao processo de Boulton e conseqüentemente, vapor. É razoável supor que ao menos uma parte do antigo, inicialmente rejeitado maquinário de Soho figurasse como um participante no evento.

A história documentada acaba aqui. Só nos resta especular os motivos reais por esse projeto não ter sido executado como planejado. O período em que se passam estes acontecimentos foi marcado por mudanças sociais muito fortes decorrentes da Revolução Industrial - adiantada em alguns países, atrasada em outros. *A Boulton,*

A CUNHAGEM A VAPOR PARA A CASA DA MOEDA DO RIO DE JANEIRO NOS "ERASTIS"

Watt exportou seus produtos para diversos países, e deparou-se com dificuldades em vários deles, mas anos depois a tecnologia de cunhagem de moedas a vapor havia se tornado muito comum. É inegável o caráter inovador desta tecnologia na virada dos séculos XVIII e XIX e, como acontece com toda inovação em qualquer época, gerou desconfiança e conservadorismo onde quer que tenha sido oferecida. Ainda que Matthew Boulton tenha levado anos para vender sua tecnologia dentro da própria Inglaterra, este país já vinha há quase 100 anos num processo de industrialização e estava muito mais aberto a inovações. No caso do Brasil, mesmo com indivíduos interessados e dispostos a mudanças (e note que tais indivíduos tinham estreitos contatos com a Inglaterra e industriais ingleses), o projeto não foi executado. Apesar de todas as dificuldades e atrasos enfrentados, pode-se concluir que o Brasil simplesmente não estava pronto para tais inovações. O desenvolvimento ocorrido a partir da vinda da Família Real foi grande e rápido, mas ainda restava muito da mentalidade colonial. Além de indivíduos, era necessário esperar também até que as instituições estivessem prontas para absorver as novidades da época.

Bibliografia:

Doty, Richard – *The Soho Mint & the Industrialization of Money*, Spink, Londres, 1998.

Gilboy, Frank Firth – *Misadventures of a Mint – Boulton, Watt & Co. and the 'Mint for the Brazils'*, *British Numismatic Journal*, vol. 60, pp.113-20, 1990.

Levy, David André – *Os Recunhos de 960 réis*, São Paulo, 2002.



Sociedade Numismática Brasileira - 80 anos

Claudio Schroeder



s 80 anos da Sociedade Numismática Brasileira, que foram lembrados durante o corrente ano em diversas atividades têm agora seu evento principal. A reunião da fundação da sociedade ocorreu em 19 de janeiro de 1924 em São Paulo, com a presença de alguns poucos colecionadores, já o encontro de comemoração que agora realizamos para homenagear o ato de criação da SNB e aqueles numismatas pioneiros vai fazer história, pois, conta com outras associações similares e um grupo maior de colecionadores distribuídos pelo Brasil e no exterior. Comparamos o passado recente com o momento atual. Conforme relato na SNB em 1982 havia menos que mil associados entre brasileiros e estrangeiros. Os brasileiros estavam localizados em quase todas as capitais e em muitas cidades do interior, sendo São Paulo e Rio os centros com mais representantes. Realçamos que esse número deveria ser maior, pois nem todos se associam a uma agremiação de colecionadores. Hoje no país há mais de vinte outras entidades de colecionadores e o número de adeptos chega perto de dois mil, realçando novamente entre associados ou não. A aniversariante investiu e trabalhou muito para esse resultado. Nesses oitenta anos de divulgação do ato de colecionar moedas é claro que ocorreram momentos de baixa e alta, alegrias e tristezas. Apesar de tudo, sempre estava presente aquele grupo pequeno, às vezes de dois ou três, que apontavam firme a direção a ser seguida e iam em frente. Isso resultou hoje numa sociedade estável e reconhecida como a principal entidade particular que incentiva a coleção de moedas no Brasil e talvez na América do Sul. Aponta para essa última citação a realização, pela segunda vez, de um congresso/convenção latino americano em São Paulo. Realçamos aqui que o trabalho da atual diretoria contempla a demanda do colecionismo de moedas atualmente no Brasil. A SNB foi reconhecida de utilidade pública em 1951 e sua atual infra-estrutura social conta com sede própria, conjunto de 245 m2 no centro de São Paulo, onde estão biblioteca, museu, salão social e setor administrativo. Divulga suas atividades e estudos dos sócios por meio de seus impressos e na sua página da Internet. Da mesma forma seu corpo

SOCIEDADE NUMISMÁTICA
BRASILEIRA - 80 ANOS

diretivo atual a representa nos encontros nacionais e estrangeiros. Relacionamos resumidamente a trajetória da instituição. Para tanto nos auxiliamos dos registros sobre a SNB elaborados por outros sócios, as ilustrações são do arquivo da Sociedade com diagramação do Diretor Fábio de Souza. Conscientes que podemos ter esquecido, involuntariamente, de algum fato convidamos aos nossos leitores a ajudar indicando o mesmo para uma posterior publicação.

Divulgamos e evidenciamos que tudo começa com uma coleção qualquer e que nesse caso pode ser de moedas, justamente isso que deve ser incentivado. Fazer uma coleção de moedas, podem ser as nacionais ou uma de cada país. Opa! Já estamos colocando regras! Se a essas duas simples premissas adicionarmos outras, pronto teremos NUMISMÁTICA.

Numismática é um estudo criterioso das moedas.

Essa coleção pode iniciar com as moedas que estão nas gavetas, perdidas no tempo, ou selecionar por datas, bustos, brasões, animais, valor, metal, tamanho enfim o tema é livre. Para ajudar nessa tarefa é necessário um livro que vai orientar quais moedas existem e até onde nossa coleção pode chegar. Após vem a nossa necessidade de ver e ser visto, escutar e falar, ensinar e aprender enfim o convívio em sociedade. Opa! Sociedade de colecionadores de moedas ou Sociedade de Numismática.

Sociedade: grupo de pessoas que se submetem a um regulamento a fim de exercer uma atividade comum.

Juntos somos mais fortes. Observando como esse assunto, *Sociedade de Numismática*, foi tratado no passado obtemos exemplos que devem ser seguidos. Os registros iniciais das primeiras moedas estão no ano 560 AC na região da Lídia, atual Turquia. Desde então elas foram guardadas e estudadas por uma ou outra razão. Mas o início foi uma moeda que em conjunto com outras formou uma coleção de moedas, cuja idéia chegou até nossos dias. O primeiro livro de numismática importante foi publicado na metade do século XVI (1514), leilões de moedas e medalhas tornaram-se populares no século VIII e periódicos de numismática na segunda metade do século XIX. A informação está disponível, mas deve ser transformada em conhecimento. Para tanto devemos estudar as moedas de nossa coleção através da bibliografia numismática conhecida. Essa deve ter

uma classificação temática dividida conforme a linha do tempo da civilização no mundo: Antiguidade com moedas gregas e romanas; Idade Média; Tempos Modernos e Época Contemporânea. Não podemos esquecer das moedas Orientais e os demais objetos monetiformes tais como medalhas, fichas, o papel moeda e etc. Bom, mas todos esses livros são raros e preciosos! Sim com certeza, mas aqui que entra a vantagem de ser associado de uma agremiação de numismática. Outra vez juntos somos mais fortes. A pesquisa sobre esses temas ou outros mais simples fica facilitada com o acesso a biblioteca social. Além disso, existem outros colecionadores que podem auxiliar nessa busca de informação. Ficamos sabendo ainda nesse convívio social como devemos guardar nossa coleção de moedas, da mesma forma, podemos comprar ou vender moedas entre os demais sócios. É conhecido que com o passar dos anos “moedas antigas” podem ser um bom investimento financeiro. Entre outros fatores que fazem uma moeda se tornar rara e valiosa podemos citar três. Oferta (total cunhado e disponibilidade atual), procura (quem e quantos querem esse objeto) e seu Estado de Conservação (gasta; bem conservada; muito bem conservada; soberba e flor de cunho). O desenvolvimento da Numismática está mais organizado e difundido no exterior. Na Europa e nos Estados Unidos existem desde tempos passados grandes coleções públicas e particulares de moedas e várias agremiações para intercâmbio entre colecionadores. Na América do Sul a primazia está com o Brasil, Argentina e o Uruguai. No nosso país os principais acervos existentes hoje são: Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Banco Itaú, Museu Histórico Nacional, Museu Imperial e algumas coleções particulares. Em termos de sociedade a mais ativa é a SNB com sede em São Paulo e que está comemorando oitenta anos de fundação.

A coleção de moedas no Brasil antes da SNB

Os primeiros registros brasileiros de “coleccionadores” de moedas datam da metade do século XIX. Chamamos de registros, mas são simples citações de alguns nomes em jornais. Por outro lado é quase certo que a data inicial é mais antiga, mas ainda não localizamos a prova. Esses colecionadores pioneiros estavam localizados nas áreas mais desenvolvidas do nosso país. Entre outras regiões citamos Salvador, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo. Resumidamente relacionamos a existência do acervo numismático dos Imperadores, que passou para o Museu Nacional; a coleção da Biblioteca Nacional

do Rio, que em 1922 passou para o Museu Histórico Nacional hoje nosso maior acervo numismático. Registramos também que houve exposições industriais nacionais com algumas coleções de moedas e medalhas. Os acervos particulares, em menor número, também eram importantes. Entre esses citamos em especial a coleção Meili.

Já tratamos desse tema em outras oportunidades, mas vamos repeti-lo devido a importância do mesmo. Julius Meili, 1839/1907, suíço de nascimento, morou no Brasil e colecionou moedas, estudou e divulgou seus conhecimentos por meio da obra de referência para a numismática luso brasileira *O Meio Circulante no Brasil 1645 a 1900* editada em três partes e ricamente ilustrada. Parte da coleção Meili constituiu o início do acervo numismático do Museu do Banco do Brasil. Em boa hora o Museu de Valores do Banco Central do Brasil vai reeditar o volume referente a moeda fiduciária. A obra de Meili é o início do estudo da nossa numismática com normas e técnicas de pesquisa visando objetivos científicos. A divulgação desse tema, com o mesmo objetivo de Meili, no Brasil inicia-se no ano de 1922 quando é criada uma seção de numismática por alguns sócios na Sociedade Philatélica Paulista. Isso mesmo o início foi com ajuda da filatelia. Esse grupo inicial acabou evoluindo e se transformou em 1924 na Sociedade Numismática Brasileira. Fundada em 19 de Janeiro sua história tem início com as reuniões sendo realizadas em uma sala emprestada do consultório de um dos sócios Dr. Raul Whitaker, na rua São Bento. Nessa época no Brasil talvez existisse uma centena de colecionadores sendo que a maioria aderiu ao novo grêmio. Assim efetivamente estava correto o nome da Sociedade. Citamos a composição da diretoria nesse momento inicial:

Provisória: Presidente Sr. Agostinho Pardini, Secretário Dr. Octávio Braga, Tesoureiro Dr. Raul Whitaker, Comissão dos estatutos Sr. Carlos D'Almeida Braga. Esses trabalharam para a instalação e eleição da diretoria efetiva no ano de 1924 composta por: Presidente Dr. José Vieira da Costa Valente, vice-presidente Dr. Arthur Martins Passos, 1º secretário Dr. Octávio Braga, 2º secretário Dr. Carlos Bezerra de Miranda, 1º tesoureiro Sr. Carlos D'Almeida Braga, 2º tesoureiro Sr. Zuinglio M. Homem de Melo e consultor técnico Dr. Joaquim Marra. A Revista Numismática, publicação da Sociedade entre 1933/1954, registra uma pequena biografia desses e de outros colecionadores pioneiros. Destacamos os nomes dos seguintes:

Dr. Álvaro de Salles Oliveira, 1893-1946, Presidente da SNB entre 1933/1942



Dr. Álvaro de Salles Oliveira (1893-1946)

Na gestão do presidente Salles Oliveira iniciou-se a divulgação impressa do estudo da numismática brasileira com edições patrocinadas pela sociedade. Em especial a Revista Numismática. Seguem outros detalhes sobre essa e as demais publicações mais adiante. Outra grande realização nessa época e desse presidente foi um Congresso de Numismática, o primeiro realizado no Brasil e na América do Sul. Anexo ao mesmo foi realizado uma grande exposição numismática com peças de coleções oficiais e particulares, entre essas exemplares da importante coleção Meili. Tudo sobre esse evento está registrado nos anais publicados pela

SNB. Descrevemos outros detalhes sobre o congresso a seguir. Salles Oliveira foi um pesquisador da nossa numismática e muito importante divulgou seus estudos quer nas publicações da sociedade quer em edições particulares. Destacamos a obra *Moedas do Brasil*, com o seguinte plano: Volume I Moedas e Barras. Elementos para o seu estudo. 5 capítulos. Volume II idem. 20 capítulos, sendo o último sobre bibliografia numismática. Volume III Ensaio de classificação das moedas e barras de ouro do Brasil com sub classificação em três partes. Por volta de 1929 o autor já estava compilando dados para esse estudo que infelizmente ainda continua parcialmente inédito. Com falecimento do Autor em 1946 somente o primeiro volume foi publicado numa edição comemorativa do cinquentenário de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1948. *Oliveira, A S. Moedas do Brasil. Vol I. Moedas e Barras de Ouro* São Paulo: IHGSP Imprensa Oficial do Estado, 1948, 510 p Ilustrado. Nessa publicação existe registro que Salles Oliveira já estava tratando de seu próximo estudo sobre *Moedas de prata e de níquel, carimbos e contramarcas, ensaios monetários e provas de cunho* a ser reunido num só volume. Esse

também continua inédito. Registramos ainda conforme essa publicação que *“A parte especializada da biblioteca do saudoso numismata foi incorporada ao patrimônio da Sociedade Numismática Brasileira, graças ao desprendimento, boa vontade e espírito associativo dos seus herdeiros. E, como justa homenagem à memória de seu antigo presidente e benfeitor, a prestadia instituição deu à sua livraria o nome de Biblioteca Álvaro de Salles Oliveira”*. Voltaremos a falar sobre a biblioteca da SNB mais adiante. Natural de São Paulo, Salles Oliveira nasceu em 22 de fevereiro de 1893, constituiu família, seis filhos, com Dona Célia Costa. Faleceu em 19 de maio de 1946. Foi membro do Conselho Administrativo da Casa da Moeda do Brasil e pertenceu ao IHGB, IHGSP, Instituto de Engenharia de São Paulo, Société Française de Numismatique, American Numismatic Society e American Numismatic Association.

José Benedito de Moura, 1909-1995. Presidente da SNB entre 1963-1986

Colecionador de moedas desde 1934, admitido como associado da SNB em 1941, participando de sua diretoria desde 1949. Em 1963 assumiu como Presidente permanecendo no cargo por 23 anos seguidos. Nessa longa e profícua gestão como presidente Moura realizou a aquisição da sede própria e trabalhou desenvolvendo os seguintes assuntos, entre outros: o Boletim, iniciado em 1959; Exposições/Palestras/Congressos; A série de moedas da FAO; a troca indireta entre sócios; auxílio a publicações numismáticas com exemplares de sua coleção. Por tudo isso recebeu em janeiro de 1986 o título de *“Presidente Honorário da SNB pelos serviços prestados à numismática brasileira e em comemoração ao 21º ano consecutivo como Presidente desta entidade”*. Quando da despedida de Moura da presidência o associado Léo Albino Trindade, então no cargo de 1º vice-presidente, prestou as devidas homenagens que foram registradas no boletim inclusive com fotografias. Em agosto de 1991 Moura completou 50 anos de associado da SNB, recebendo em janeiro de 1992 o título de Sócio Benemérito.



José Benedito de Moura (1909-1995)

A Sede Própria

No início o local de reuniões da SNB foram em salas emprestadas de alguns sócios. Com o aumento de novos associados à direção da agremiação resolveu alugar duas peças do IHGSP. Em 1964 isso começa a mudar com o início da gestão do Presidente Moura que desde então já trabalhava para a sede própria. Em 1968 outra mudança para a Rua Libero Badaró, 488 5º andar, mesmo endereço comercial de Moura. A permanência nesse local durou dez anos, quando finalmente foi adquirido a sede própria. Os boletins da Sociedade dessa época registraram esse ato com grande destaque e inúmeras fotografias da cerimônia de inauguração. Destacamos a primeira notícia “... *A SNB adquiriu em fevereiro de 1979 um conjunto de 150 m2 no edifício Adelilda, situado na rua 24 de Maio número 247, centro de São Paulo a poucos passos da Praça da República*”.

Esse espaço foi ampliado com a compra do “conjunto 22”. Assim a SNB ocupa hoje todo o segundo andar do prédio. Essa ampliação ocorreu em 1992, após intensa campanha na gestão do presidente Wilson Honorato Rodrigues, por sinal de muita atividade. Moura faleceu em 21 de Julho devido a conseqüências graves de saúde surgidas após uma queda dentro de uma loja em São Paulo. Inesperada causa! Natural de Taubaté, SP, Moura completaria 86 anos em 12 de dezembro. Sócio da Companhia Territorial Franco-Paulista, empresa francesa com sede em SP, deixou esposa Dona Maria, filhos, noras e netos, sendo sepultado em Taubaté. Suas preferências numismáticas começaram com moedas do Brasil, moedas pan-americanas e cédulas. No início deu uma especial ênfase para a moeda de cobre do Brasil. Com o passar dos anos e o aumento de capital disponível para novas aquisições a “ênfase especial” atingiu todo o tipo do nosso meio circulante, bem como ensaios e algumas medalhas. Essa busca durante cinqüenta anos resultou na época no maior e mais completo acervo de moedas de cobre relacionado com o Brasil. Conforme Kurt Prober “... *Moura, comprou nesse período praticamente todas as coleções clássicas de cobre feitas em nossa terra, inclusive a minha segunda coleção*”. A coleção Moura possuiu oito barras, sendo duas com guia; ducados brasileiros de 1646, a peça da coroação de 1822 e outras peças clássicas em prata, cédulas e espetaculares cobres. Apesar de tudo isso Moura deixou muito poucos registros impressos de seus conhecimentos numismáticos. Em especial citamos um onde ele registra “*Como eu me tornei sócio da SNB*”, publicado em 1993.

Relata um acontecimento ocorrido em 1941 sobre a quase compra de um “Tostão de 1872, falsificado”, que não ocorreu devido a conselhos recebidos de três outros colecionadores e sócios da SNB. Nessa ocasião ele foi convidado a ingressar na SNB. Estava o nosso homenageado com 32 anos de idade.

Claudio Patrick Amato, 1950- , Atual Presidente da SNB gestão 2003-2004



Claudio Patrick Amato

Amato, associado da SNB desde 1987, participou de outros cargos de diretoria, exerce seu primeiro mandato como presidente. Desde já essa gestão se mostra atualizado com os tempos modernos e busca divulgar o ato de “coleccionar moedas”. Para tanto investe no trabalho cultural que a SNB deve e pode prestar. Isso é visível nas palestras já realizadas da série Projeto Cultural e na organização do Congresso Latino Americano que já está na sua segunda edição. Numismata profissional desde 1986 é co-autor dos seguintes catálogos de preços: *Cédulas do Brasil*, juntamente com Irlei Soares das Neves e Júlio Ernesto Schultz. A publicação já está na 3ª edição datada de 2004. *Livro das Moedas do Brasil*, juntamente com Irlei Soares das Neves e Arnaldo Russo. A publicação já está na 11ª edição.

Nomes de outros sócios da SNB. É ingrata a tarefa de citar nomes. Por mais imparcial que se queira ser sempre fica a possibilidade de esquecer ou evidenciar alguém. E de um modo amplo todos os colecionadores de moedas, cédulas ou medalhas do Brasil ou instituições ligadas ao tema necessitam conhecer a SNB e posteriormente tornar-se associado. Isso aconteceu no passado e acontece hoje em dia e cada vez mais vai acontecer no futuro. Uns associados trabalham mais, outros participam, e tem aquele grupo que só observa. Mas com certeza todos são importantes. Assim escolhemos somente um nome de associado da SNB para homenagear todos os demais nesses oitenta anos. Casualmente ele também completou oitenta anos, sendo 51 desses como associado da SNB obtendo assim o registro de ser o sócio mais antigo, ainda vivo. Hans Kochmann, nascido em 17/07/1924, natural de Leipzig, Alemanha, começou a colecionar moedas aos seis anos de idade chegando ao Brasil em 1937. Estabelecidos em São Paulo, seus pais eram

comerciantes do ramo de antigüidades com loja na Rua Augusta. João, como ficou conhecido pelos colecionadores da época, tornou-se numismata profissional com escritório na rua Barão de Itapetininga. Em 1954 com o falecimento de seu Pai assumiu a administração da loja, fechada em 1956. Tornou-se sócio da SNB em 1953 participando de sua diretoria por 22 anos nos cargos de Bibliotecário, Consultor-técnico e Curador do Museu Numismático Social. Atualmente é sócio remido. Kochmann é Perito e Avaliador Oficial em assuntos de numismática geral e medalhística honorífica e militar com serviços prestados para os seguintes órgãos: Poder Judiciário de São Paulo, Museu Militar de São Paulo, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, INTERPOL, Polícias Militar e Civil de São Paulo, Museu Paulista e Museu de Arte de São Paulo. Associado de outras várias agremiações numismáticas nacionais e estrangeiras entre essas destacamos The American Numismatic Society e The Royal Numismatic Society desde 1959 e Association Internationale des Numismates Professionnels desde 1962. Colaborou com estudos para publicações técnicas de numismática e na imprensa em geral, inclusive no exterior. Seu nome é citado como colaborador em outros importantes livros numismáticos citamos em especial “Gold Coins of The World” de R Friedberg, New York, 1963 e “Barras de Ouro Brasileiras” de Kurt Prober, Rio 1990. Realizou ainda os seguintes trabalhos: Calendário PIRELLI, para o ano de 1965, sobre o tema moedas do Brasil. As moedas ilustradas eram da coleção Moura e da coleção HK. Colaboração com o Jornal Folha de São Paulo fornecendo informações sobre numismática. 1967/79 “Catálogo das Moedas Brasileiras” de Santos Leitão. Revisão, acréscimos e avaliação das moedas a partir da 11ª até a 14ª edição, inclusive sugestão (aceita) e elaboração do PREÇÁRIO, editado entre 1977 e 1982, pelo conhecido comerciante Santos Leilão do Rio de Janeiro. 1972/76 assinou coluna “NUMISMATIK” no jornal paulista escrito em alemão Deutsche Zeitung. 1989/92 Fascículos “MOEDAS” da Editora Globo. Serviço prestado para a elaboração dos 40 fascículos da coleção incluindo correção de texto e de ilustrações da parte da Numismática Clássica Grega e Romana e elaboração da parte brasileira. 1989/96 Consultor contratado pelo Banco Itaú S/A junto ao Instituto Cultural Itaú, realizando entre outros a elaboração do “Catálogo Histórico Numismático – Itaú” datilografado em 375 folhas, com informações coletadas durante mais de 40 anos; os direitos autorais deste livro, que ainda não foi publicado, pertencem ao Banco Itaú S/A e a HK. Demissionário por motivo de saúde. O nosso

homenageado quando encerrou suas atividades numismáticas doou seus livros numismáticos à Biblioteca do Itaú Numismática inclusive seu arquivo/fichário das Barras de Ouro do Brasil coletado durante mais de 30 anos com 300 fichas. Recentemente sua preocupação pelo acervo da SNB foi registrada no último boletim. Em carta sinalizou a atual diretoria que a biblioteca possui um livro raro de 1672 onde existe a primeira citação de uma suposta moeda cunhada em São Paulo por volta de 1640. Essa emissão de moeda registrada nesse livro com o nome de “São Vicente” ainda está para ser confirmada, apesar de ter sido amplamente debatida pelos associados da SNB inclusive com artigos em suas publicações.

Biblioteca

Acervo basicamente de informações sobre numismática composto de material impresso (livros, boletins, folhetos, catálogos e etc.) com especial ênfase ao Brasil. Criada junto com a fundação da SNB para auxiliar na pesquisa numismática nacional e estrangeira passou por bons e maus momentos. Em 1947 foi acrescida com a biblioteca numismática do ex-presidente Álvaro de Salles Oliveira. Importante conjunto. Em razão disso foi batizada com o nome de *Biblioteca Álvaro de Salles Oliveira*. Houveram outras doações registradas nas publicações periódicas da SNB, como também venda de duplicatas. O acervo foi listado no *Catálogo da Biblioteca da Sociedade Numismática Brasileira*, de 1952 por iniciativa de César Ferrari. Um folheto de 61 páginas que registra alguns títulos de outras áreas além da numismática. Durante a atual gestão administrativa se providenciou na mudança e instalação dos livros no salão social. Foi conservado os antigos móveis de madeira, provenientes da coleção Salles Oliveira e adquiridos novos armários fechados. Também está se providenciando um catálogo atualizado do acervo. Da mesma forma iniciou-se o uso da mídia eletrônica, Internet, para divulgar as atividades da Sociedade. Por meio do site www.snb.gov.br está disponível acesso a alguns boletins da SNB com estudos sobre numismática em geral. Atualmente possui cerca de 2100 volumes.

Cronologia das publicações da Sociedade Numismática Brasileira

A numismática é um estudo criterioso das moedas. Para esse estudo ser conhecido, validado, e se for o caso, citado por outros estudiosos deve ser divulgado. Essa divulgação, basicamente, é feita por meio de publicação impressa, quer na forma de monografia, numa

edição particular ou de uma instituição, ou por meio das publicações periódicas de agremiações numismáticas. A SNB se faz representar muito bem nesse item tendo um papel importante com a publicação de seus periódicos, quer a Revista Numismática e o boletim atual. Louvamos ainda o trabalho do Dr. César Ferrari, que durante 23 anos foi “o faz tudo” do Boletim. Registramos que existem atualmente outros clubes nacionais que divulgam o estudo das moedas no Brasil. Do passado citamos a revista *NUMARIA* editada de 1935 a 1960 pela Sociedade Numismática Cearense, entre outras, mas hoje a principal publicação é o Boletim da SNB. Atualmente todo o trabalho de planejamento, gestão e execução desse boletim está a cargo do Diretor Fábio de Souza.

1933 a 1954 Revista Numismática. 22 revistas conforme segue:

1933 até 1939 uma revista por ano.

1940/1941 duas revistas na mesma edição.

1942 até 1950 uma revista por ano.

1951/1952 duas revistas na mesma edição.

1953/1954 duas revistas na mesma edição.

1934 e 1935 Lista oficial de preços de moedas brasileiras. Prata, níquel e liga.

1936 Realização do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira.

1937 Primeiro volume dos anais, do CNB

1940 Segundo volume dos anais, do CNB

1942 Catálogo oficial de preços de moedas brasileiras

1952 Catálogo da Biblioteca da Sociedade

1954 Boletim mimeografado. Só saíram quatro números.

1959 até hoje: Boletim da Sociedade. Houve mudança de nome conforme segue:

1959/1969 Boletim da SNB

1970/1983 Boletim de Numismática

1983/1991 Notícias da Sociedade

1992/1995 Notícias da Sociedade/Boletim da SNB

1996/1999 Boletim da Sociedade

1999/ Boletim

Principal publicação periódica brasileira de numismática. Prestamos novamente aqui uma homenagem a seu criador e principal redator por mais de 23 anos Dr. César Ferrari. Edição com periodicidade e numeração variável. Atualmente está no número 54. Desde o número 47 disponível na página da SNB na Internet

1960 Gastão Dessart, Ensaio histórico e descritivo das primeiras moedas cunhadas no Brasil.

1978 César Ferrari, Catálogo Manual CF das moedas do Brasil Republica.

1985 Curso de Classificação de Patações (Waldomiro Ferreira Gomes)

2003 até hoje: Informativo Mensal “Notícias da Sociedade”. 14 emissões (Com dois tipos de emissão: impressa e disponível na página da SNB na Internet)

Congressos de numismática no Brasil

Esse assunto, com mais detalhes, já foi registrado por nós em edições passadas do boletim. Foram reuniões muito importantes onde a SNB sempre se fez presente. Relacionamos sucintamente essas ocorrências do passado. No Brasil, foram realizados nove congressos de numismática, oito na cidade de São Paulo e um em Brasília. Todos com a participação da Sociedade Numismática Brasileira. Essas reuniões ocorreram nos anos de 1936, 1986, 1988, 1989, 1992, 1994, 2000, 2002 e 2003. O primeiro de 1936 foi organizado numa época em que, no Brasil, os colecionadores estudavam numismática e divulgavam seus estudos, quer numa edição particular ou através da Revista Numismática da SNB. Com esse proceder ficaram registrados seus conhecimentos para os novos colecionadores. A realização, naquela época, de um congresso, com palestras, comunicações e claro debates, fazia parte do espírito típico dos pioneiros: preservar e

transmitir o que se aprendeu e quando descobrir algo novo, registrar para ser divulgado às novas gerações. Os registros culturais dessa reunião foram dois alentados volumes com estudos numismáticos que ainda são fonte de consulta. A exposição numismática realizada junto com o congresso apresentou, além de peças dos associados da SNB, moedas da famosa coleção Meili. O segundo foi realizado em 1986, cinquenta anos depois, estando o Brasil numa outra realidade social e econômica, o que refletiu no resultado cultural dessa reunião. A SNB somente apoiou a exposição de moedas realizada no Museu Paulista, ficando a organização do congresso com a firma Ile Turismo. Somente duas palestras foram realizadas no Museu Casa Brasileira, sendo uma delas publicada no boletim Notícias da Sociedade. Os demais congressos até o ano de 1994 foram organizados pela SNB, mas não houve aumento significativo no número de palestras e debates. As exposições continuaram, mas o que aumentou de forma marcante foi a comercialização de material numismático. Esse proceder fez escola e a partir de então, todas as demais sociedades e clubes numismáticos do Brasil realizam encontros nacionais. Foi estabelecido um calendário nacional para evitar a realização simultânea de encontros, onde, com toda a comodidade, os colecionadores e comerciantes trocam informações e, claro, compram e vendem moedas. Até então a divulgação da numismática no Brasil era realizada nesses encontros. Existem as sociedades e seus boletins informativos, mas, infelizmente, nem todo colecionador e/ou comerciante é associando a uma agremiação numismática. A mudança nesse estado dos acontecimentos começou a ocorrer no ano de 1998, com a idealização de um congresso numismático internacional, reunindo Portugal e Brasil. Após as diversas tratativas entre os diversos envolvidos, SPN, SNB, entidades culturais e patrocinadores dos dois países ocorreu a realização do Primeiro Congresso Luso Brasileiro de Numismática. Esse evento ocorreu em duas partes, em 1999 etapa Portugal, com sedes em Lisboa e Porto. Em 2000 etapa Brasil, com sedes em São Paulo e Rio. O êxito foi completo ocasionando a realização em 2002 do Segundo Congresso Luso Brasileiro de Numismática. Essa segunda reunião de estudo e divulgação ocorreu em Brasília com o patrocínio do Banco Central do Brasil e seu esplêndido Museu de Valores. Registramos que esses dois últimos eventos disponibilizaram a divulgação de estudos sobre numismática em geral. Seguindo o ritmo desses encontros internacionais a SNB, com nova diretoria, promoveu e

organizou o Primeiro Congresso Latino Americano de Numismática. Realização pioneira na América Latina que ocorreu de 26 a 30 de Novembro de 2003 em São Paulo. Evento esse que atingiu plenamente o esperado. A atual direção da SNB pretende repetir o sucesso com o II Congresso Latino Americano de Numismática agora em 2004, junto com a comemoração dos oitenta anos de fundação da SNB.

Listamos, a seguir, informes sobre os nove congressos realizados.

1936 - São Paulo, I Congresso de Numismática Brasileira.

Promovido pela SNB, com patrocínio do Governo do Estado de São Paulo e do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, entre 24 de março e 2 de abril. Grandiosa realização da SNB, na presidência de Álvaro de Salles Oliveira. Anexo ao congresso, foi realizada uma enorme exposição numismática que contou com peças de várias coleções particulares e oficiais. Destacamos que, alguns exemplares da coleção Julius Meili, recém adquirida da família Meili, estiveram em exposição.

Os anais do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira são dois volumes, contendo tudo sobre a organização, inauguração e decorrer desse congresso, em especial, a transcrição dos trabalhos apresentados, bem como um catálogo da exposição.

O volume I, editado em São Paulo, 1937, 896 páginas, com ilustrações. Tiragem de 500 exemplares numerados e rubricados pelo Presidente da SNB, Dr. Salles Oliveira.

O volume II, editado em São Paulo, 1940, 401 páginas, com ilustrações. Tiragem de 500 exemplares numerados e rubricados pelo Presidente da SNB, Dr. Salles Oliveira.,

1986 - São Paulo, II Congresso Brasileiro de Numismática.

Promovido pela Ile Turismo, com apoio técnico da SNB. Foi realizado entre os dias 4 e 7 de novembro, nas dependências do Museu da Casa Brasileira.

1988 - São Paulo, III Congresso Brasileiro de Numismática.

Promovido pela SNB. Foi realizado entre os dias 13 e 15 de maio, no hotel Danúbio.

1989 - São Paulo, IV Congresso de Numismática Brasileira.

Organizado pela SNB. Ocorreu entre os dias 1 e 5 de novembro de

1989, nas dependências do hotel Danúbio.

1992 - São Paulo V Congresso Brasileiro de Numismática.

Promovido pela SNB. Foi realizado entre os dias 9 e 12 de outubro, no hotel Danúbio.

1994 - São Paulo VI Congresso Brasileiro de Numismática.

Promovido pela SNB. Foi realizado entre os dias 21 e 23 de outubro, no hotel Danúbio. Comemorando os 70 anos da SNB.

2000 - Lisboa/Brasil Primeiro Congresso luso-brasileiro de Numismática. Dentre as várias comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, quer em Portugal ou no Brasil, a realização deste congresso foi um marco importante para a história numismática dos dois países. A idéia da realização já constava nas conclusões do IV Congresso Nacional de Numismática, realizado entre 23 e 25 de Julho de 1998, em Lisboa.

I Congresso luso-brasileiro de Numismática - etapa Portugal.

Porto de 8 a 10 de março, Fundação Dr. Antônio Cupertino de Miranda

Santarém de 11 a 12 de março, Câmara Municipal de Santarém

I Congresso luso-brasileiro de Numismática - etapa Brasil

São Paulo de 19 a 22 de outubro, Instituto Itaú Cultural

Rio de Janeiro de 26 a 29 de outubro, Museu Histórico Nacional

2002 - Brasília Segundo Congresso luso-brasileiro de Numismática.

Em conjunto com as comemorações do centenário de nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek, que resultou no lançamento de moedas comemorativas e dos trinta anos da criação do Museu de Valores do Banco Central do Brasil foi idealizada a realização do Segundo Congresso Luso Brasileiro de Numismática pelo Banco Central e pelo Banco Itaú, com o apoio de outros parceiros. A cidade escolhida para receber o evento foi Brasília, com a utilização das dependências do Banco Central. O tema do congresso “a desmitificação e a popularização da numismática”.

II. Congresso luso-brasileiro de Numismática

Brasília – DF de 9 a 13 de setembro de 2002

Banco Central do Brasil – Museu de Valores

2003 - São Paulo, I Congresso Latino Americano de Numismática.

Promovido pela SNB. Foi realizado entre os dias 26 a 30 de novembro, no hotel Pestana. Contou com a participação de vários numismatas nacionais e estrangeiros. Do exterior marcaram presenças representantes de 14 países. Houve palestras, exposições de moedas, cédulas e medalhas, lançamento de livro sobre numismática brasileira, leilão especial e comercialização nas 48 meses disponíveis.

Medalhas emitidas pela SNB.

Foram elaboradas as seguintes medalhas:

1924 - Fundação da SNB, 50 mm, gravador ACD, S. Johnson, Itália.

01) prata com inscrição “ao sócio fundador – *nome do associado*”, 22 exemplares

02) bronze sem inscrição “ao sócio fundador – *nome do associado*”, 50 exemplares

Provas:

P1) prata sem inscrição “*nome do associado*”, 3 exemplares

P2) bronze sem inscrição “*nome do associado*”, 3 exemplares

P3) prata uniface anverso, doada ao MHN, Rio

P4) prata uniface reverso, doado ao MHN, Rio

P5) bronze uniface anverso, 225 mm, 1exemplar na SNB

P6) bronze uniface reverso, 225 mm, 1exemplar na SNB

As provas 5 e 6 foram acondicionadas em escudos forrados de feltro azul.

Sobre a empresa que confeccionou a medalha 1924 Fundação da SNB, Stabilimento Stefano Johnson, SPA. Companhia italiana de medalhas, fundada em 1836 por Stefano Johnson, filho de Giacomo Johnson com sede em Milão. Produziram medalhas para comemorar a princípio eventos italianos e após de outros países. Os descendentes de Stefano, seu filho Frederico Johnson, seu neto Stefano Johnson II e seu bisneto Cesare Johnson trabalharam na companhia. Em 1943 o edifício da empresa foi destruído nos ataques aéreos da guerra. Cesare reconstruiu. Ele também aumentou o status cultural das medalhas publicando a revista Medaglia em colaboração com sua esposa Velia

Johnson, e catalogando a então coleção da companhia de cerca de 50.000 medalhas. Esse acervo está acessível para estudos. A empresa continuou sob gerência da família Johnson até abril desse ano. O novo administrador é o grupo italiano J. Venture & Partners SpA, que continua a produção de medalhas e objetos afins agora com o nome Johnson 1836. Outras informações na página da Internet: <http://www.johnson1836.com>



1932 - IV Centenário da Colonização do Brasil, 61 mm, gravador Langone, São Paulo.

03) prata, 103 exemplares

04) bronze, 220 exemplares

05) cobre, disco fino

06) 35 mm, alumínio, 500 exemplares

Essa emissão foi solicitada a SNB, em fevereiro de 1932, pelo Sr. José Garrido, Prefeito da cidade de Salto de Itú, para premiar os estudantes da sua localidade.

Consta que certa quantidade dessas medalhas foi perdida em sinistro de incêndio.

Provas:

P7) 61mm, alumínio, 1 exemplar

P8) bronze uniface anverso, 265 mm, 1 exemplar na SNB.

A prova 8 foi acondicionada em escudo forrado de feltro azul.



1934 - IV Centenário do Nascimento de Anchieta, 60 mm, gravador Langone, São Paulo.

07) prata, 14 exemplares

08) bronze, 96 exemplares



1936 - I Congresso de Numismática Brasileira, 60 mm, gravador Langone, São Paulo.

09) prata

10) bronze



1937 - 300 anos da Fundação de Ubatuba-SP, 60 mm, gravador Langone, São Paulo.

11) prata, 20 exemplares

12) bronze, 100 exemplares



1945 - Distintivo de Sócio da SNB, 17mm, São Paulo.

Reproduz o Brasão da SNB com alfinete para lapela.

D1) ouro, 1 exemplar de posse do Presidente em exercício da SNB

D2) prata, de uso dos demais associados

O exemplar de ouro foi de uso de Álvaro de Salles Oliveira, falecido em 1946, antigo presidente da SNB entre 1933 até 1942. O mesmo foi doado a SNB pela família Salles Oliveira por volta de 1948.

1954 - 30 anos da Fundação da SNB, 40 x 28 mm, gravador Montini, São Paulo.

13) bronze prateado, com olhal

14) bronze, com olhal

1954 - IV Centenário da Fundação de São Paulo, 70 mm, gravador Montini, São Paulo.

15) prata dourada, 8 exemplares

16) prata, 100 exemplares

17) bronze, 300 exemplares

Provas:

P9) bronze uniface anverso, 195 mm, 1exemplar na SNB

P10) bronze uniface reverso, 195 mm, 1exemplar na SNB

Essas provas foram acondicionadas em escudos forrados de feltro azul.



1964 - 40 anos da Fundação da SNB, 55 mm, gravador Olímpica, São Paulo.

18) prata, 50 exemplares

19) bronze dourado, 100 exemplares



1972 - 150 anos da Independência do Brasil, 55 mm, gravador Olímpica, São Paulo.

- 20) prata, 100 exemplares
- 21) bronze, 100 exemplares
- 22) cobre, 100 exemplares

Criação Sidney Pizzani.



1974 - 50 anos da Fundação da SNB, 55 mm, gravador Olímpica, São Paulo.

- 23) prata, 100 exemplares
- 24) bronze, 100 exemplares
- 25) cobre, 100 exemplares

Criação Sidney Pizzani

Contraste no bordo do exemplar de prata: “ 900 de fino “.



1979 - Inauguração da Sede Própria da SNB, 60 mm, gravador G. Carnellosso, São Paulo.

26) prata, 100 exemplares

27) latão, 250 exemplares

Provas:

P11) chumbo

P12) madeira

P13) cobre uniface anverso, na SNB

Criação Sidney Pizzani.

Fabricante Metalúrgica Central Ltda, São Paulo.

Contraste no bordo do exemplar: prata letra "P" invertida; latão letra "L" invertida.

Produzidas e distribuídas em Setembro de 1982.



1984 - 60 anos da Fundação da SNB, 55 mm, gravador Orlando Daniz, São Paulo.

28) prata, 100 exemplares

29) latão, 300 exemplares

Prova:

P14) madeira, 6 exemplares

Criação do Diretor da SNB Léo Albino Trindade.

Fabricante Sport Brindes, São Paulo.



1988 - Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil, 60 mm

III Congresso Brasileiro de Numismática

30) prata, 100 exemplares

31) bronze, 100 exemplares

Prova:

P15) madeira, na SNB e com particulares

P16) alumínio, na SNB

Criação do Diretor da SNB Léo Albino Trindade.

Fabricante Sport Brindes, São Paulo.



1989 - Centenário da Proclamação da República no Brasil, 55 mm

IV Congresso de Numismática Brasileira

32) prata, 50 exemplares

33) bronze, 50 exemplares

Criação do Diretor da SNB Léo Albino Trindade.

Fabricante Sport Brindes, São Paulo.



1992 - V Centenário do Descobrimento da América, 55 mm,
gravador Sport Brindes, SP.

V Congresso Brasileiro de Numismática

34) prata, 50 exemplares

35) bronze, 50 exemplares

36) cobre, 50 exemplares

Criação do Diretor da SNB Léo Albino Trindade.

Fabricante Sport Brindes, São Paulo.



1994 - 70 anos da Fundação da SNB, 55 mm, gravador Sport Brindes, São Paulo.

VI Congresso Brasileiro de Numismática

37) prata, 50 exemplares

38) bronze, 50 exemplares

39) cobre, 50 exemplares

Prova:

P17) prata, na SNB

Criação do Diretor da SNB Léo Albino Trindade.

Fabricante Sport Brindes, São Paulo.



1996 - Centenário da Escola de Engenharia Mackenzie-SP, 60 mm, gravador Sport Brindes, São Paulo.

40) bronze dourado, 100 exemplares

41) bronze, 100 exemplares

42) cobre, 100 exemplares

Criação do Diretor da SNB Léo Albino Trindade.

Fabricante Sport Brindes, São Paulo.



2003 - Primeiro Congresso Latino-Americano de Numismática-SP, 55 mm, gravador Pedro Balsemão, RS.

43) ouro, 3 exemplares, 100g

44) prata, 98 exemplares

45) bronze, 120 exemplares

46) cobre, 120 exemplares

Provas:

P18) madeira, 30 exemplares

P19) cobre dourado uniface anverso, 1 exemplar

P20) bronze uniface reverso, 1 exemplar

Criação do Diretor da SNB Fábio de Souza, São Paulo, SP.

Fabricante: Pedro P Balsemão, São Leopoldo, RS.



2004 - 80 anos da Fundação da SNB, 70 mm, gravador Aristides Sá Leitão, São Paulo.

Criação do Diretor da SNB Fábio de Souza, São Paulo, SP.

Fabricante: Prataria Consentino, São Paulo.

Obs: Informações sobre metais e quantidades não disponíveis até o término desta edição do Boletim.



Prova em chumbo unifacial da medalha dos 80 anos

**2004 - Segundo Congresso Latino-Americano de Numismática-
SP**, 55 mm, gravador Aristides Sá Leitão, SP.

Criação do Diretor da SNB Fábio de Souza, São Paulo, SP.

Fabricante: Prataria Consentino, São Paulo.

Obs: Informações sobre metais e quantidades não disponíveis até o término desta edição do Boletim.



*Prova em alumínio unifacial da medalha do
II Congresso Latino-Americano de Numismática.*



Alfabeto Glagolítico

(Quarta Parte)

Alfredo Schönberger

novamente, o ilustre colega da SNB, o Sr. Gregory Martins, indicou-me uma cédula croata com uma frase em Glagolítico. Trata-se do segundo maior valor da série de dinares croatas (hrvatski dinar), emitidos entre 1991-1993, durante a guerra civil iugoslava. A nota de 50.000 dinares (67x130mm) foi emitida em 30/05/1993. Entre 30/05/1994 e 05/06/1994 a série de dinares croatas foi recolhida e substituída pela nova denominação de Kuna.

O anverso da série de dinares croatas é igual para todos os valores, com a imagem de Rudjer Boskovic [Ruggero Giuseppe Boscovich (1711-1787), nascido na República de Ragusa (agora Dubrovnik-Croácia). Matemático, astrônomo, físico, filósofo, diplomata e poeta. O pai era sérvio, convertido ao catolicismo, a mãe era italiana. Na parte direita da cédula está parte das formulas de seus estudos científicos, além do brasão da Croácia.



Brasão da Croácia

Ele consiste de um escudo que alterna 25 campos em vermelho e branco (prata), em cinco linhas (13 vermelhos e 12 em prata), início e fim em vermelho. O escudo é encimado por



uma coroa feita de cinco escudos menores iniciando da esquerda para direita: 1) o mais antigo brasão da Croácia conhecido; 2) brasão da República ragusina; 3) brasão da Dalmácia; 4) brasão da Ístria e 5) brasão da Eslavônia.

Indaguei do governo croata, sobre o brasão da Dalmácia; o porque das três cabeças de leopardo, e sobre o significado do brasão da Ístria (bode montanhês) sem resultado.

A marca de água, representa uma pia batismal da idade média.

O reverso da cédula tem como motivo central o monumento “História dos Croatas” esculpido pelo famoso escultor eslavoniano Ivan Mestrovic. Trata-se de uma mulher sentada, com a cabeça coberta, nos joelhos uma pedra com a inscrição em glagolítico (provavelmente, “História dos Croatas” mas não consegui de nenhuma autoridade croata a confirmação). Á esquerda do monumento, os portais da Universidade de Zagreb, encimados por e apoiados sobre meias rosetas.



Brasão da Dalmácia



Apresento também a foto da cabeça da mulher, para que seja possível apreciar os traços fortes captados pelo escultor.



Na edição do Boletim SNB nº 50, na página 96 mostrei a pedra de Baska, infelizmente pouco legível. Pesquisando nos sites croatas sobre o alfabeto glagolítico, descobri em um website uma explanação maravilhosa (em inglês) da pedra, que desejo compartilhar com os leitores: www.hr./darko

Segue ainda uma foto de um ornamento, do ano 881d.C., do palácio do duque Branimir (antes da Croácia tornar-se reinado e logo depois da passagem dos santos Kirillos e Metodius pela Dalmácia).



Ornamento do palácio do duque Branimir

Alfredo Schönberger

E-mail: alfredo.schonberger@terra.com.br

Bibliografia:

- 1) Dr. Boris Raguz (Diretor do Banco Central da Croácia)
NUMIZMATICKA IZDANJA HRVATSKE NARODNE BANKE 1994-2004 + vários artigos.
- 2) Der Neue Brockhaus
- 3) Novo Dicionário Aurélio



Carimbos Primitivos do Império

*José Serrano Neto
Fabio de Souza*



este artigo não tem como finalidade elucidar a origem e os motivos da aplicação dos Carimbos do Império, pretendendo somente reunir algumas das poucas informações disponíveis sobre este tema altamente controverso da nossa numismática, sobre o qual não existem certezas e todas as informações são hipóteses, não devendo, portanto ser consideradas definitivas.

Cabe ressaltar que todas essas peças são da mais alta raridade, já que poucos exemplares chegaram aos nossos dias e que o debate quanto à sua autenticidade, excluindo-se algumas notoriamente falsas, por seu cunho grosseiramente rústico, está longe de terminar.

O Decreto ou a Lei que autorizaram sua criação e aplicação são totalmente desconhecidos. Podemos concluir apenas que são posteriores ao dia 1º de Dezembro de 1822, data em que a coroa real foi substituída pela coroa imperial, representada no anverso dos referidos carimbos.

A falta de informações relacionadas aos carimbos pode também ser atribuída à destruição de documentos da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, nos vários incêndios ocorridos, tendo destaque o de 1º de Outubro de 1836, que durou mais de 8 horas e no qual foram perdidos grande parte dos arquivos e da seção de gravura de cunhos.

Os chamados Carimbos Primitivos do Império, ou Carimbos da Independência, são contramarcas bifaciais aplicadas em moedas de cobre brasileiras. Apresentam no anverso a Coroa Imperial, abaixo dela o valor, ladeado à esquerda por um ramo de café com frutos e à direita por um ramo de fumo, com 3 flores na ponta. No reverso, o Escudo com fundo tracejado verde, dentro deste um anel de estrelas e dentro do anel, a esfera armilar sobreposta à Cruz da Ordem de Cristo.

Esses carimbos aparecem sobre moedas dos mais variados valores e épocas, desde XL Réis de Dna. Maria I e D. Pedro III até 37 ½ Réis da Casa da Moeda de Minas.

Diversas são as opiniões e hipóteses já levantadas por diferentes autores sobre a origem destas contramarcas. Em seu livro “Catálogo da Collecção Numismática Brasileira” (Rio de Janeiro, 1908), Augusto de Souza Lobo observa que esses carimbos não têm a origem bem esclarecida, podendo ter sido utilizados de maneira provisória até a escolha definitiva dos cunhos a adotar:

Com a proclamação da Independência do Brasil em 7 de Setembro de 1822 e sendo o país reconhecido como uma nação, tornou-se necessária a criação de uma moeda nacional, como parte de um plano nacionalizador, que atendesse aos insistentes apelos da nação afirmando perante o mundo que o país já era o dono de si mesmo. A abertura de novos cunhos com as novas armas do Império não havia sido possível em um espaço de tempo tão curto.

Para contornar essa situação foram criadas contramarcas, com carimbos bifaciais de 40 e 80 Réis, aplicadas em várias moedas de circulação na época – coloniais ou do Reino Unido - sem levar em conta seu valor facial.

Seriam então estas peças contramarcadas as primeiras moedas com as novas armas do Império a circular no Brasil Independente.

Contudo, chegou até nossos dias uma carta de 27 de Agosto de 1823, na qual José Maria da Fonseca Costa, escrivão da Receita e Despesa da Casa da Moeda relata ao Presidente do Tesouro Público o que é resumido a seguir:

- Não recebeu nenhuma ordem para a supressão da moeda com “o novo cunho do Império” – Evidentemente refere-se à “Peça da Coroação”, cujo desenho havia sido reprovado pelo Imperador, sendo descontinuada a cunhagem;
- Não proibiu o giro “do que tem cunhado” (ainda quanto à Peça da Coroação);
- Em 22/08/1823 iniciou a cunhagem das moedas de cobre de 20 Réis com as Armas do Império, conforme Portarias de 21/07/1823

(que manda o provedor da casa da Moeda aprontar cunhos com legenda e armas do Império para cunhagem das moedas de prata e cobre) e 22/08/1823 (que manda cunhar moedas de ouro com a efígie do Imperador e ressalta que as moedas de prata e cobre sejam cunhadas com as novas armas do Império).

Exceto no caso das moedas de que tratam as duas portarias acima, segue-se cunhando as moedas de cobre de outros valores com os antigos cunhos (com as armas do Reino Unido), já que não houve tempo para a abertura de cunhos em número necessário para a manutenção do funcionamento de todos os engenhos.

Nenhuma referência aos carimbos. Apenas pode-se notar o longo espaço de tempo entre a adoção das armas imperiais, em 1º de Dezembro de 1822, a ordem para a abertura dos novos cunhos com as mesmas armas, pela Portaria de 21/07/1823 e o efetivo início da cunhagem das moedas com os novos cunhos – 22/08/1823. Hipoteticamente seria esse o período de aplicação dos carimbos.

São conhecidas peças nas quais, sobre os Carimbos do Império estão batidos os carimbos gerais de 10 ou de 20. Denota-se portanto que no ano de 1835 e até posteriormente estas moedas ainda estavam em circulação.

Como também não está claro que estes carimbos tenham sido postos oficialmente pela Casa da Moeda, pode-se supor que tenham sido aplicados por iniciativa de alguma província. É baseada nisso a opinião de que a carimbagem possa ter sido feita em Cuiabá, devido à semelhança com a coroa das moedas lá cunhadas, especialmente com a de 20 réis de 1825C, reproduzida abaixo:



20 réis - 1825C

No entanto, Saturnino de Pádua menciona que a semelhança entre a coroa dos carimbos e a coroa das peças de Goiás e Cuiabá é

devida ao fato de esses cunhos terem sido abertos pela mesma pessoa, Francisco Manoel Campolim que até setembro de 1823 servira na Casa da Moeda do Rio de Janeiro. Após ser transferido para Cuiabá, teria aberto os cunhos utilizados na cunhagem das moedas seguindo o mesmo estilo dos carimbos.

Contrapondo-se às suposições apresentadas, encontramos outra, de que esses carimbos não seriam as primeiras moedas a circular com as armas do império, mas um levantamento do valor de moedas coloniais e do Reino Unido que estavam circulando nas províncias de Goiás e Mato Grosso, anteriormente à introdução em 1823 das moedas leves, cunhadas na relação de 20 Réis a oitava.

Por outro lado, Julius Meili cita a hipótese de que essa carimbagem tenha sido feita até por particulares, prolongando-se essa aplicação até 1828 ou ainda posteriormente, por motivos completamente ignorados. Essa hipótese é baseada na existência de moedas imperiais que trazem os carimbos, abaixo ilustradas.



20 réis 1830B com carimbo primitivo de 40 réis



40 réis imperial (data não visível) com carimbo primitivo de 80 réis

Descrições das variantes

20 Réis tipo I



Anverso 1:

- Coroa: dois primeiros aros do diadema unidos;
- Diadema: um só traço, fundo curvo;
- Flor esquerda de tabaco encosta na coroa;
- Laço com 1 dobra, diminuta.

Reverso 1:

- Anel com 19 estrelas;
- Bico, pé e braços unidos diretamente à esfera;
- Reverso presente nas peças 40 réis tipo IV e 80 réis tipo V.

40 Réis tipo I



Anverso 1:

- 4 com sombra à esquerda;
- Arco ext. esq termina à esquerda da palma;
- Pontículo entre o 4 e o 0, próximo ao 4;
- Laço com 5 dobras;
- Diadema com 3 traços, fundo com tracejado vertical.

Reverso 2:

- Anel com 19 estrelas;
- Bico e pé unidos à esfera por extensão do meridiano e braços unidos à esfera por extensão do equador;
- Lado direito da esfera ligeiramente rebaixado em relação ao esquerdo, ao sul;
- Reverso presente nas peças 40 réis tipo II e 80 réis tipo II.

40 Réis tipo II

**Anverso 2:**

- 4 sem sombra;
- Arco ext. esq termina sobre a palma;
- Arcos internos com folhas abertas;
- Folhagem do café menos densado que no Anverso 1, com menos frutos.

Reverso 2:

- Anel com 19 estrelas;
- Bico e pé unidos à esfera por extensão do meridiano e braços unidos à esfera por extensão do equador;
- Lado direito da esfera ligeiramente rebaixado em relação ao esquerdo, ao sul;
- Reverso presente nas peças 40 réis tipo I e 80 réis tipo II.

40 Réis tipo III



Anverso 3:

- Coroa rústica, arcos externos soltos das palmas;
- “0” menor do que o 4;
- Flor esquerda de tabaco aponta para o espaço entre a palma e o arco externo;
- Diadema com figuras irregulares: empastado - ponto - losango - retângulo.

Reverso 3:

- Esfera só com 2 coluros;
- Bico: triângulo unido diretamente à esfera;
- Braço direito: haste inferior é prolongamento do equador;
- Reverso presente na peça 80 réis tipo III.

40 Réis tipo IV

**Anverso 4:**

- Coroa: dois primeiros aros do diadema unidos;
- Diadema: um só traço, forro lincado;
- Filete saindo à direita do 4, e, acima, 4 com leve serifa;
- Flor esquerda de tabaco encosta na coroa;
- Laço com uma dobra, diminuta.

Reverso 1:

- Anel com 19 estrelas;
- Bico, pé e braços unidos diretamente à esfera;
- Reverso presente nas peças 20 réis tipo I e 80 réis tipo V.

40 Réis tipo V



Anverso 5:

- Coroa: arcos com pérolas;
- Globo sem cruz;
- Ramo de tabaco com flores redondas;
- Laço com duas voltas, só na parte interna dos ramos, ponto vazado;
- 4 sem serifa.

Reverso 4:

- Anel com 20 estrelas;
- Tracejado vermelho dentro do anel;
- Trapézios do pé, bico e braços unidos à esfera por hastes grossas.

40 Réis tipo VI



Anverso 6:

- Cunho muito tosco;
- Algarismos do valor muito juntos e com traços grossos;
- Ramo de tabaco com 3 flores muito rústicas;
- Laço com quatro dobras.

Reverso 5:

- Anel: pontos irregulares ao invés de estrelas;
- Esfera só com 2 coluros;
- Escudo sem verde na parte superior esquerda;
- Cunho extremamente tosco.

80 Réis tipo I



Anverso 1:

- Cifras do valor muito grandes, tocando ramos e a coroa;
- 8 inclinado à esquerda;
- Ponto dentro do 8;
- Laço com 4 dobras.

Reverso 6:

- Anel com 18 estrelas;
- Bico, pé e braços unidos à esfera por 2 hastes;
- Traço esquerdo do escudo prolongado abaixo;

80 Réis tipo II



Anverso 2:

- Algarismos pequenos e separados;
- Diadema com pérolas;
- Laço com 4 dobras;
- Tracículo junto ao zero, acima;
- Arcos externos finos junto ao globo e grossos junto às palmas;
- Arco externo direito solto da palma.

-Anel com 1

- Reverso presente nas peças 40 réis tipo I e tipo II.

80 Réis tipo III



Anverso 3:

- Fumo: 2 pontículos entre as 3 flores;

Reverso 3:

- Reverso presente na peça 40 réis tipo III.

80 Réis tipo IV



Anverso 4:

- Valor: “8” menor que o “0”;
- Empastado no arco externo direito da coroa;
- Laço com 5 dobras;
- Flor de fumo esquerda muito pequena, folhas de café arredondadas.

Reverso 7:

- Anel com 19 estrelas;
- Bico, pé e braço direito unidos diretamente à esfera, braço esquerdo unido à esfera por extensão do equador;
- Polo sul achatado.

80 Réis tipo V



Anverso 5:

- Coroa: dois primeiros aros do diadema unidos;
- Diadema: um só traço, fundo curvo;
- Flor esquerda de tabaco encosta na coroa;
- Laço com uma dobra, diminuta.

Reverso 1:

- Anel com 19 estrelas;
- Bico, pé e braços unidos diretamente à esfera;
- Reverso presente nas peças 40 réis tipo IV e 80 réis tipo V.

Menções a estes carimbos:

- Julius Meili “Das Brasilianische Geldwesen” II Parte – Menciona carimbos de 40 e 80 e mostra fotografias dessas moedas no Quadro I;
- Augusto de Souza Lobo “Catálogo da Collecção Numismática Brasileira”, pg 105 menciona carimbos de 40 e 80 e fotografias na estampa LXX;
- Saturnino de Pádua “Moedas Brasileiras”, 2ª ed. pág 147;
- Xavier da Mota “Moeda do Brasil” pág 94;
- Álvaro da Veiga Coimbra “Noções de Numismática” IV – Numismática Brasileira, Brasil Independente, págs 16,17 e 18.

Os carimbos de 40 e de 80 e mais o carimbo de 20 são mencionados em: “Catálogo de Preços das Moedas Brasileiras” – Hermann Porcher; “Catálogo das Moedas do Brasil”, 3º Volume – José Vinícius do Amaral; “Livro das Moedas do Brasil” – Arnaldo Russo.

Os tipos III e IV do valor de 80 Réis tem como moedas base tanto peças da colônia quanto do Império. Não devemos portanto nos prender a um período nem estabelecer um padrão de aplicação.

Analisando essas misteriosas moedas e estudando as poucas informações disponíveis sobre as mesmas conclui-se o quanto são incompletas e contraditórias não esclarecendo nada quanto à provável data de sua aplicação nem quanto aos motivos que as originaram, ficando essa grande lacuna numa parte tão interessante de nossa numismática.



Peças Inéditas na Numismática Brasileira

40 réis do Império em Disco Inglês - 2ª Parte

Fábio de Souza

No edição número 53 deste boletim publicamos uma nota sobre duas moedas de 40 réis que apresentam uma interessante legenda incusa pertencente a chapa utilizada para confecção do disco, indicando tratar-se de cobre de origem inglesa.

Através destas duas peças conhecidas não havia sido possível na ocasião uma visualização completa desta legenda incusa, sendo inclusive solicitado aos associados que, caso conhecessem alguma peça com estas características, entrassem em contato com a SNB.

Curiosamente logo após a publicação do artigo, recebemos do associado João Renato Ferreira Costa, do estado do Pará, um email nos informando algo inesperado: a confirmação da existência de uma terceira peça com essas características:

(...) lendo o Boletim nº53 dessa Sociedade, tomei conhecimento do artigo do Fábio de Souza sobre os 40 réis do Brasil cunhados em chapas de cobre provenientes da Inglaterra. Estou enviando em anexo as duas fotos (anverso e reverso) de uma moeda de 40 réis de 1825R, onde podemos verificar no reverso, além do carimbo do pará de 20 o valor 34 oz e acima da letra o de oz a letra G com um ponto a sua direita (...)



40 réis - 1825R

A partir dos dois primeiros exemplares, por não ser possível uma identificação detalhada da parte superior da legenda (W...) foi cogitada a possibilidade de estar escrito na parte superior a palavra “Weight”, já que no centro consta uma indicação de peso: “34 oz” (34 onças ou aprox 1 Kg). Com o descobrimento deste terceiro exemplar e sobreposição desta moeda com as outras duas já registradas, mais uma parte deste quebra-cabeça centenário pode ser elucidada, sendo possível agora visualizar a letra “G”, e parte de uma letra que aparentemente trata-se de um “&”.

Com base nas informações obtidas com este terceiro exemplar, foi possível chegar ao nome de uma empresa de Londres chamada “Williams & Grenfell” que, segundo registros encontrados, foi fundada em 1802 como uma espécie de filial da empresa “Williams, Grenfell & Co.” de Liverpool, que já operava com a extração e beneficiamento de cobre desde meados do século XVIII.

Alguns detalhes ajudam a corroborar a origem da marca “W&G”:

- São conhecidos registros de transporte de chapas de cobre para a cidade de Nova Iorque para a utilização em estaleiros, o que comprova exportações de cobre para a América realizadas pela Williams & Grenfell;

- Há registros de atividades desta empresa até pelo menos o final da década de 1830, portanto dentro do período de cunhagem das três moedas brasileiras (1824, 1825 e 1826).



Reconstituição da legenda a partir da sobreposição das três moedas.



Guia de Barra de Ouro Fundição de São Félix

Claudio Schroeder

Divulgamos ilustração desse exemplar até então inédito na numismática brasileira. Só conhecemos a guia infelizmente sem a barra. As poucas barras e guias que chegaram até nossos dias estão registradas no estudo de Kurt Prober *Ouro em Pó e em Barras Meio Circulante no Brasil 1754-1833 2 vols., Rio 1990*. Prober relata a história da Casa de São Félix, mas não indica exemplar conhecido de barra ou guia. Seguindo as orientações do estudo citado esse exemplar teria a seguinte classificação: Guia *tipo 7*, com o texto iniciando com *METTEO*. Informamos ainda que os três primeiros números do milésimo do ano são pré-impresso: 176 sendo o último número preenchido a mão. Esse exemplar foi reutilizado, posteriormente, com a alteração manual do número impresso 6 para 7 indicando assim 1773.

As assinaturas na parte inferior da guia, ainda conforme Prober, indicam: lado esquerdo o Intendente da Fundição; consta o nome *MIR[JDA* que deve ser lido como Antonio José de Miranda e o lado direito o Fiscal da Fundição: *BENTO DE BRITO BARROS*. A guia está datada de *23 de junho de 1773* e apresenta um valor de circulação em réis de *122\$215*. Continuando a sequência do livro do Prober a nova ficha a ser feita é a de número 006 com a classificação 1773-SFe-355. O número da barra é 355 e seu peso deveria ser em torno de 286 gr. Segue resumo histórico cronológico elaborado por Prober. Informamos ainda que estamos preparando um estudo com mais detalhes sobre esse tema Barras de Ouro no Meio Circulante Brasileiro.

Agosto - 1753: Nomeado o Intendente Antônio Luis Lisboa;

13/07/1754: Abertura das atividades da Casa da Fundição de São Félix;

29/12/1764: Relação do rendimento do quinto do ouro do ano de 1763;

2/10/1770: Carta registrando que a escrituração da Casa estava em “grande confusão”;

23/06/1773: Data da guia agora divulgada;

Março - 1796: Encerramento das atividades da Casa da Fundição de São Félix. Foi transferida para o Arraial de Cavalcanti, em Goiás.

16.122021572

N. 355 **M** Etteo nesta Casa *Leandro da Cunha, por*
Cretido da Cunha, mas
marco — *quatro onças* e *sete oitavas* e — grão
de ouro, de que se tirou de quinto para a Fazenda Real
— marco — *duas onças* — *quatro oitavas* e
43 — grão $\frac{1}{16}$ de ouro, e o mais se fundio, e delle se fez
humã barra, que pezou — *hum* marco — *duas*
onças — oitava e — grão de ouro de vinte
duas quilates *hum* grão e $\frac{5}{8}$ — por ensayo,
que nelle se fez, e se lhe entregou nesta Casa de Fun-
dição de *ce. Felis, aos 23 de Junho* — de 1783

Min. Off. Ap. l. Bento Brito Barreto

Quanto Pesa o Peso

Jairo L. Corso

 *Logo quiseram ir em terra todos para edificar uma cidade: e os primeiros seis que saíram para ver o lugar onde se podia fazer mataram-nos as onças bravas. Nem por isso se deixou de edificar ainda que cada dia as onças matavam homens. Prouve a Nosso Senhor castigar a nossa cobiça e pecados, que soldados comumente fazem: permitiu vir tanta fome ao arraial que não davam a comer a cada um, cada dia, senão seis onças de pão. E, porque a gente por esta causa, com a fraqueza, não podia trabalhar, era muito castigada dos oficiais da ordem da guerra, porque lhes davam com paus, e assim morriam cada dia 4 ou 5. Ainda que não deixou Nosso Senhor a estes, que castigavam aos outros, sem castigo, porque vieram os gentios um dia de Corpus Christi e mataram 40 dos mais nobres e esforçados.*

Este é um fragmento de uma carta que um português chamado Antônio Rodrigues escreveu de São Vicente para seus irmãos em Coimbra, no último dia de maio de 1553.

Nela Antônio Rodrigues relata que, partindo de Sevilha, veio ao Brasil e foi até o Peru entrando pelo rio da Prata, juntamente com mais 1800 homens. Poucos retornaram. Como pode ser lido neste pequeno trecho Antônio diz que cada um, cada dia, comia não mais que seis onças de pão.

E aí, caro leitor, eu lhe pergunto o que seriam estas seis onças de pão. Seriam pãezinhos com o formato de oncinhas como aqueles que nossas vovós do interior faziam ou seria a razão mínima diária para uma pessoa sobreviver?

A resposta é um tanto quanto óbvia. Naquela época não seriam pãezinhos em forma de oncinhas, pombinhas ou cobrinhas, com olhinhos de feijão. Seriam, outrossim, uma mistura seca e dura de farinha e água cozidas.

Se quanto ao tipo de pão já não restam mais dúvidas, o quê dizer da quantidade? Seis onças? Quanto representaria isso hoje?

Dirá alguém mais apressado que são aproximadamente quatro “cacetinhos” de 50 gramas.

Mas como, pergunto, pesava-se 50 g. se o sistema métrico decimal apareceu mais de duzentos anos depois, na França, e foi introduzido no Brasil por d. Pedro na década de 60 do século XIX?

DESTRINCHANDO OS PESOS ANTIGOS

É simples, dava-se ao vivente, ou seria sobrevivente (?), um pouco menos que um marco ou meio arrátel ou ainda aproximadamente sessenta oitavas daquela mistura que chamavam de pão.

Mas você não sabe o que é um arrátel ou um marco ou uma oitava? Nem mesmo quantos gramas ou quilos representam no SI (Système International d’Unites)?

É importante que todo colecionador de moedas saiba as equivalências dos pesos antigos e dos modernos. É importante porque todas as moedas portuguesas e, conseqüentemente, as aqui cunhadas e as por aqui mandadas circular emanavam de leis, decretos, alvarás, cartas régias, ordenações e outros documentos onde constavam os respectivos pesos em onças, oitavas e grãos. Outras vezes dizem os documentos que de um marco de ouro ou prata produzir-se-iam xis moedas, com sobra de ípsilon oitavas ou grãos.

Veja que uma Ordenação de 10 de junho de 1550 mandou fabricar São Vicentes de ouro de $22 \frac{1}{8}$ quilates, valendo um mil reais, e meios São Vicentes, valendo quinhentos reais; esta ordenação ainda dizia que do peso de cada marco de ouro deveriam ser produzidas trinta moedas de São Vicente, pesando cada uma 2 oitavas 9 grãos e $\frac{3}{5}$, e que do mesmo peso de cada marco deveriam ser produzidas sessenta peças de meio São Vicente, pesando cada peça uma oitava 4 grãos e $\frac{4}{5}$.

O homem, desde muito antes da nossa era tem enfrentado as questões colocadas pela medição. A existência de pesos e medidas uniformes como as existentes atualmente, é de grande importância em nível econômico. É fácil imaginar o caos em que se transformariam as trocas comerciais entre países, se cada um adotasse um sistema de medidas próprio.

A Metrologia (do grego “metron”, medida e “logos”, ciência), é a Ciência da Medida, e tem como primordial meta garantir o rigor das medições.

No reinado de d. Afonso III, o Bolonhês (1248 – 1279), uma lei de 26 de dezembro de 1253, dava a equivalência de 11,5 onças para o arrátel e, sob d. João II o arrátel passou a valer 2 marcos, ou 14 onças.

No ano de 1352, os moradores de alguns povoados “portugalenses” queixaram-se à corte de Lisboa, por se sentirem lesadas quer no pagamento dos direitos reais, quer nas rendas que pagavam a particulares (fidalgos e clérigos). A confusão nos padrões de pesos e medidas era tamanha que d. Pedro I (1357 – 1367) tentou impor um padrão único de medidas para todo o território português, decretando que os pesos sólidos tivessem como base de aferição as medidas de Santarém, e os líquidos as utilizadas em Lisboa. Posteriormente, d. Afonso V (1438 – 1481), impôs a todo o reino os padrões de três cidades apenas: Lisboa, Porto e Santarém. Embora houvesse diminuído, a confusão ainda imperava e no reinado de d. João II (1481 – 1495), com o desenvolvimento das trocas comerciais com o resto da Europa, foi adotada uma nova medida, mais comum, como padrão de peso – o marco de Colônia – um padrão que deveria ser feito em ferro forjado e serviria para pesar “ouro, prata e outras coisas”.

A maior parte das antigas medidas de peso e de capacidade foi um legado árabe. Na altura da formação de Portugal (1128), o padrão de peso utilizado era o arrátel, do árabe al-ratl, que era um padrão moldado em ferro fundido ou em granito. Este padrão variou de acordo com os interesses, assim como todos os outros, pesando o equivalente de 353 até 459 gramas.

Na época do “descobrimento”, a unidade mais utilizada na Casa da Índia para pesar as especiarias era a arroba que, através de uma Ordenação (Manuelina de 1499) passou a valer 32 arráteis. Esta mesma ordenação determinava que todas as medidas devessem obedecer a padrões de cobre que ficariam conservados na Câmara Municipal de Lisboa e que este padrão seria baseado no marco, de bronze, constituído por 16 peças (onças).

No Século XVI, d. Sebastião mandou publicar a Lei de Almeirim. Esta lei reformulou as unidades de volume, definindo os padrões fundamentais (almude, do árabe al-mudd, para os líquidos e alqueire, do árabe al-kail, para os secos), e estabeleceu equivalências, assim como determinou a sua comparação periódica. Cerca de três séculos depois, em 1816, d. João VI decretou o uso de novos padrões de pesos e medidas – mão travessa para o comprimento, canada para o volume e libra para o peso – abolindo as diferentes medidas então praticadas

para os volumes secos e líquidos. Tudo se encaminhava para a simplificação, mas ainda havia confusão.

O atual sistema baseado em uma estrutura de múltiplos com prefixos gregos, e submúltiplos com prefixos latinos, decimais da unidade (quilograma, litro e metro), foi concebido por Gabriel Mouton, vigário da igreja de São Paulo em Lyon, França, em 1670. Como era necessária uma base, Mouton adotou para o metro, um comprimento de medida que seria igual ao arco de um minuto de longitude dividido decimalmente. Mas somente 120 anos depois, na altura da Revolução Francesa, esta idéia foi aprovada pela Assembléia Constituinte da França.

Em Portugal, a reforma veio através de um Decreto (1852), que reformou o sistema de pesos e medidas, mais uma vez. Mas as antigas medidas estavam tão enraizadas no dia-a-dia que, a par da lei, também havia penas para quem utilizasse as antigas medidas. Assim, aquele que utilizasse as antigas medidas, ficaria sujeito a uma multa de 2 a 20 mil reis ou a pena de 3 a 15 dias de prisão.

O Brasil, enquanto colônia de Portugal e, depois como Reino Unido, obedecia aos mesmos padrões oficiais utilizados em Portugal.

Depois da independência houve uma tentativa de padronização do sistema de pesos e medidas então utilizados.

Para a elaboração de um relatório sobre o aperfeiçoamento dos sistemas de pesos e medidas e monetário requisitado pelo ministro da Fazenda, Cândido José de Araújo Vianna, foi nomeada, por decreto de 8 de janeiro de 1833, uma comissão composta pelos deputados Cândido Baptista de Oliveira, Francisco Cordeiro da Silva Torres e Ignácio Ratton. Dentre os subsídios levados à comissão, foi sugerido o marco como padrão de massa, equivalente a 1/64 de arroba e a 1/2 libra troy inglesa.

No que se refere à definição e confecção dos padrões, o Relatório da Comissão pretendia estabelecer um padrão de massa de fácil acesso, constante e existente na natureza.

Assim a Comissão do Ministério da Fazenda desenvolveu diversas experiências de pesagens com amostras de água de chuva e da Fonte da Carioca (RJ), na temperatura e pressão médias da cidade do Rio de Janeiro à época, valendo-se das balanças e dos padrões de marco da Casa da Moeda. Com base nos resultados, foi estabelecido

que 1 décimo cúbico de vara² preenchido por água seria igual a 5,8007 marcos ou 26.729 grãos.

Tudo muito simples...

Não sem muita controvérsia e somente 40 anos depois de proclamada a independência, d. Pedro II, através do Decreto nº 1.157, de 26 de junho de 1862, substituiu em todo o Império o antigo sistema de pesos e medidas pelo sistema métrico decimal, na época chamado de sistema métrico francês. O Decreto dava um prazo de 10 anos para a substituição total, e autorizava o Imperador a mandar vir da França os padrões do sistema, assim como determinava a organização de tabelas comparativas para facilitar a conversão das medidas de um sistema para as de outro.

É interessante registrar que esta lei foi emitida 13 anos antes da Convenção Internacional do Metro realizada na França em 1875, onde o Brasil, juntamente com outros 20 países, aprovaram a criação do Bureau International des Poids et Mesures.

Em 18 de agosto de 1872, o Decreto nº 5.089, aprovou as instruções provisórias para a execução do Decreto nº 1.157.

CURIOSIDADE

Por convenção foi dado ao ouro o fator (título) de 24 quilates, assim como para a prata o fator de 12 dinheiros para cada unidade de metal puro.

Então, se o ouro puro expresso em milésimos é de título 999,999 deduz-se que $999,999/24 = 41,6666250$ quando expresso em decimais. Assim, o ouro de 22 quilates é igual a: $41,6666250 \times 22 = 916,665750$ miligramas. Este título – 916,66 – foi adotado em todas as moedas Brasileiras de 4 de agosto de 1688 até 1860, quando foi ajustado para 917 milésimos, segundo o Regulamento de 2 de março daquele ano. Ou seja, em cada grama de ouro de 22 quilates 916,665750 miligramas são de ouro puro. Para a prata, aplica-se o mesmo cálculo.

Séculos depois de muita confusão e antes ainda de completar o sesquicentenário da sua implantação, parece-nos impossível que o homem tenha conseguido sobreviver a tamanhas disparidades nos seus sistemas de medidas diante da simplicidade do sistema decimal. E ainda há alguns países que teimam em não usá-lo

E para que todos tenham uma idéia das equivalências dos pesos antigos usados no Brasil e seus equivalentes decimais, preparei a tabela abaixo.

Equivalentes decimais de pesos antigos usados no Brasil.

- TONELADA = 54 ARROBAS ou 793,1412 kg
- QUINTAL = 4 ARROBAS ou 58,7512 kg
- QUINTALEJO = 64 ARRÁTEIS ou 29,3757 kg
- ARROBA = 32 ARRÁTEIS ou 14,6878 kg
- ARRÁTEL/LIBRA = 16 ONÇAS ou 58,9952 g
- MARCO = 8 ONÇAS ou 229,4976 g
- ONÇA = 8 OITAVAS ou 28,6872 g
- OITAVA = 72 GRÃOS ou 3,5859 g
- ESCRÓPULO³ = 24 GRÃOS ou 1,1953 g
- QUILATEⁱⁱⁱ = 4 GRÃOS ou 0,1992 g
- VINTÉM-DE-OURO⁴ = 1/32 OITAVAS ou 0,1120 g
- GRÃO⁵ = 0,0498 g

Voltando ao início do texto seis onças são...

Não seja tão comodista, faça a conta!

¹ No Sul é o nome popular dado ao pãozinho de 50 g.

² Unidade de comprimento do antigo sistema metrológico brasileiro, que equivalia a 1,10 m.

³ Os pesos de quilates e escrúpulos não eram usados na pesagem de moedas, mas para diamantes.

⁴ O vintém-de-ouro era uma medida de peso equivalente a 32ª parte de uma oitava (0,112 g). Na capitania das Minas Gerais o ouro em pó não quintado circulava como moeda pelo valor de um mil e duzentos réis a oitava; para as necessidades diárias 2¼ grãos era a medida menos complicada de obter-se, daí que 0,112 g (2¼ grãos) é igual a 37½ réis.

⁵ Tudo indica que seja originário do peso de um grão de cereal, provavelmente o arroz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

500 ANOS DE LEGISLAÇÃO BRASILEIRA CD-ROM. Brasília-DF: Senado Federal, 2000.

Collecção das Leis do Brazil – 1808 a 1843. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1839 a 1891.

GOMES, Alberto. **Moedas Portuguesas.** Lisboa: edição do autor, 1987.

GONÇALVES, Cleber Baptista. **Casa da Moeda do Brasil.** Rio de Janeiro: Casa da Moeda do Brasil, 1989, 2ª edição.

LUZ, Milton. **A História dos Símbolos Nacionais.** Brasília-DF: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1999.

PROBER, Kurt. **Manual de Numismática.** Rio de Janeiro: 2ª edição do autor, 1945.

Dois Jetons da Guerra de Independência Holandesa

Alfredo Schönberger



o século XVI as sete províncias da União de Utrecht que confessavam a fé calvinista, formaram em 1588 a república protestante da Neerlândia Unida e estavam em guerra com a Espanha católica, ocupante dos Países Baixos meridionais.

Conseguí dois jetons da época da guerra, sendo um de Middelburg (Zelândia) 1598, e o outro de Dordrecht (Holanda) 1599.

O jeton de Middelburg é de cobre e pesa 5,95 gr. O anverso apresenta, dentro de um circuito o escudo da Zelândia, sendo metade do escudo um leão rampante, forquilhado, à esquerda. A outra metade são três ondas sequenciais. O escudo repousa sobre ancoras cruzadas e entre as ancoras há uma ornamentação de flores de lis. Todo encimado por uma coroa principal (dos príncipes de Nassau-Oranien). Entre um circulo perolado externo e um circulo interno os seguintes dizeres em latim: DEVS.CAVSAM.NOSTRAM.AGIT. 15 98 (no meio: torre aberta, com três ameias).

O reverso exhibe, no meio do campo um homem e uma mulher em postura suplicante. Do lado esquerdo, o mais poderoso exército da época, os espanhóis, com lanças o dobro da altura de um soldado. Do lado direito, o disciplinado exército neerlandês dos príncipes de Nassau. O olhar do casal está voltado para cima, aonde de uma nuvem radiante, aparece o nome do Todo Poderoso “JEHOVÁ” em hebraico. Por fora do circulo perolado: em cima da nuvem um circulo simples e entre os dois os dizeres em latim: IN.VICTORIA.GRATI.



O jeton de Dordrecht também é de cobre e pesa 6,97gr. O anverso mostra dentro de um círculo o representante da Santa Sé (Sixtus V) e do rei Felipe II, o Cardeal André, paramentado e com espada, entronado meio à esquerda, conversando com fidalgos da corte do rei, sentados em ambos os lados do trono. Entre o círculo perolado externo e o círculo interno, os seguintes dizeres em latim: (rosetta) .INVITO.NVMINE.(I).I).XCIX. (=1599).

No reverso, dentro de um círculo, exército de cavalaria e infantaria, avançando à esquerda, na margem setentrional do rio Olde Maas (várias ondas sequencionais). No fundo, igrejas e casas da cidade de Dordrecht. Da nuvem radiante, o braço de Deus abençoa o exército neerlandês. Dentro da nuvem o nome do Todo Poderoso em hebráico (JEHOVÁ). Entre o círculo perolado externo e o círculo interno, os dizeres: (rosetta) .FRVSTRA.CONATVR.IMPIVS.



Os jetons são fichas, entregues aos oficiais e soldados de exército(neste caso), para a compra de bebidas, comida extra, pagamento de prostitutas que acompanhavam os exércitos. Só podiam ser gastos dentro da corporação e não serviam como moeda legal no país ou nas cidades.

Alfredo Schönberger
e-mail: alfredo.schonberger@terra.com.br

Bibliografia: 1) U.B.S.
2) Der Neue Brockhaus
3) Novo dicionário Aurélio

Projeto Cultural SNB

Biênio 2003-2004



Quando nosso grupo assumiu a diretoria da Sociedade Numismática Brasileira em janeiro de 2003, e tendo consciência do insuficiente grau de divulgação do conhecimento numismático para boa parte dos associados, tratou de implementar imediatamente este projeto cultural, onde o estudo da numismática foi dividido em alguns assuntos, que foram objeto de palestras que foram ministradas por associados, nos sábados dos encontros especiais, imediatamente anteriores aos leilões, e no Congresso Latino-Americano de Numismática.

O tempo estabelecido para cada palestra foi de 30 minutos para a exposição do tema e mais 10 minutos para perguntas. Nesse tempo, o palestrante deveria expor o tema da palestra, de modo a que os presentes pudessem ter um conhecimento básico do assunto, utilizando-se para isso das informações mais importantes de cada tema, sem a pretensão de se esgotar o assunto, mas de municiar o assistente da palestra de elementos que proporcionassem a base necessária para a pesquisa mais aprofundada.

Incentivou-se a entrega aos presentes de material impresso sobre a palestra com o intuito de que as informações não fossem perdidas; foram colocados à disposição dos palestrantes os recursos de comunicação disponíveis para ilustrar as palestras, inclusive com exposições que servissem de exemplo para melhor compreensão do tema exposto.

Com essas providências, agora condensadas e publicadas nas páginas a seguir, voltamos a fomentar o aspecto cultural da SNB, a muito tempo esquecido.

Aproveitamos para agradecer aos que colaboraram com estas palestras, e que além do conhecimento numismático mostraram que ***o maior dos conhecimentos é a necessidade de transmiti-los.***

Claudio Patrick Amato

Presidente da S.N.B



Estados de Conservação

*Claudio Patrick Amato
(31 de março de 2003)*

Não existe na numismática nenhum assunto mais controverso do que a determinação do estado de conservação das cédulas e moedas. Afinal, a circulação como instrumento monetário, foi e ainda é, o motivo principal da existência do meio circulante. O outro objetivo, secundário, mas com certeza o mais nobre, é sem duvida nenhuma sua preservação em uma coleção.

A circulação impõe às cédulas e moedas algumas marcas que, por menores que sejam, são perceptíveis para o colecionador atento. Nossa intenção nesta palestra é municiar o colecionador com informações que vão ajudar a entender os padrões internacionais dos Estados de Conservação, e com isto ter argumentos para utilizar na eterna batalha de quem vende, que supervaloriza a conservação de suas peças, e de quem compra, que deve ficar muito mais crítico no momento da aquisição.

Para facilitar o entendimento, vamos subdividir o assunto, tratando primeiro das cédulas e depois das moedas, mas os princípios de classificação são exatamente os mesmos, sem aquele famoso golpe de que para uma cédula ou uma moeda rara, o estado de conservação pode ser superavaliado.

Começando pelas cédulas, e baseado no padrão da “IBNS - International Bank Note Society”, proponho uma classificação decrescente, atribuindo para cada estado de conservação, uma nota, que varia de 10 para a melhor conservada, até 1 a de pior conservação. A tabela é a seguinte:

Flor de Estampa (FE): Uma cédula perfeitamente preservada. O papel é limpo, firme e sem descoloração. Os cantos são agudos e no esquadro. Não deve haver vestígios de dobras ou marcas de manuseio descuidado.

Soberba (S): Uma cédula com pequenos sinais de manuseio. Pode ter no máximo três pequenas marcas ou um sinal de dobra. O papel é limpo e firme com o brilho original. Os cantos podem apresentar pequenos sinais de uso.

Muito Bem Conservada (MBC): Uma cédula com alguns sinais de manuseio e uso. Pode Ter diversas marcas de dobra verticais

e horizontais. O papel pode Ter um mínimo de sujeira e manchas na cor, mantendo relativa rigidez. Não deve Ter cortes ou rasgos na margem, embora possa mostrar sinais de uso. Os cantos também devem mostrar sinais de circulação, porém não devem ser totalmente arredondados.

Bem Conservada (BC): Uma cédula consideravelmente circulada, com muitas dobras e rugas. O papel pode estar amolecido e as margens podem apresentar pequenas faltas decorrentes do uso, porém não se admite rasgos nas dobras centrais devido ao excesso de uso. As cores são visíveis porém não brilhantes. Furos de grameador podem ser tolerados.

Regular (R): Uma cédula muito pesadamente manipulada, com danos normais devido à pesada circulação. Pode incluir muitas dobras, rasgos, manchas, furos, inscrições, cantos arredondados e uma aparência geral não muito atrativa. Não deve ter grandes rasgos e a maior parte da nota deve ser identificada.

Um Tanto Gasta (UTG): Uma cédula totalmente flácida, muito pesadamente e mal utilizada. Com grandes rasgos ou pedaços faltantes, além de dobras, manchas furos e cantos perdidos. Não devem ser colecionáveis, a não ser no caso de cédulas muito raras.

Para as moedas, nossa sugestão, utilizando-se como instrumento, uma lupa de aumento de 10 vezes e baseado nos padrões internacionais, sem chegar ao requinte americano que tem 70 níveis de graduação, é o seguinte:

Flor de Cunho (FC): Sem apresentar o menor sinal de desgaste ou manuseio, deve ter no campo, o brilho original da cunhagem. Sua orla deve ser perfeitamente cilíndrica, sem apresentar mossas ou cerceamento. Todos os detalhes da cunhagem, mesmo os mais salientes, tem de apresentar sua aparência original. Não pode haver, sob nenhuma circunstância, sinais de limpeza física ou química da moeda.

Soberba (S): Deve apresentar aproximadamente 90% dos detalhes da cunhagem original. Deve ter no seu campo, algum brilho da cunhagem e sua orla admite uma pequena imperfeição (menos de 10%) da sua aparência original, proveniente de um pequeno desgaste, ou pequeno sinal de manuseio. Admite-se sinais de uma limpeza, que não ocasione no seu campo, riscos ou manchas.

Muito Bem Conservada (MBC): Deve apresentar aproximadamente 70% dos detalhes da cunhagem original, porém seu nível de desgaste deve ser homogêneo. Sua orla admite uma média imperfeição (menos de 20%) da sua aparência original, proveniente de um desgaste médio, ou um médio sinal de manuseio. Admite-se sinais de uma limpeza, mesmo que ocasione no seu campo, pequenos vestígios de riscos ou manchas. Seu aspecto geral deve ser agradável e de fácil identificação.

Bem Conservada (BC): Os detalhes da cunhagem original devem aparecer em aproximadamente 50%, admitindo-se que alguns detalhes estejam mais aparentes em determinados setores da moeda do que em outros, principalmente nos detalhes altos da cunhagem, letras e números. A legenda e da data da moeda devem ser visíveis a olho nú, sem se recorrer à utilização de uma lupa. A orla pode estar imperfeita em até 30% da sua aparência original.

Regular (R): Deve apresentar um mínimo de 25% dos detalhes da cunhagem original, com distribuição irregular dos sinais de forte manuseio sobre o campo da moeda e sua orla. A legenda e a data da moeda devem ser observadas com o auxílio de uma lupa.

Um Tanto Gasta (UTG): Apresenta somente a silhueta da figura principal, e as letras da periferia, quando existirem, quase sendo engolidas pela orla desgastada. Não são colecionáveis, a não ser em casos de moedas extremamente raras.



Bancos Particulares

*Claudio Patrick Amato
(01 de outubro de 2003)*

Artigo publicado no Boletim da SNB número 52, pág 61, sob o título “O Período dos Bancos Particulares e a sua Importância para a Notafilia Brasileira”.



A Moeda Fiduciária

*Claudio Patrick Amato
(29 de maio de 2004)*

1 - História

No século XIII, o navegador Marco Pólo, empreendeu uma viagem para a China. Nas anotações de sua viagem consta a primeira notícia do uso de papel moeda, uma forma de pagamento incompreensível para os europeus daquela época, pelo fato desse meio de pagamento não ter valor intrínseco. Seu contemporâneos não acreditaram na notícia e somente muitos anos depois foram encontradas anotações, que mostraram como essas notas eram impressas e circulavam na China, durante a Dinastia Ming no início do século XV.

A primeira nota européia, foi uma emissão da Suécia em 1644, e desde então, a moeda fiduciária, assim chamada por que não tem quase nenhum valor intrínseco, e vale pela “Confiança” (em latim “Fiducia”) em quem a emite, vem se transformando no principal meio de pagamento de todos os países, deixando para as moedas, o papel de dinheiro divisionário e de menor valor facial.

No Brasil, a primeira nota feita para circular, foram os “Recibos dos diamantes do Arraial do Tejuco” em 1770.

2 - Importância Histórica e Numismática

Uma simples verificação dos abusos da confiança das emissões, pode ser vista em diversos períodos importantes da história econômica dos países, como por exemplo: os “Assignats” franceses do fim do século XIX, que culminaram na eclosão da Revolução Francesa, ou ao período de hiperinflação da Alemanha por volta de 1920, mesmo do Brasil no final da década de 80.

Como todos nós sabemos, o dinheiro de um país é a seu maior elemento de comunicação de massa, uma vez que todos no país tem acesso ao dinheiro. As cédulas, pelo seu maior tamanho e pela possibilidade de serem utilizadas cores, se prestam melhor ao desenvolvimento de um tema, do que as moedas. Dessa forma são retratadas nas cédulas, as figuras importantes do país, sua fauna, sua flora, suas datas importantes, sua história, sua geografia, seu

prédios e monumentos importantes, suas manifestações políticas, sua cultura, a sua etnia, etc...

Quase todas as cédulas são numeradas, tem suas séries marcadas e são chanceladas pelas autoridades emissoras, algumas possuem até a data de sua emissão, o que permite determinar uma cronologia de emissões, que agradam a muitos colecionadores, que não se preocupam somente com o caráter iconográfico (imagem) das cédulas.

3 - Elementos de Segurança

Não basta que haja confiança nos que emitem as cédulas, mas nela própria, uma vez que os falsificadores, tem muito a ganhar com a ignorância e o pouco caso com que as cédulas são tratadas principalmente no comércio miúdo do dia a dia.

Assim as empresas produtoras de cédulas tem embutido cada vez mais elementos para melhorar o desempenho dos seus produtos nesse item, sendo que os elementos de segurança clássicos são os seguintes: 1 – papel de segurança, 2 – marca d’água ou filigrana, 3 – registros coincidentes, 4 – marcas ou fitas holográficas, 5 – impressão do tipo “talho doce”, 6 – microimpressões, 7 – desenhos de fundo que visam confundir as máquinas copiadoras, 8 – tintas cuja cor se altera, dependendo do ângulo em que elas são vistas e, mais modernamente 9 – impressão sobre base de “polímero plástico”, que permite a possibilidade de “janelas transparentes”.

4 – Cédulas Falsas e Cédulas Adulteradas

São consideradas falsas, as cédulas impressas em ambiente alheio ao fornecedor oficial do dinheiro, fabricadas com o intuito de obter lucro com a colocação desse produto ilícito em circulação, para a compra de bens e serviços. Infelizmente, existe no mercado numismático, uma quantidade muito grande de cédulas falsas, uma vez que aos serem anexadas aos processos jurídicos que se instauram quando são apreendidas, fazem com que elas fiquem preservadas, vindo depois de longos anos com a conclusão do processo, penetrar invariavelmente no mercado numismático.

A utilização de cédulas falsas tem, em alguns casos, papel importante na desestabilização econômica de um país e para isso tome-se os exemplos da “Operação Bernhard” na Segunda Guerra

Mundial e as cédulas lançadas sobre o Iraque na sua 1ª invasão em 1992.

Com relação às cédulas adulteradas, reconhecemos dois tipos diversos de adulteração: o primeiro, que visa obter ganho significativo com a modificação dos elementos que compõem a cédula, como por exemplo as cédulas de 10000 réis, adulteradas para 100000 réis, caindo dessa forma, no mesmo caso da falsificação. O segundo tipo, visa o aumento do seu valor no mercado numismático, forjando características próprias, como por exemplo os asteriscos, ou a criação de efeitos que podem levar ao colecionador desatento considera-los “defeitos”.

5 – Processos de Criação, Impressão, Custo e vida útil da Cédula

O processo de criação, é iniciado com a pesquisa do tema proposto pela autoridade monetária, seguido pela produção de projetos artísticos de “Lay –out” do produto, que através de “ensaios” submetidos a apreciação da autoridade monetária, termina em um projeto aprovado. Depois dessa aprovação, a impressora vai desenvolver as “chapas” mães para a impressão nos diversos estágios.

A aplicação das técnicas de impressão variam muito pouco entre os diversos fabricantes de papel moeda, e quase sempre tem a seguinte sequência:

- Preparação do “papel de segurança” conforme o projeto, com a introdução da marca d’água e do fio ou fita de segurança.
- Execução do fundo pelo processo de “off set” (fotolitos)
- Execução da impressão “calcográfica” (chapas)
- Execução da impressão tipográfica, com a colocação do número de série e da nota e as microchancelas.

Quando esse processo é concluído, normalmente o impressor faz algumas séries de notas para atender as necessidades de divulgação da autoridade monetária, que são os “Specimens”, “Modelos” e “Amstras”.

Nesse momento acaba o processo inicial do “produto” cédula, que tem custos de fabricação definidos, que são pagos da Autoridade Monetária (ex. Banco Central do Brasil) para o fabricante do produto (ex. Casa da Moeda do Brasil). Para que se tenha conhecimento, a

informação é de que em Outubro de 2001, as cédulas de papel produzidas pela Casa da Moeda, custavam ao Banco Central cerca de R\$ 0,14 cada unidade.

As cédulas são colocadas em circulação através dos bancos oficiais, iniciando sua vida de prestação de serviço como instrumento financeiro, e são recolhidas quando muito gastas e substituídas por outras novas. A vida útil média das cédulas brasileiras, em estatística apresentada em Outubro de 2001 era a seguinte:

- 1 Real : 13,1 meses.
- 5 Reais: 12,9 meses.
- 10 Reais: 22,9 meses.
- 50 Reais: 24,8 meses.
- 100 Reais: 33,3 meses.

6 – Como Coleccionar Cédulas

Inicialmente, o candidato a colecionador deve escolher o tema do que vai coleccionar. Posteriormente adquirir um Catalogo, que servirá de guia de conhecimento para suas aquisições, sendo que estas últimas devem ser feitas com comerciantes estabelecidos ou sites confiáveis.

Freqüente instituições numismáticas sérias, como a Sociedade Numismática Brasileira. Desconfie do barato, seja critico na qualidade das cédulas que vai comprar, compre sempre as de melhor conservação possível, evitando a compra de cédulas de graduação inferior que vão diminuir o valor do seu patrimônio e aumentar o valor do seu investimento, uma vez que as cédulas de baixa graduação tem um valor muito menor quando da sua posterior venda.

As cédulas devem ficar acondicionadas em albuns apropriados, evitando de coloca-los diretamente na luz, em local exposto ao sol ou de muita umidade. Cuidado também deve ser tomado com albuns que enrugam com o passar do tempo, danificando as cédulas. O ideal e infelizmente ainda muito caro, é a aquisição de albuns importados.

Tomando esses cuidados, V. terá muita satisfação em formar sua coleção de cédulas, e terá feito dentro de pouco tempo, um incremento seguro na sua cultura e conhecimento e constituído uma reserva de valor, que a médio prazo poderá se transformar em um belo investimento.



Cédulas Brasileiras do Mil-Réis ao Real

Luiz Cláudio Lutiis Silveira Martins
(30 de Agosto de 2003)

O dinheiro impresso, o nosso papel-moeda tal como o conhecemos hoje, surgiu de maneira tímida, enfrentando a desconfiança inicial da falta de valor intrínseco do papel ao longo do século XIX, ganhando espaço gradativamente e universalizando-se na sua segunda metade/início do século XX.

Por uma feliz coincidência, estamos completando agora em 2003, 170 anos de emissão da bela série das assim chamadas “Cédulas para o Troco do Cobre”(a rigor, a primeira emissão oficial do Tesouro Nacional foi em 1835, com as cédulas unifaces).

O padrão inicial de nossas cédulas seguiu o padrão herdado dos portugueses, o real, o qual, em vista da inflação imposta pelos séculos de uso, acabou por ser mais conhecido como mil-réis.

Portanto, nossa palestra, intitulada “Do Mil-Réis ao Real”, em última análise, é uma viagem, ao longo desses 170 anos, do “Real” (virtual nome da unidade do mil-réis) ao Real.

A numária brasileira é riquíssima em cédulas das mais variadas “famílias”; limitar-nos-emos ao numerário emitido pelo Tesouro Nacional, incluindo as precursoras cédulas provinciais para o troco do cobre. As cédulas do Banco do Brasil, de Bancos Particulares, de períodos revolucionários mais ainda enriquecem a nossa numismática, mas devem ser motivo de estudo próprio.

Didaticamente apenas e para facilitar a compreensão, apresenta-se, a seguir, a seqüência cronológica da evolução do nosso padrão monetário, passando por várias reformas monetárias e planos econômicos ao longo destes quase dois séculos de papel-moeda nacional:

1. Padrão chamado MIL-RÉIS (vai até 5.10.1942) Notação gráfica ...\$000 - Não houve reformas monetárias no período (206 cédulas diferentes)
2. CRUZEIRO (5.10.1942-13.2.1967). Notação gráfica Cr\$
1\$000 = Cr\$1,00 (59 cédulas)
3. CRUZEIRO NOVO (13.2.1967-15.5.1970) Notação gráfica NCr\$

- Cr\$1 000,00 = NCr\$1,00 (8 cédulas)
4. CRUZEIRO (15.5.1970-28.2.1986) Volta a ser Cr\$
NCr\$10,00 = Cr\$10 (15 cédulas diferentes)
5. CRUZADOS (28.2.1986-1.2.1989) Notação gráfica Cz\$
CR\$1 000 = Cz\$1,00 (10 cédulas)
6. CRUZADOS NOVOS (31.1.1989-15.3.1990) Notação gráfica NCz\$
Cz\$1 000 = NCz\$1,00 (7 cédulas)
7. CRUZEIROS (15.3.1990-28.7.1993) Novamente Cr\$
NCz1,00 = Cr\$1,00 (14 cédulas)
8. CRUZEIROS REAIS (28.7.1993-1.7.1994) Notação gráfica CR\$
Cr\$1 000,00 = CR\$1,00 (6 cédulas)
9. REAL (1.7.1994 até os dias de hoje) Notação gráfica R\$
CR\$2 750,00 = R\$1,00 (11 cédulas diferentes)

Assim colocado, não se consegue ter uma noção de grandeza da desvalorização acumulada nesse período, mas pode-se tentar visualizar melhor com a seguinte tabela de equivalência de 1 Real de hoje com nosso réis inicial:

R\$1,00=
CR\$2 750=
Cr\$2 750 000=
NCz\$2 750 000=
Cz\$2 750 000 000=
Cr\$2 750 000 000 000=
NCr\$2 750 000 000 000=
Cr\$2 750 000 000 000 000= 2 750 000 000 000 000\$000**

**leia-se 2 trilhões e 750 bilhões de contos de réis!!; provavelmente, se somarmos todo numerário emitido em réis ao longo dos 170 anos não se chegue a esse montante.

É fácil verificar também que uma coleção completa representativa de todos os tipos diferentes de cédulas brasileiras do Tesouro Nacional totaliza 336 cédulas, sendo constituída na sua maior e mais significativa parcela pelo “mil-réis” (206 cédulas, sendo 71 do Império e 135 da República), restando 130 cédulas diferentes para os demais períodos. O restante pode ser incluído numa coleção como

variedades (microchancelas, asteriscos), amostras, modelos, espécimes, provas de estampa (frente/verso).

Agora com mais detalhes, será apresentado cada período, em especial o do “Mil-Réis”, que sem dúvida apresenta a mais bonita e variada seqüência de exemplares de nossa numismática impressa.

1. Padrão MIL-RÉIS (até 1942) Notação gráfica ...\$000

O “Réis” sempre foi escasso e com a crescente procura que tem apresentado por novos colecionadores, certamente se tornará cada vez mais raro e cobiçado. Veremos os dois períodos de nossa história onde foi ele o padrão monetário: Império e República até 1942.

1.1 IMPÉRIO

Temos aqui um conjunto de 64 cédulas do Tesouro Nacional e mais 7 do troco do cobre.

Cédulas para o Troco do Cobre:

Foram emitidas para recolher a imensa quantidade de moedas falsas de cobre que se encontrava em circulação já na primeira década após a Independência do Brasil. As medidas iniciais foram tomadas na Bahia em 1828, sendo estendidas a todas as Províncias do Império pela Lei nº 52, de 3 de outubro de 1833, sendo considerada esta a primeira emissão oficial do Tesouro, pelos numismatas. São cédulas litografadas, impressas unificais, em preto ou verde sobre papel branco, dependendo do valor facial, numeradas à mão e com a indicação da Província manuscrita e tiveram curso legal e forçado, como papel-moeda. Existem nos valores de 1\$000, 2\$000, 5\$000, 10\$000, 20\$000, 50\$000 e 100\$000.

Total de 7 cédulas diferentes, com variantes de assinaturas e filigranas no papel.

São cédulas Provinciais, para satisfazer uma necessidade específica e seria mais adequado classificá-las como sendo precursoras da primeira emissão oficial do Tesouro Nacional, que virá em 1835 com a família das chamadas Unifaces.

Cédulas Unifaces:

Apesar do rigor da lei, consta que existia falsificação de cédulas para o troco do cobre e dos bilhetes do então extinto Banco do Brasil. Para corrigir essa nova distorção, o Governo Imperial, com a Lei de 6 de outubro de 1835 determinou o recolhimento e substituição dessas cédulas e mais conhecimentos e cautelas de qualquer natureza por cédulas fabricadas na Inglaterra, com características técnicas que dificultassem a falsificação, marcando, assim, oficialmente, o início das emissões do Tesouro Nacional. Eram impressas apenas de um lado do papel, como as anteriores, sendo também numeradas à mão na 1ª estampa de cada valor e tipograficamente nas demais. Curioso é notar que não há nenhuma correlação de valores entre as moedas do período, os cruzados e os valores do dinheiro impresso.

Existem nos valores de:

1\$000, 1ª a 4ª estampa
2\$000, 1ª a 4ª estampa
5\$000, 1ª a 5ª estampa
10\$000, 1ª a 6ª estampa
20\$000, 1ª a 6ª estampa
50\$000, 1ª a 4ª estampa
100\$000, 1ª a 4ª estampa
200\$000, 1ª a 4ª estampa
500\$000, 1ª a 4ª estampa

Total de 41 cédulas diferentes, emitidas no período de 1835 a 1870.

Cédulas Bifaciais:

A partir de 1869, e até o final do Império, em 1889, ocorre nova mudança no padrão das cédulas, que tomam o aspecto definitivo como as conhecemos hoje: impressão em ambos lados, cuja fabricação ficou a cargo da American Bank Note Company, (ABNC) que por muitas e muitas décadas ainda estaria imprimindo nosso papel-moeda. As primeiras estampas dessa nova “família de cédulas” traziam estampada uma figura mais jovem do Imperador D. Pedro II, apelidadas depois de “D. Pedro Barba-Preta”. Em todas as cédulas desta nova série, está estampada a figura do Imperador.

Existem nos valores de:

\$500 1ª e 2ª estampa

1\$000, 5ª a 7ª estampa
 2\$000, 5ª a 8ª estampa
 5\$000, 7ª a 9ª estampa
 10\$000, 6ª a 8ª estampa
 20\$000, 7ª e 8ª estampa
 50\$000, 5ª e 6ª estampa
 100\$000, 5ª estampa
 200\$000, 5ª e 6ª estampa
 500\$000, 5ª estampa

Num total de 23 cédulas diferentes no período (e algumas variedades).

Total de 64 cédulas diferentes do Tesouro Nacional no Império ou 71 se considerarmos o Troco do Cobre.

1.2 REPÚBLICA

Considerando apenas as emissões de Réis no período republicano, temos um universo de 135 cédulas, assim distribuídas:

Cédulas do Tesouro Nacional propriamente ditas:

Temos uma quantidade muito grande de cédulas emitidas no período, de vários fabricantes estrangeiros (predominando a ABNC, seguida de fabricantes ingleses, franceses e italianos e Casa da Moeda), em valores que vão desde o 500 réis, \$500, até o Conto de Réis em diferentes estampas, perfazendo um total de mais 93 tipos diferentes de cédulas, com muitas variedades. As cédulas desse período são em geral tanto mais raras quanto maior o valor facial, como são mais raras as primeiras emissões no início da República. A cada fabricante corresponde um grupo específico de cédulas de réis, verdadeiras “famílias” de cédulas, como a da Casa da Moeda, a da “Isildinha” (alegoria da república), as “francesas”, as “italianas”.

Caixa de Conversão:

Criada em 1906, para manter a estabilidade cambial, especialmente destinada a receber moedas de ouro de curso legal, nacionais e estrangeiras, que constituíam depósito para efeito de

emissão e conversão, entregando em troca bihetes (cédulas) 0 ao portador, no valor igual ao ouro depositado, respeitado o câmbio. A Caixa de Conversão encerrou suas atividades em 1913, tendo sido suas cédulas recolhida, com ágio, até 1931. Inicialmente a Caixa de Conversão operou aproveitando cédulas do Tesouro Nacional carimbadas com sua marca, ou impressas em outras cores, nos valores de 10\$000 (9ª estampa com outra cor), 20\$000 (10ª estampa com outra cor), 100\$000 (10ª estampa com carimbo) e 500\$000, (8ª estampa com carimbo). Depois vem, em 1907 as cédulas próprias da 1ª estampa, nos valores de 10\$000, 20\$000, 50\$000, 10\$000, 200\$000, 500\$000 e de 1 000\$000 de réis: 2ª estampa, nos valores de 10\$000 e 20\$000.

A Caixa de Conversão completa totaliza 13 cédulas diferentes entre as aproveitadas, 1ª e 2ª estampa.

Banco do Brasil:

Em 1923 o governo voltou a entregar ao Banco do Brasil a condição de órgão emissor (4º Banco do Brasil). Foram aproveitadas as cédulas de 500\$000

Da 13ª estampa (Casa da Moeda), impressa em outra cor e a de 1 000\$000 da Casa da Moeda com um carimbo vermelho, ambas extremamente raras hoje. A seguir vêm as cédulas próprias desta bela série, impressas pela ABN, nos valores de 1\$000 (a famosa “manolita”), 2\$000, 5\$000, 10\$000, 20\$000, 50\$000, 100\$000, 200\$000, 500\$000 e 1000\$000 (que é o Conto de Réis mais comum), na 1ª estampa e nos valores de 5\$000, 10\$000, 20\$000 e 50\$000 na 2ª estampa. A rigor, não são cédulas do Tesouro Nacional, mas são de banco oficial e tiveram circulação em todo território nacional, sendo aqui incluídas por isso.

Total de 16 cédulas, entre aproveitadas, 1ª e 2ª estampa.

Caixa de Estabilização:

Por último, temos esta série. Após três anos, portanto em 1926, o governo reassumiu a prerrogativa emissora e criou a Caixa de Estabilização, com suas cédulas tendo o lastro em ouro. Essa Caixa destinava-se a receber ouro em barra, ou amoeado (e mesmo as valorizadas notas da Caixa de Conversão ainda circulantes), sendo

trocado por notas representativas de igual valor ao metal entregue. A medida foi uma tentativa do Governo de promover uma reforma monetária, viabilizando a criação do *Cruzeiro* e a conversibilidade em ouro de todo o papel-moeda em circulação. A reforma não teve êxito e em 1930 a Caixa de Estabilização encerrou suas atividades, sendo as suas valorizadas cédulas trocadas com ágio pelo Baco do Brasil até 1951. A Caixa utilizou inicialmente cédulas aproveitadas do Tesouro Nacional, nos valores de 10\$000, 20\$000, 50\$000, 100\$000, 200\$000 e 500\$000, com um carimbo retangular que as identifica e a seguir, as suas cédulas próprias, impressas pela ABNC, mais conhecidas como as “cédulas da mocinha” nos mesmos valores anteriores acrescidos do Conto de Réis.

Total de 13 cédulas diferentes.

Finalizando esta parte, um conjunto completo do período do Réis ou Mil-Réis, Império e República totaliza 199 cédulas diferentes ou 206 se incluirmos o Troco do Cobre, sem levar em conta uma grande quantidade de variedades. São 64 no Império (ou 71 com o T.C.) e 135 na República.

2. CRUZEIRO (1942-1966). Notação gráfica Cr\$

Com a crescente inflação, o já desgastado padrão mil-réis dá lugar ao novo dinheiro, o Cruzeiro. Já havia relatos de reforma do padrão herdado aos portugueses desde 1870. Em 1930 há ensaios monetários já com a denominação *cruzeiro*, mas com as sucessivas revoluções de 1930, com a tomada do poder por Getúlio Vargas, a Revolução Paulista de 1932, a Segunda Grande Guerra o ambiente político e econômico postergou a adoção do novo padrão até novembro de 1942.

Instituído o novo padrão, houve a divisão por mil do antigo mil-réis (..\$000), ficando um mil réis a valer 1 cruzeiro (Cr\$). Inicialmente foram reaproveitadas e recarimbadas com duas rosáceas diametralmente opostas, (com o valor em cruzeiros no seu interior) as cédulas do Tesouro no valor facial de 5\$000/Cr\$5, 10\$000/Cr\$100, 20\$000/Cr\$20, 50\$000/Cr\$50, 100\$000/Cr\$100, 200\$000/Cr\$200 e 500\$000/Cr\$500.

Foram também postas em circulação, sem carimbo de cruzeiro as cédulas de 1\$000 do Banco do Brasil (conhecidas como “manolitas”) da série 279^a a 500^a, para circular como 1 cruzeiro. Obviamente, deve ter sido colocado em circulação apenas o que havia em estoque no

Tesouro Nacional, daí a nota de R50\$000/50Cruzeiros ser de outra família que as demais e tanto ela como a de 200\$000/200Cruzeiros são tão raras pois o estoque delas era muito pequeno. As cédulas de 1.000\$000 sempre foram escassas e não devia haver estoque algum delas, portanto, não foram reaproveitadas como 1000 cruzeiros. Em 1943 começam a circular as cédulas próprias da família dos cruzeiros, sendo as da 1ª estampa fabricadas pela American Bank Note Company, já tradicional fabricante de cédulas de réis e a partir de 1948 as da 2ª estampa, que são idênticas às da 1ª, só diferindo nas cores de cada valor. Como estas últimas foram fabricadas pela empresa Thomas De La Rue Company Ltd, inglesa, estas ficaram conhecidas como “inglesinhas”.

O padrão cruzeiro apresenta os valores de 1, 2, 5, 10, 20, 50, 100, 1000, 5000 e 10000cruzeiros na 1ª estampa (ABNC) e 2, 5, 10, 20, 50, 100, 200, 500, 1000 e 5000 cruzeiros na 2ª estampa(TLR). Não chegou a ser impresso o valor de 1 cruzeiro na 2ª estampa. O último valor, 10000 cruzeiros, não chegou a circular como cruzeiro, e sim apenas reaproveitado para cruzeiro novo. Há ainda a cédula de 5 cruzeiros da Casa da Moeda, 3ª estampa, emitida em 1961 e 1962.

Os catálogos relacionam 112 cédulas nesse período, mas seria mais adequado enxugar esse total. Explica-se: é coerente colecionar todas as cédulas reaproveitadas; é coerente colecionar todas as autografadas de cada valor e também uma cédula de “valor recebido” e uma de “valor legal” de cada valor, evitando as cédulas que recebem outra numeração apenas pelas microchancelas, senão teríamos que colecionar todas as séries também e por outros detalhes menores. O que realmente diferencia as cédulas do cruzeiro são esse 3 detalhes: autografada, “valor recebido” e “valor legal”. As demais devem ser consideradas variedades. Guarde-se fôlego para poder investir mais no período do Mil-Réis, que é muito mais rico em cédulas diferentes e difíceis.

Assim ficamos reduzidos a 8 cédulas reaproveitadas e 18 cédulas autografadas, 16 cédulas de valor recebido, 16 cédulas de valor legal na 1ª e 2ª estampa e a cédula da 3ª estampa(índio) num total de 59 cédulas diferentes do cruzeiro, em vez das 112 numeradas nos catálogos.

3. CRUZEIRO NOVO (1966-1970) NCr\$

Ocorre nova divisão por mil, na equivalência de NCr\$1,00=Cr\$1000,00. São reaproveitadas cédulas de 10, 50, 100, 500, 1000, 5000 e 10000, com carimbos, respectivamente de 1 centavo(0,01), 5, 10, 50centavos, 1, 5 e 10 cruzeiros novos. É o único período de nossa numismática em que as cédulas tiveram denominação de centavos, até então fração exclusiva das moedas. Em 1972, as notas carimbadas foram desmonetizadas. Total de 8 cédulas diferentes.

4. CRUZEIRO (1970-1986).Cr\$

Volta a notação gráfica Cr\$, as cédulas voltam a ser impressas pela Casa da Moeda, com um muito bom trabalho artístico e caprichada impressão, nos valores de 1, 5, 10, 50 e 100 cruzeiros, sendo a família aumentada progressivamente com os valores de 500, 1000, 5000, 10000, 50000e 100000 ao longo dos próximos anos, conforme a inflação se acelerava. 15 cédulas diferentes neste período.

5. CRUZADOS (1986-1989) Cz\$

O processo inflacionário obrigou a uma nova reforma, nova divisão por mil, criando os Cruzados. Utilizaram-se cédulas reaproveitadas de cruzeiro com carimbo circular de cruzados, nos valores de 10,50 e 100 cruzados e cédulas próprias de 10, 50, 100, 500,1000 e 10000 cruzados. (10 cédulas).

6. CRUZADOS NOVOS (1989-1990) NCz\$

Inflação sem controle provoca apenas 3 anos depois nova reforma, outra divisão por mil, criando os cruzados novos, NCz\$, também reaproveitando cédulas anteriores com um carimbo desta vez triangular seguidas de cédulas próprias, num total de 7 cédulas.

7. CRUZEIROS (1990-1993).Cr\$

Aqui não houve reforma monetária, apenas a troca de denominação da moeda para o nosso já velho e conhecido cruzeiro, mantendo os valores anteriores. As cédulas de cruzados novos receberam carimbos retangulares de cruzeiros seguidas de cédulas próprias, que a inflação galopante se encarregou de aumentar de valor rapidamente, dos 100 cruzeiros iniciais para 500 000 cruzeiros em menos de 3 anos. Total de 14 cédulas no período.

8. CRUZEIROS REAIS (1993-1994) CR\$

Nova divisão por mil, carimbando-se as cédulas de 50000, 100000 e 500000 cruzeiros com um círculo aberto escrito cruzeiros reais, com o valor dentro; já não havia mais figuras geométricas a usar! As cédulas próprias vieram de 1000, 5000, pulando para 50000 em apenas um ano. Total de 6 cédulas.

9. REAL (1994 até os dias de hoje) R\$

Criado por decreto lei em 27 de maio de 1994, entrou em circulação em 1º de julho desse ano. O Plano Real foi o responsável por termos finalmente conseguido a estabilidade econômica em que estamos vivendo desde então. Durante o período do cruzeiro real criou-se um indicador chamado de URV (unidade real de valor), que fazia a paridade diária de uma URV com o cruzeiro real, que rapidamente se desvalorizava. Isso preparou psicologicamente a população e em 1º de julho de 1994, lançou-se o Real, na paridade de 1 Real=1URV. Na equivalência do dia anterior, 30 de junho, 1 URV=CR\$2 750. Já temos 11 cédulas diferentes do Real, inicialmente as de 1, 5.10,50, e 100 reais, seguidas da cédula plástica de 10 reais, 1ª cédula comemorativa brasileira e nos valores mais recentes de 2 e 20 reais, que por enquanto encerram esta família.



Por que colecionamos?

E como colecionar?

Luiz Cláudio Lutiis Silveira Martins
(30 de Agosto de 2003)

O hábito de guardar, ajuntar, coisas e objetos aparentemente sem uma utilidade expressa ou prática é algo próprio do ser humano; nenhum outro animal faz isso. Tem uma conotação de posse, de poder e mexe muito com a vaidade individual.

Com certeza todos nós que hoje podemos nos reconhecer como verdadeiros colecionadores começamos como afoitos ajuntadores, compulsando tudo que se nos passasse ao alcance, com pouco critério na maior parte das vezes. Esse é o custo do aprendizado.

Passado o tempo, vem a experiência e o conhecimento necessários. Conquistamos assim o direito de ser chamados de *coleccionadores*.

Uma coleção é um conjunto de peças ou objetos, sejam eles quais forem, obedecendo a uma ordem lógica e racional, de preferência com aditivos especiais, como: qualidade, estado de conservação e raridade.

Uma coleção, ainda, é algo muito pessoal e expressa muitas das vezes a própria personalidade do colecionador. Portanto, ela deve, antes de mais nada, ser do agrado de quem a possui. Se, além disso, conseguir impressionar a outros, será motivo de muita satisfação ao seu proprietário; sendo um objeto de agrado a outrem ou de cobiça, preenche requisito inconsciente de uma coleção: alimenta o ego.

Não podemos perder de vista também que somos “proprietários” temporários de nossas peças, tal qual fiéis depositários. Paremos para pensar a quantos anteriormente nossas peças já pertenceram. E a quantos ainda irão servir...

E como colecionar as cédulas brasileiras?

Da forma que quisermos e como nos agradar mais é a resposta certa.

Os catálogos servem para nos orientar quanto ao que existe de colecionável que já foi descrito. E atenção, pois sempre há coisas novas sendo relatadas! Portanto, os catálogos, são apenas balizadores, podem ser seguidos no todo ou em parte se assim quisermos.

Os catálogos podem apresentar as peças em seqüência cronológica de aparecimento das peças, como é mais usual nos catálogos de selos ou misturando períodos e valores, como é mais comum nos catálogos numismáticos, entremeando as variedades conhecidas das cédulas de mesmo valor, estampa, séries e demais detalhes.

Há a previsão de no futuro só existir um dinheiro virtual, eletrônico. Se isso se confirmar, não teremos mais novidades a colecionar, mas ainda teremos muito dinheiro velho para nos divertir...

Sendo assim, mãos à obra, boa sorte e perseverança na busca das boas peças e uma bela coleção a todos.

Máxima do colecionador: “É preferível arrepender-se daquilo que comprar, mas nunca daquilo que deixar de adquirir”; pois uma compra ruim esquece-se com o tempo, mas aquela peça perdida que não volta mais poderá nos assombrar pelo resto da vida.



Os Recunhos das Moedas de 960 réis

David André Levy
(I Congresso Latino Americano de
Numismática - 26 a 30 de nov. de 2003)

1. Carimbos, contramarcas e recunhos

A prática de carimbar/contramarcas moedas é quase tão antiga quanto o próprio uso da moeda metálica. Há registros de moedas contramarcadas nos tempos de Júlio César, e dos imperadores Tibério e Nero.

Em termos numismáticos, a contramarca se distingue do carimbo, em que sendo este último também uma contramarca, leva o escudo de armas do país que o aplica, ou ao menos alguns de seus atributos. A contramarca, por outro lado, se forma com números, figuras ou símbolos que nada têm relação com o brasão do país que o aplica.

De maneira geral, um país carimba moedas estrangeiras com o intuito de nacionalizá-las devido, por exemplo, falta de numerário próprio. Já a contramarca era aplicada por diversos motivos: distinguir moeda boa da má, uniformizar o valor de uma série monetária para a qual não se emitiu moedas novas, utilização de moedas estrangeiras (afinal um carimbo é uma contramarca). Em situações de guerra, mudanças sociais ou políticas e penúria econômica se contramarcam moedas retiradas de circulação para dar-lhes novo curso.

O recunho, como o entendemos para 960 réis, é uma carimbagem total do disco da moeda base. E nem aqui somos os únicos: todos os dólares (5 shillings) ingleses de 1804 são cunhados sobre moedas estrangeiras - 8 reales hispano-americanas em sua maioria.

2. Carimbos, contramarcas e recunhos em moedas brasileiras

O Brasil tem uma longa história de contramarcagem e carimbagem de moedas, tanto em moedas estrangeiras (carimbo de Minas) quanto nacionais (carimbo Geral, este de fato uma contramarca). Desde o século XVI, moedas portuguesas e hispano-americanas circulavam no Brasil, porém a primeira moeda atribuída ao Brasil com registro oficial (não considerando as emissões holandesas a partir de 1645), foram os “carimbos coroados” sobre moedas espanholas a partir de 1643 e sobre moedas portuguesas a

partir de 1663. Uma das carimbagens mais expressivas foi a ocorrida em decorrência da vinda da família real em janeiro de 1808, que afetou praticamente todo o meio circulante em prata e cobre do Brasil, e que culminou com a criação do patacão em 1809.

3. O 960 réis - um pouco de história

Tentando derrotar a Inglaterra, Napoleão atacou-a por mar até que foi derrotado na Batalha de Trafalgar em 1805. Percebendo que o poder naval e a posição insular da Inglaterra possibilitavam sua defesa, Napoleão decretou o Bloqueio Continental em 1806, proibindo qualquer país europeu de comercializar com os britânicos. Caso essa determinação fosse desobedecida, o país seria invadido e conseqüentemente ocupado.

Este bloqueio colocava Portugal numa situação insustentável. Se Portugal acatasse o Bloqueio não seria invadido, porém perderia as mercadorias industrializadas provenientes da Inglaterra. Mas, se desobedecesse às imposições da França, teria o território invadido por Napoleão. Nesta época, governava o príncipe-regente D. João, já que sua mãe, a rainha D. Maria I, era doente mental e não governava desde 1792.

A solução encontrada foi a fuga da corte portuguesa para sua colônia mais rica, o Brasil. Em 29 de novembro de 1807, partiu de Lisboa, escoltada por tropas inglesas, uma esquadra de 36 navios com cerca de 10.000 pessoas, entre elas a família real portuguesa, nobres e altos funcionários. No dia seguinte, as tropas francesas lideradas pelo general Junot invadiram Lisboa. Em 22 de janeiro de 1808, chegavam à Bahia D. João e a corte portuguesa.

A presença da família real portuguesa e sua corte exigia uma grande quantidade de dinheiro para sua manutenção no Brasil. O príncipe-regente D. João tomou uma série de medidas de caráter monetário:

- carimbar os pesos (8 reales) castelhanos com o valor de 960 réis (Alvará de 1º de setembro de 1808), pesos esses que tinham valor de câmbio de 750 a 800 réis. No início, tal medida se restringia à Capitania de Minas Gerais;
- carimbar as moedas de cobre cunhadas anteriormente a 1803 com escudete para dobrar-lhes o valor (Lei de 10 de abril de 1809);

- carimbar as moedas da série “J” de D. José I, com escudete que elevava seu valor de 600 para 640 réis, de 300 para 320 réis, de 150 para 160 réis e de 75 para 80 réis (Alvará de 18 de abril de 1809).

A moeda de 960 réis, nada mais do que um carimbo total de disco, foi formalizada no Alvará de 20 de novembro de 1809. Não se sabe realmente porque a produção de carimbos foi interrompida e iniciou-se a de 960 réis; muito provavelmente o carimbo foi criado originalmente com caráter provisório, para ser utilizado enquanto se preparavam os cunhos e equipamentos para a cunhagem sobre o disco inteiro.

Eleva o valor de uma moeda de 8 reales, de aproximadamente 750 réis para 960 réis, significou desvalorizá-la. Como consequência, apesar do 8 reales ter sido uma moeda que circulava no mundo todo (quase que como uma “moeda universal”), o mesmo não aconteceu com o 960 réis. Mesmo possuindo obviamente os mesmos peso e teor de prata, o valor estampado era aproximadamente 20% menor que o conteúdo intrínseco de prata. Conseqüentemente, o 960 réis comprava 20% mais no Brasil do que no comércio internacional, e, como resultado direto, estas moedas permaneciam no Brasil. Além do mais, era muito caro derreter a moeda por sua prata, pois o resultado era o mesmo: a prata obtida valia 20% menos que a denominação da moeda. Esta diferença de 20% era o lucro do governo. Porém, como se pode deduzir, esta desvalorização causou uma inflação percebida ao longo dos anos: o custo dos 8 reales foi aumentando com o passar dos anos até o valor de aproximadamente 900 réis em 1824, e cerca de 960 réis ou mais em 1827, quando a produção desta série foi encerrada.

4. Recunhos - um pouco de metalurgia

Quando falamos em colecionar 960 réis, pelo recunho, se pressupõe que uma quantidade razoável de características da moeda base possa ser observada por um colecionador médio, quer dizer, sem ser realmente um especialista. Isto nem sempre é verdade; todos nós que já observamos uma certa quantidade de patações sabemos que alguns estão muito mal cunhados, outros mais ou menos, ou seja, podemos ver algo da moeda base, e ainda há outros tão bem cunhados que muito pouco da moeda base está visível. Porém pode-se dizer que de maneira geral é quase sempre possível identificar a moeda base, ou ao menos, algumas características gerais dela.

Ora, por que isso acontece com os 960 réis ? Como já dito acima, outras moedas foram recunhadas - o 5 shillings de 1804 do Banco da Inglaterra é um caso típico - mas não se ouve falar de coleção de recunhos de 5 shillings. Duas causas são apontadas como geradoras dessa característica do 960 réis.

Em primeiro lugar, falta de pressão durante o momento da batida, ou algum outro tipo de mau ajuste ou desalinhamento do equipamento de cunhagem. Enquanto que na Inglaterra já se usava uma prensa a vapor, que fornecia uma grande pressão sobre a moeda, e de tal modo que são raros os 5 shillings que mostram muito da moeda base, nas Casas da Moeda brasileiras se usava ainda o balancim, um equipamento muito mais rudimentar e sujeito a desajustes do que seu sucessor inglês. A falta de pressão na hora da cunhagem, ou outro tipo de desajuste, causava um 960 réis irregular, com muitos detalhes da moeda base ainda presentes e muitas partes do 960 réis ausentes.

Uma outra causa para cunhagem fraca pode ser decorrente do processo metalúrgico. De modo geral, quanto mais “macio” o disco (uma moeda em “branco”, com peso e pureza corretos), melhor a cunhagem. Esse é o motivo pelo qual geralmente discos crus eram “recozidos” antes de receberem a cunhagem. O processo de fabricação de discos começa com a liga de prata sendo alimentada numa prensa de rolos e dando origem a chapas de espessura determinada. Essa chapa dá origem a discos de prata com pesos corretos quando cortados por uma forma de, por exemplo, 39 mm de diâmetro (a média de diâmetro de moedas de 8 reales).

Os processos de prensagem em rolos e posterior corte fazem com que a prata “endureça”, pois os cristais do metal são quebrados em partículas muito menores. Ligas mais duras, como qualquer um deduziria, não são boas para os cunhos. Elas causam desgaste acelerado e mais quebras, além de uma pior qualidade de cunhagem. Para combater estas circunstâncias, os discos em branco eram “recozidos” num forno. Eram aquecidos até um ponto consideravelmente abaixo da temperatura de fusão da liga, e deixados lá por algum tempo. Durante esse tempo os cristais da liga que formam o disco aumentam de tamanho, e fazem com que a liga “relaxe” para seu estado original mais macio. Os discos são postos para esfriar até uma temperatura um pouco superior à ambiente. São então limpos com um ácido fraco para dissolver qualquer resíduo de óxidos

metálicos que tenham se formado na superfície. Isso é necessário porque estes resíduos são abrasivos, ainda que minimamente mais do que a superfície limpa do disco. No que se refere aos 960 réis, uma vez que os discos de 8 reales eram cunhados em suas casas da moeda de origem, eles se tornavam “duros” outra vez, assim seria necessário passar por mais um ciclo de recozimento antes de transformá-los em patações (lembre-se, não havia o processo de laminação na manufatura de 960 réis, pois se utilizava o disco de 8 reales diretamente na prensa).

Não podemos provar, mas pode-se deduzir que o recozimento de patações não era uniforme. Moedas que passavam por um processo bem feito, e cunhadas numa máquina bem ajustada, deveriam originar patações bem cunhados, com poucos traços da moeda base. Já 8 reales mal recozidos, que mantinham muito de sua dureza do disco, ou cunhados em máquinas com pouca pressão ou mal ajustadas, ou ainda sob efeito da combinação destas duas causas, produziam patações mal cunhados, com muito da moeda base ainda em evidência, e, em casos extremos, com partes da base que sequer tenham sido comprimidas pelo cunho, e que hoje são o deleite dos colecionadores de recunhos !

Esta é uma explicação um pouco mais complexa para a segunda causa de visibilidade de moeda base, que é recozimento mal feito ou insuficiente. Alguém poderia dizer que, em comparação com o primeiro tipo, o resultado é o mesmo: a cunhagem é menos definida do que poderia ser, e os atributos da moeda base têm maior possibilidade de “sobreviver” ao processo de recunhagem.

5. A coleção de 960 réis por recunhos

Há várias maneiras de se colecionar os 960 réis. Apesar de ser uma série de curta duração (1810-1827 mais 1832-34), quando comparado com séries de outros países (8 reales hispano-americanos, dólar dos Estados Unidos, 8 reales da República Mexicana), colecionar 960 réis apresenta enormes desafios.

Sem dúvida a coleção mais simples é ter um exemplar de cada Casa da Moeda (Bahia, Minas e Rio) de cada tipo (Colônia, Reino Unido, Império). Outra maneira, que exigirá mais esforço, é colecioná-los por data, para uma Casa da Moeda ou mesmo para todas (boa sorte com as moedas de Minas Gerais...). Um terceiro tipo de coleção, muito difundido no Brasil, é colecionar 960 réis por variante. Variantes nada mais são do que o testemunho da tecnologia da época

(ao menos no Brasil) no que se refere a manufatura de cunhos: o equipamento disponível não permitia a replicação de cunhos através de cópias exatas de uma matriz, o que como consequência imediata fazia com que fosse necessário abrir novos cunhos para substituir os que se quebravam ou desgastavam muito. O fato de ser humanamente impossível abrir cunhos idênticos, ainda mais porque muitas vezes eram pessoas diferentes que os faziam, deu origem às variantes. A mudança na tecnologia de manufatura de cunhos, que em linhas gerais é um processo onde se abre uma matriz somente uma vez, e esta matriz é replicada em cunhos, eliminou a diferença entre os cunhos de uma mesma emissão.

Um outro tipo de coleção de 960 réis, e provavelmente único na numismática, é o por recunhos. Devido ao fato destas moedas serem em geral mal cunhadas (ao menos quando comparadas com seu “similar” inglês), pode-se facilmente identificar a moeda base na maioria dos casos. E esta possibilidade abre caminho para uma grande variedade de tipos, alguns muito comuns e outros muito raros, mas principalmente abre caminho para o estudo e o entendimento da moeda corrente na época não só no Brasil mas também em praticamente toda a América Latina.

Apesar de ao início do século XIX a dominação hispânica já estar em declínio, o 8 reales ainda era sem dúvida a moeda universal da época. Deste modo, era uma moeda corrente e aceita em praticamente todos os países, inclusive o Brasil. Os 8 reales eram emitidos em diversas Casas da Moeda, tanto na América (México, Potosi e Lima principalmente, além de outras menores como Santiago, Popayan e Guatemala) quanto na Espanha (Madrid e Sevilha) e circulavam livremente em todo lugar. Eram estas moedas as utilizadas como base pelo 960 réis. Deste modo, colecionar 960 réis é como montar uma “fotografia” do principal meio circulante da época.

Pode-se dividir o tipo de base em quatro subgrupos:

- moedas coloniais hispano-americanas:

As moedas do período colonial provenientes das Casas da Moeda do México, Potosi e Lima são responsáveis pela grande maioria das bases de todos os patações. O período de estudo compreende as moedas desde Felipe V até Fernando VII, sendo que os tipos colonários (Felipe V, Fernando VI e Carlos III) são muito raros de serem encontrados como bases. Já os tipos com busto (Carlos III, Carlos IV e Fernando VII) são todos comuns (embora as de Carlos III sejam um pouco mais

escassas como base) e podem ser encontrados em praticamente todo o período de cunhagem de 960 réis. Além destas casas, há ainda as moedas emitidas por Santiago (Chile), Guatemala, Nova Guatemala e Popayan. Salvo pouquíssimas exceções, as bases de Santiago não chegam a ser escassas, mas definitivamente são menos comuns que as do México, Potosi e Lima. As moedas da Casa da Moeda da Guatemala (que cunhou até 1773) são muito raras, com pouquíssimos exemplares cunhados sobre estas bases. Porém as moedas brasileiras sobre 8 reales da Nova Guatemala são ligeiramente mais escassas que as de Santiago e não chegam a ser raras. Finalmente, 960 réis sobre moedas de Popayan (Colômbia) são muito raros: só há 3 moedas conhecidas.

Um subgrupo de moedas coloniais são as emissões emergenciais, em geral escassas como base. Estas são: os 8 reales de Cuzco (Peru) de 1824 - muito raros como base - e os 8 reales emitidos durante a revolução mexicana (1810-1822) dos quais podem ser encontrados como base moedas provenientes de Zacatecas (escasso), Guadalajara (escasso), Guanajuato (raro), Durango (raro) e Chihuahua (único).

- moedas espanholas:

Basicamente são os 8 reales cunhados em Madrid e Sevilha, a partir do reinado de Carlos III. Com exceção das moedas de Carlos III, um pouco mais escassas como base, as moedas destas duas casas são relativamente comuns nos patações da colônia, um pouco menos comuns nos do Reino Unido e muito escassas como base de patações do Império. A Espanha também emitiu moedas emergenciais durante a invasão pela França (1808-1812) que podem ser encontradas como bases dos patações: são as moedas emitidas por Cádiz (comuns), Catalunha (raras) e Valência (raras), além de outras que são consideradas no grupo de moedas raras: Tarragona, Gerona, Palma de Mallorca e Barcelona (esta uma emissão francesa).

- moedas latino-americanas independentes:

Este é um grupo de bases de grande diversidade em tipos. A partir de 1810 muitos países que eram até então colônias passaram a lutar por independência e isto foi refletido também na numismática. Deste modo, além dos tipos coloniais tradicionais, pode-se encontrar como base de 960 réis, as seguintes moedas:

- 8 reales (1813 e 1815) e 8 soles (1815) da Argentina (Provincias del Rio de la Plata), em patações a partir de 1814;
- 1 peso Chile (1817-) em patações a partir de 1817;
- 8 reales Peru Libre (1822-3) em patações a partir de 1823;
- 8 reales República Peruana (1825-) em patações a partir de 1825;
- 8 reales México - Império de Itúrbide (1822-23) em patações a partir de 1823;
- 8 reales República Mexicana (1823 -) em patações a partir de 1824.

- outras moedas, em geral raras:

Este último grupo compreende moedas base que como que entraram “por acidente” nas Casas da Moeda brasileiras, pois não formam um grupo homogêneo e em geral são muito raras como base. Apesar de formarem um número considerável de países de origem, há muito poucos exemplares de cada um e em muitos casos são únicos. Eles são:

México: 8 reales de Chihuahua, 8 reales com carimbos MVA e LCV;

Perú: 8 reales Fernando VII sobre 8 reales Peru libre (recunho sobre recunho!), 8 reales Peru Libre com Carimbo de 1824;

Inglaterra: 1 coroa 1696, 8 reales com carimbos octogonal e oval, 5 shillings 1804, 8 reales com carimbo GR, 2 rúpias de Madras, 8 reales com carimbos locais;

Espanha: 5 pesetas Tarragona, 1 duro Gerona, 5 pesetas Barcelona, 30 sous Palma de Mallorca;

Estados Unidos: 1 dólar;

França: 1 ecu Luís XV, Luís XVI e Luís XVIII, 5 francos Napoleão (Primeiro Cônsul e Imperador);

Itália: 1 taller Toscana, 5 liras Reinado de Napolão;

Áustria: 1 thaler Maria Theresa;

Holanda: 1 ducado;

Bélgica: 1 patagon de Brabante;

Brasil: 8 reales com Carimbo de Minas;

China: 8 reales com carimbos chineses.



Moedas Brasileiras da Colônia

*José Serrano Neto
(13 de Março de 2004)*

I – MOEDAS CIRCULANTES APÓS O DESCOBRIMENTO

As primeiras moedas a circular no Brasil foram as mesmas correntes em Portugal na época dos descobrimentos, que vieram trazidas pelos descobridores e posteriormente pelos mercadores e pelos colonos que aqui se estabeleceram.

Alguns exemplos dessas moedas, por reinado:

D. Afonso V: Escudo e Cruzado, de ouro;
Real Grosso e Chínfrim, de prata;
Espadim e Real Branco, de bilhão.

D. João II: Justo, de ouro;
Cinquinho, de prata.

D. Manoel I: Português (4000 Réis), de ouro;
Tostão (100 Réis) e Índio, de prata.

D. João III: As mesmas de D. Manoel e
São Vicente (1000 Réis), de ouro;
Real Português dobrado (80 Réis), de prata.

É importante ressaltar que não só durante os primeiros duzentos anos da colonização, mas também após a instalação e funcionamento da Casa da Moeda no Brasil e durante toda a vigência do Primeiro Sistema Monetário a situação da circulação pecuniária na colônia foi de mais absoluta precariedade, servindo como moeda também mercadorias como panos de algodão, açúcar e fumo, por total falta de dinheiro circulante.

Em 1580, com a unificação das coroas ibéricas foi introduzida na circulação colonial a moeda de prata castelhana, que teve imediata aceitação, visto que já era de circulação mundial devido à vasta extensão de territórios dominados pela Espanha.

Após várias proibições e seguidas liberações, chegou a suplantiar o numerário português, sendo até em Portugal admitida, sob a denominação de “PATACAS”.

RELAÇÃO ENTRE AS MOEDAS PORTUGUESAS E ESPAÑHOLAS

(Anterior à carimbagem de 1643)

8 REALES: 320 RÉIS

4 REALES: 160 RÉIS

2 REALES: 80 RÉIS

1 REAL: 40 RÉIS

½ REAL: 20 RÉIS

II – MOEDAS OBSIDIONAIS HOLANDESAS

No início do Séc. XVII, tanto a Holanda como Portugal e conseqüentemente o Brasil estavam subjugados à Espanha, maior potência da época.

Para os holandeses, portanto, a invasão e tomada de territórios na América do Sul fazia parte da resistência ao domínio espanhol, sendo criada com esse principal objetivo a GWC.

A GWC, financiada com o capital de 5 entidades e de particulares tinha seu contingente composto por holandeses e mercenários de diversos países, principalmente do norte da Europa e até espanhóis, que não lutavam por um ideal, mas pelo soldo pago pela Companhia, cujas receitas eram oriundas do saque às frotas espanholas, cultivo da cana de açúcar, exploração do pau Brasil e do ouro da Guiné, possessão holandesa na África.

A vinda do Conde Maurício de Nassau em 1637 e sua brilhante administração, até 1644 marcaram o apogeu do domínio holandês no nordeste brasileiro, com suas iniciativas nas áreas artísticas, culturais e urbanísticas.

Após inúmeros desentendimentos com o Conselho dos XIX, regressou à Holanda e devido a isso e a vários outros fatores, iniciaram-se as insurreições dos luso-brasileiros contra os Holandeses.

Seguiram-se confrontos e batalhas, até que estando a GWC sitiada no Recife e sem dinheiro para o pagamento das tropas, viu-se obrigada a desviar parte do ouro do carregamento que seguiria para a Holanda e cunhar o soldo para o pagamento de seus mercenários e compra de víveres.

Apesar de não emitidas oficialmente e sim numa situação de emergência; e não pela autoridade monetária (que nem existia) e sim pelos invasores sitiados, essas moedas simbolizam o início da história numismática de nosso país, por terem sido as primeiras cunhadas em solo brasileiro e por mostrarem o nome Brasil.

Hoje em dia essas moedas são raríssimas, chegando a pouco mais de uma centena os exemplares conhecidos. Sua escassez se dá aos seguintes fatores:

- Foram cunhadas com o peso propositadamente abaixo do padrão, para serem usadas provisoriamente, de modo que ao regressar à Holanda, os que as detinham trocaram por emissões regulares;
- Quando aceitas por algum luso-brasileiro, eram imediatamente derretidas, pois a simples posse das mesmas caracterizava crime de alta traição por colaboração com o invasor, punido com a morte.

Por ocasião de sua retirada, os holandeses também cunharam moedas de prata, nos valores de X, XII, XX e XXXX Stuivers, porém unifaciais e sem o nome Brasil.

Vale lembrar que nos territórios ocupados circulavam também moedas holandesas.

III – CARIMBOS COROADOS

O constante esforço de guerra de Portugal, contra a Espanha em seu território e contra os holandeses em suas colônias ocasionou grandes gastos à coroa, tornando-se necessário o levantamento do valor das moedas em circulação por meio de carimbagens.

Esses carimbos foram aplicados simultaneamente no Brasil e em Portugal, sendo nessa apresentação, descritos somente os aplicados no Brasil.

Essa carimbagem caracteriza a única atividade emissora de numerário no Brasil nos reinados de D. João IV (1640 a 1656) e D. Afonso VI (1656 a 1667).

Os carimbos foram aplicados sobre moedas Hispano-Americanas com base nos Alvarás/ Leis de: 26/02/1643; 1652; 06/07/1663 e 23/03/1679. Aplicação sobre moedas portuguesas: 22/03/1663.

Carimbos sobre moedas de ouro: Pelo Alvará de 12/04/1668 Foram aplicados carimbos elevando os valores das moedas de ouro de 1000, 2000 e 4000 em 10%.

IV – INSTALAÇÃO DA CASA DA MOEDA NO BRASIL

Numa tentativa de solucionar o total caos monetário existente, após freqüentes aumentos e rebaixamentos nos valores das moedas, remarcações, proibições, recolhimentos, fundições, o que causou grande dificuldade de pagamentos e inibiu o comércio, situação agravada ainda pela absoluta carência de numerário foi criada em 1694 a Casa da Moeda no Brasil, no reinado de D. Pedro II de Portugal (1683-1706),

Em 1695 iniciou-se oficialmente a cunhagem no Brasil com o chamado Padrão Fraco, ou seja, para um mesmo peso de metal, um maior valor nas moedas coloniais em relação às metropolitanas

Foram cunhados os valores de 20, 40, 80, 160, 320 e 640 Réis em prata.

Em ouro foram cunhadas moedas nos valores de 1000, 2000 e 4000 Réis.

Um detalhe interessante quanto à cunhagem da prata é que o metal do qual foram feitas as moedas era oriundo do derretimento de moedas antigas, já que não havia refino da prata na colônia.

A Casa da Moeda da Bahia funcionou de 1695 a 1698 quando foi transferida para o Rio de Janeiro, onde funcionou de 1698 a 1700, cunhando rigorosamente os mesmos valores.

Em 1700 foi transferida para Pernambuco, lá funcionando até 1702, seguindo o mesmo padrão de cunhagem. Em Pernambuco foram cunhadas as primeiras moedas com a Letra Monetária, um “P” sobre o Zodíaco, na Esfera Armilar. Terminados os trabalhos em Pernambuco, voltou ao Rio de Janeiro, onde só cunhou a “moeda forte”, de ouro na razão de 1600 Réis a oitava.

Relativamente à mudança de localização da Casa da Moeda em seus primeiros 7 anos de existência, é interessante deixar bem claro que a casa sempre foi mesma, só que itinerante, já que transferir o maquinário é mais fácil e menos arriscado do que efetuar o transporte de valores.

Com o incremento do comércio após a entrada em circulação da moeda colonial de prata e de ouro, fez-se necessária uma maior quantidade de moeda miúda para troco, já que a moeda de cobre que existia na circulação até 1704 consistia em antigas moedas de cobre portuguesas, há muito insuficientes para satisfazer a demanda.

Nos anos de 1693 a 1699, a Casa da Moeda do Porto cunhou moedas nos valores de V, X e XX Réis para circularem em Angola, já com os pesos reduzidos (Padrão Fraco).

Com o passar do tempo essas moedas mostraram-se excedentes para a circulação na colônia africana de modo que a coroa ordenou a remessa das peças de X e XX Réis para a circulação no Brasil.

V – O PERÍODO ÁUREO DA NUMISMÁTICA COLONIAL

O reinado de D. João V marcou o apogeu da numismática brasileira, pela diversidade, riqueza e beleza das moedas cunhadas, especificamente da cunhagem em ouro.

Foi criado o novo padrão de 12.800 Réis, dos Escudos, as primeiras moedas brasileiras a mostrarem a efígie do rei, cunhadas nas Casas da Moeda da Bahia, Rio e Minas Gerais, esta última recém aberta.

Com o auge do ciclo do ouro em Minas, deu-se a cunhagem da série de dobrões, nos valores de 400, 1.000, 2.000, 4.000, 10.000 e 20.000 Réis, essa última com peso de 53,78g, uma das maiores moedas de ouro já circuladas no mundo.

A emissão de moedas de prata foi incipiente. Na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, foram cunhadas moedas de 160, 320 e 640 Réis, de 1748 a 1750 e em Lisboa, no ano de 1749, foi cunhada uma série de 80, 160, 320 e 640 Réis para circulação no Maranhão e Grão Pará.

Também são dessa série as moedas de ouro de 1.000, 2.000 e 4.000 Réis e as de cobre, nos valores de V, X e XX, todas de 1749

e sem letra monetária. Por serem iguais às do padrão monetário corrente, sua circulação estendeu-se a todo o território brasileiro.

Em cobre foram cunhadas moedas de X e XX Réis, a partir de 1715 na Casa da Moeda de Lisboa e a partir de 1729 na Casa da Moeda da Bahia, todas com peso reduzido.

Uma série curiosa circulada no reinado de D. João V foi a de moedas de XX e XL Réis, com o peso ainda inferior em 50% ao Padrão Fraco, mandada circular em Minas com a irônica legenda informando que para o uso, o cobre é mais adequado do que o ouro. Essa foi a resposta às reclamações da colônia de que o reino absorvia todo o ouro sem deixar espécie para giro.

VI – REINADO DE D. JOSÉ I

No reinado de D. José, seguiu-se o padrão de cunhagem de D. João V:

Ouro: Casa de Lisboa cunhava no padrão fraco para circular na colônia e nas casas do Rio e da Bahia cunhava-se o padrão forte, para circular em Portugal.

A Casa da Moeda de Vila Rica já estava com suas atividades encerradas desde 1735.

O declínio do ciclo do ouro na colônia fica evidenciado, com a extinção do facial de 12.800 Réis.

Em prata, segue a cunhagem das moedas de 80, 160, 320 e 640 Réis no Rio e também na Casa da Moeda da Bahia, porém sem o valor de 80 Réis.

Na cunhagem do cobre, destacam-se as peças de X e XX Réis da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, sem letra monetária, em cuja cunhagem foram usados cunhos abertos no Brasil e discos portugueses, que seriam utilizados nas moedas de 5 e 10 Réis.

Na Bahia foram cunhadas moedas nos valores de X, XX e XL Réis, nos anos de 1761 e 1762.

A particularidade dessas moedas é de serem as únicas moedas de cobre coloniais serrilhadas. Outra curiosidade é a variedade de coroa das moedas de XL Réis, com 3 tipos diferentes.

Outro detalhe interessante consiste nas moedas de cobre cunhadas em Lisboa para circulação na Guiné que por algum engano na hora do embarque, vieram parar no Brasil, onde circularam por serem também do padrão fraco.

Sem dúvida, a parte mais importante da numismática do período de D. José é a conhecida “Série J”.

A finalidade dessa emissão era facilitar o troco do ouro em pó, na região das Minas Gerais, já que o valor das moedas era o exato equivalente ao peso da oitava de ouro em pó, medida usada na época:

Uma oitava de ouro (3.59 g) -> 1200 réis

Para que essas moedas não se confundissem com as demais em circulação, já que as dimensões eram muito parecidas, ao invés do escudo das armas portuguesas, aparece a inicial do rei, “J”, abaixo da coroa.

VII – MARIA I e PEDRO III (1777-1786) e MARIA I (1786-1799)

Para a numismática brasileira, esse foi um período sem grandes novidades nem alterações. Foram mantidos todos os padrões anteriores, a cunhagem do cobre foi exclusivamente feita em Lisboa e a de prata só começou a ser feita no Rio em 1791 (foram cunhados os valores de 320 e 640 Réis) e na Bahia em 1799 (somente 640 Réis).

No ouro, foi absolutamente idêntica à cunhagem de seu antecessor.

Em 1789 houve uma emissão de moedas da série “J” usando os cunhos de 1774-R.

Se por um lado não houveram inovações na emissão desse período, por outro lado as moedas cunhadas tiveram interessantes variações entre elas.

É o caso das três fases da vida da rainha, retratadas nas moedas de ouro:

1777-1786 : Ao lado do rei, D. Pedro III;

1787-1790 : Véu de viúva;

1790-1805 : Toucado.

Entre as moedas de prata e cobre cunhadas em Lisboa, a principal distinção está na coroa, havendo as variedades Alta e Baixa.

Não são conhecidos os motivos dessa variação, mas o mais provável é que cada abridor tivesse sua “marca registrada” sob a forma do estilo da coroa.

Com a deterioração do estado de saúde da soberana, seu filho, D. João foi obrigado a assumir o controle do governo, ordenando a única alteração monetária ocorrida:

Na emissão das moedas de cobre foi determinada a quebra do padrão monetário, ou seja, nas emissões a partir de 1799 os valores de X, XX e XL Réis foram cunhados com a metade do peso anterior.

Cabe ressaltar que o valor de V Réis dessa série não é emissão dessa época, pois foi cunhado em 1881-82 a mando do rei D. Luís, numismata que queria “completar a série”.

VIII – D. JOÃO PRÍNCIPE REGENTE

Exercendo o poder desde 1792 devido ao mau estado de saúde de sua mãe, o Príncipe Regente D. João somente começou a ter seu nome gravado nas moedas somente a partir de 1802, nas moedas de cobre de X, XX e XL Réis cunhadas em Lisboa para circulação no Brasil.

Nas Casas da Moeda do Rio e da Bahia foram cunhadas moedas de ouro nos valores de 4.000 e 6.400 Réis até o ano de 1805, ainda com o nome e efígie de Dna. Maria I.

Em prata, foi usado o nome da rainha no Rio até 1802 e na Bahia até 1805.

Houve cunhagem na Casa de Fundição de Minas Gerais, nos valores de 320, 640 e 960 Réis, entre os anos de 1810 a 1816. A cunhagem era feita sobre as moedas J de 300 e 600 Réis e sobre pesos Hispano-Americanos.

Os cunhos dessas moedas são mais rústicos e a cunhagem não era de grande qualidade, o que resultou em moedas muito toscas, com grande interferência da moeda base, porém muito interessantes.

Na Casa da Moeda do Rio de Janeiro também foram cunhadas moedas regionais, com os pesos ainda inferiores ao das moedas pós-quebra do padrão monetário, para circulação em Mato Grosso e Goiás.

Numismaticamente falando, o fato mais importante desse período foi a vinda da família real para o Brasil, fugindo das tropas de Napoleão.

A chegada da corte no Rio de Janeiro, não disposta a abrir mão das mordomias que restaram e o aparato administrativo com todo seu custo de manutenção elevaram de maneira formidável os gastos da coroa, fazendo com que se lançasse mão do mais tradicional recurso usado pelos nossos colonizadores para o aumento do numerário: o levantamento do valor das moedas circulantes.

Nas moedas de prata da série “J”, foi aplicado o carimbo de “Escudete” de modo a aumentar o valor de 75 para 80, de 150 para 160, de 300 para 320 e de 600 para 640 Réis.

Nas moedas de cobre de emissão anterior a 1799 de X, XX e XL Réis os carimbos foram aplicados de forma a dobrar o seu valor circulatório, passando a valer, respectivamente, 20, 40 e 80 Réis.

Outra forma de gerar recursos para a coroa foi a criação do Carimbo Minas, pelo Alvará de 01/09/1808.

Havendo a circulação dos pesos Hispano-Americanos pelo valor de 750 a 800 Réis, determinou-se a aplicação nos mesmos de uma contramarca bifacial, que aumentava seu valor para 960 Réis, trazendo um ganho de 160 a 210 Réis para a coroa por moeda.

Essa carimbagem foi a precursora do PATACÃO cunhado no período colonial de 1809 a 1818 na Casa da Moeda do Rio e de 1810 a 1816 na Bahia.

Sendo moeda das mais apreciadas da nossa numismática, tanto aqui quanto no exterior, o Patacão possibilita uma ampla variedade de modalidades de coleção, desde por tipo, por variante, recunho e até variante de recunho.

Moeda de prata de 26,8 gramas de padrão internacional, igual às moedas de 1 Thaler dos Estados Germânicos, 1 Dollar dos EUA, 5 Francos da França, 1 Coroa da Grã-Bretanha e obviamente 8 Reales da Espanha, o Patacão teve sua circulação estendida a outros países, principalmente outras colônias portuguesas, devidamente carimbado.



Numismática Clássica - Grécia e Império Romano

Walter de Arruda Menezes
(I Congresso Latino Americano de
Numismática - 26 a 30 de nov. de 2003)

Nas próximas páginas, seguem os slides utilizados na apresentação:

NUMISMÁTICA CLÁSSICA

GRÉCIA E IMPÉRIO ROMANO



I Congresso Latino-Americano de
Numismática São Paulo 2003
Walter Arruda de Menezes

LINHA DO TEMPO DA NUMISMÁTICA até 600 DC

	Grega / RP	Romana / Bizantina	Não Clássicas
600 AC	Gregas		Império Persa
550 AC			
500 AC			
450 AC			
400 AC			
350 AC			
300 AC			
250 AC			
200 AC			
150 AC			
100 AC			
50 AC			
0			
50 DC			
100 DC			
150 DC	Romanas Provinciais	República Romana	Baktrian
200 DC			
250 DC			
300 DC			
350 DC			
400 DC			
450 DC			
500 DC			
550 DC			
600 DC			
600 DC		Império Romano	Amenian
650 DC			
700 DC			
750 DC			
800 DC			
850 DC			
900 DC			
950 DC			
1000 DC			
1050 DC			
1100 DC		Império Bizantino	Parthia
1150 DC			
1200 DC			
1250 DC			
1300 DC			
1350 DC			
1400 DC			
1450 DC			
1500 DC			
1550 DC			
1600 DC			Sasanian
1650 DC			
1700 DC			
1750 DC			
1800 DC			
1850 DC			
1900 DC			
1950 DC			
2000 DC			
2050 DC			

Numismática Clássica

CATEGORIAS MAIS IMPORTANTES:

Gregas:	de 625 AC até 30 AC (morte de Cleópatra)
Republicanas Romanas:	aprox. 289 AC até 41 AC (última cunhagem de Triumviru)
Imperatoriais:	aprox. 60 AC até 27 AC (Primeiro Triunvirato até Augustus)
Romanas:	27 AC até 491 DC (ascensão de Anastasius I)
Romanas Provinciais:	27 AC até 297 DC (última cunhagem do Egito Romano)
Bizantinas:	491 DC até 1453 DC

Primeiras Cunhagens



EL Jônia, séc. VII AC



EL Trácia Stater, ca. 500 AC



EL Lídia, ca. 600 AC



Dárico Persa, 375 AC



Kroisos, Stater, Lídia, ca. 560 AC,
primeira moeda de prata

Mundo Grego



Mundo Grego





Principais denominações das Moedas Gregas					
Ouro - AV e Eletro - EL (electrum)					
Denominação	Valor	Denominação	Valor		
AV Stater	1	EL Stater	1		
AV Tetradrachm / Hemistater	1/2	EL trinf	1/3		
AV Diabol	1/4	EL Hekter	1/8		
AV Obol	1/12	EL hexob	1/12		
AV Hemiobol	1/24				
Prata - AG					
Denominação	Valor	Denominação	Valor	Denominação	Valor
Drachm	1	Tetradrachm	1/4	Tetradrachm	4 x
Tetradrachm	2/3	Obol	1/6	Octadrachm	8 x
Hemidrachm / Triobol	1/2	Tetradrachm	1/9	Dodekadrachm	10 x
Diabol	1/3	Dodekadrachm / Stater / Nomos	2 x	Dodekadrachm	12 x
Bronze - AE					
Denominação	Valor	Denominação	Valor	Denominação	Valor
Onkion	1	Tetras	4 x	Deukonion	10 x
Hexas	2 x	Perkonion	5 x	Litra	12 x
Trias	3 x	Hemikon	6 x		

Egina, Atenas, Corinto



Egina, tetradrachm, 5th séc. AC



Atenas, tetradrachm após 449 AC



Corinto, modelo arcaico



Corinto, modelo clássico,

Período Clássico



Thasos, 420 AC



Bruttium, Rhegion, ca. 435 AC



Gela, Sicília, séc. V AC



Naxos, Sicília, ca. 425 AC

Período Clássico - Sicília



Agrigento, ca. 500 AC



Siracusa, Agathokles Tetradrachme



dekadrachm de Siracusa,
assinado por Eulaneitos ca. 400 AC



Siracusa, Agathokles, 50 Litra



Rodes, 408 AC



Aspendus, Pamphylia, ca. 300-250 AC

Evolução do desenho dos reversos nas primeiras moedas gregas



Alexandre III, o Grande (336-323 AC) e os Impérios Helenísticos



Philipus da Macedônia,
pai de Alexander III



Philip V, Macedônia, 221 AC



Alexander III the Great,
Tetradrachm of Amphipolis



Perseus, Macedônia, 178 AC



Impérios Helenísticos



Lysimachos, 297 AC, com
retrato de Alexandre III, o Grande



Éfeso, 340 AC



Eumenes I, Pergamon, 263 AC



Magnesia ad Meandrum 161 AC

Impérios Helenísticos



Antiochos I da Síria, 280-261 AC



Antiochos IV da Síria, 175-164 AC



Seleukos VI, 95-94 AC

Impérios Helenísticos - Egito



Ptolemeu I, com retrato de Alexander the Great, 323-305 AC



Ptolemeu II, Tetradrachm



Ptolemeu I, 305-285 AC, Hemidrachm



Ptolemeu I and Bereneike I, Ptolemeu II e Arsinoe II, Oktadrachm

Impérios Helenísticos



Antimachos I da Baktria, 174-165 AC



Eukratides I da Baktria, 171-145 AC



Mithridates I da Parthia, 171-138 AC





PARTHIA, 1ST CENTURY BCE



Coins in British Museum Collection of CNG

IMPÉRIO ROMANO 100 DC



República Romana – Primeiras moedas fundidas - AE Graves



Itália Central, 280-280 AC. AE Aes Grave Semis



Apulia, Luceria, depois de 220 AC. AE Aes Grave As



Rome, ca. 280-275 AC. AE Aes Grave Semis



Rome, 240-225 AC. AE Aes Grave Uncia



Umbria (?) Aes Grave Sextans, ca. 268 AC

Tabela de equivalência das Moedas Republicanas

Bronze - Valores entre os séculos IV-III AC

Denominação	Marca	Valor em ases	Valor em Unciae	Peso em gramas
As (ōrak)	I	1	12	327
Semis	S	1/2	6	163,7
Triens	—	1/3	4	109,4
Quadrans	—	1/4	3	81,8
Sextans	—	1/6	2	54,2
Uncle	—	1/12	1	27

Prata - Valores no século III a.C

Denominação	Marca	Valor em ases	V. em sestertius	Peso em gramas
Denarius	X	10	4	4,54
Quinarius	V	5	2	2,27
Sestertius	III	2,5	1	1,13

Prata - Valores entre os séculos II-I a.C

Denominação	Marca	Valor em ases	Valor em sestertius	Peso em gramas
Denarius	XVI	16	4	3,90
Quinarius	Q	8	2	1,95
Sestertius (teórico)	III	4	1	0,9

República Romana – criação do Denário 211 AC



L. Marcius Philippus, 56 AC



Comemorativo das vitórias de Pompeu



Comemorativo da vitória de Sulla sobre Jughurta (rei da Numídia) e Bocchus (rei da Mauretania)



C. Memmius C. f. Imperator 56 AC

República Romana - denários



M Junius Brutus, L Junius Brutus,
Consul 54 AC



Aulus Postumius Albinus Cos 48 AC



L Junius Brutus e C Servilius Ahala 54 AC



Pompeius Magnus (moeda de seu
filho Sextus Pompeius in 42 AC)

República Romana - denários



Julio Cesar 44 AC (?)



Brutus Denarius (Eid Mar)
"Comemorativo" do assassinato
de Julio Cesar



Julio Cesar, póstumo



Marcus Antonius, ca. 43 AC

República Romana



Vercingetorix, comandante da Gallia, no único denário romano dedicado a um inimigo



Sextus Pompeius, no reverso seu pai Pompeius Magnus e seu irmão Pompeius Junior (42 AC)



Cleopatra VII, rainha do Egito, amante de Cesar e mãe de seu filho Caesarion (moeda do Egito)



Q Labienus Parthicus Imperator, 40 AC

República Romana – seu final (27 AC)



Marcus and Lucius Antonius (seu irmão), 41 AC



Marcus Antonius & Cleopatra um pouco antes da batalha de Actium 34-32 AC



Octavian para seu general Agrippa, 38 AC, Gallia.

Império Romano – Legendas nas Moedas



Denominações de Augustus até o final do séc. III DC



Double Aureus



Aureus = 25 denari



Half Aureus (quinarus) = 12.5 denari



Sestertius = 3 denari

Prata boa



Cobre com
traços de prata



Antoninianus = 2 denari
(Imperador usando coroa radiada)



Denarius = 16 asses



Half Denarius (quinarus) = 8 asses

Denominações de Augustus até o final do séc. III DC



Double Sesterius = 8 asses
(coroa radiada)



As



Dupondius = 2 asses
(coroa radiada)



Semis = 1/2 As



Sesterius = 4 asses



Quadrans = 1/4 As

Tabela de equivalência de Augustus ao final do séc.III

Denominação	Valor em denarius	Valor em ases	Valor em sestertius	Peso em gramas
Aureus (ouro)	25	400	100	7,7
Quinarius (ouro)	12,5	200	50	3,8
Antoninianus (prata)	2	32	8	5,45
Denarius (prata)	1	16	4	3,9
Quinarius (prata)	2	8	2	1,95
Sestertius (bronze)	1/4	4	1	54,5
Dupondius (bronze)	1/8	2	1/2	27,2
As (cobre)	1/16	1	1/4	13,6
Semis (bronze)	1/32	1/2	1/8	6,8
Quadrans (cobre)	1/64	1/4	1/16	3,4

Denominações no séc. IV DC



Solidus (depois de 312 DC)



Argentaeus



Milarense



Semissis



Siliqua



Tremissis



Half Siliqua

Denominações no séc. IV DC



Follis



Doubleaetrona



AE1



Follis (reduzido)



AE2



Aetrona



AE3



Bronze radiado tardio



1/4 centenionalis



AE4

Tabela de equivalência com a reforma de Diocleciano

Denominação	Valor em argenteus	Valor em denarius	Valor em follis	Peso em gramas
Aureus (ouro)	24	600	120	5,45
Argenteus (prata)	1	25	5	3,41
Follis (bronze)	1/5	5	1	10,5
Antoninianus (prata baixa)	2/25	2	2/5	3,5
Denarius (prata baixa)	1/25	1	1/5	1,5
Quinarius (prata baixa)	1/50	1/2	1/10	0,25

Tabela de equivalência com a reforma de Constantino I

Denominação	Valor em miliarenses	Valor em siliquae	Peso em gramas
Solidus (ouro)	18	24	4,54
Semissis (ouro)	9	12	2,27
Miliarensis (prata)	1	1,3	4,5
Siliquae (prata)	3/4	1	0,8
Pequenas moedas de bronze (diferenciadas pelo diâmetro do módulo)			
AE1 (Centenionalis) = 25 mm			
AE2 (follis) = 21 mm			
AE3 = 17 mm			
AE4 = menos de 17 mm			

IMPÉRIO ROMANO



Augustus aureus (IMP X)



Tiberius (14 - 37 DC)



Augustus (Octavianus) (27 AC-14 DC)



Germanicus (died 19 DC)



Calix Caesar



Caligula (37-41 DC)

IMPÉRIO ROMANO



Claudius (41 - 54 DC)



Nero (54-68 DC)



Titus (79-81 DC)



Nero (54-68 DC)



Domitianus (81-96 DC)

IMPÉRIO ROMANO



Nerva (96-98 DC)



Trajanus (98-117 DC)



Hadrianus (117-138 DC)



Antoninus Pius e Marcus Aurelius,
seu filho adotivo



Commodus (177-192 DC)



Clodius Albinus (195-197 DC)

IMPÉRIO ROMANO



Caracalla (210-217 DC)



Severus Alexander (222-235 DC)



Gordianus II Africanus (238 DC)



Gordianus III (238-244 DC)



Philippus I (244-249 DC)



Trajanus Decius (249-251 DC)

IMPÉRIO ROMANO



Volusianus (251-253 DC)



Gallienus (253-268 DC)



Postumus (259-268 DC)



Tetricus II (270-273 DC),



Numerianus (269-264 DC)



Carausius (287-293 DC), Diocletianus (284-305 DC),
Maximianus (286-305 DC)

IMPÉRIO ROMANO



Diocletianus (284-305 DC)



Maximianus I Herculis (286-310 DC)



Severus II (306-307 DC)



Licinius II, Solidus



Constantinus I, o Grande
(307-337 DC)



Constantius II, filho de Constantino o Grande
(Caesar 324-337, Augustus 337-361 DC)

IMPÉRIO ROMANO



Julianus II Apostata (360-363 DC)



Gratianus (367-383 DC), Solidus



Theodosius I, Siliqua
(379-395 DC)



Arcadius (383-408 DC), Eastern Empire



Jovinus (411-413 DC), Western Empire



Constantius II (312 DC),
Western Empire, Gaul, Half-siliqua

IMPÉRIO ROMANO



Marcianus (450-457 DC)
Eastern Empire, Siliqua



Petronius Maximus, 455 DC,
Western Empire



Leo I (457-474 DC), Eastern
Empire, Miliarense



Leo II and Zeno (474 DC),
Eastern Empire



Julius Nepos (480 DC)



Romulus Augustus, called Augustulus,
475/476 DC, Solidus

Império Romano - Personificações Alegóricas e Deuses



Annona



Diana



Felicitas Saeculi



Fortuna



Hércules



Iovi (Jupiter)



Iuno Regina



Janus



Mars Ultor



Pietas



Pudicitia



Roma



Venus



Victoria



Virtus Augusti

IMPÉRIO ROMANO – As mulheres do império



Agrippina I, filha de Agrippa e esposa de Germanicus, morta 33 DC



Sabina, esposa de Hadrianus, morta 137 DC



Didia Clara, filha de Didius Iulianus, 193 DC



Domitia, esposa de Domitianus



Faustina I, esposa de Antoninus Pius, 141 DC



Plautilla, esposa de Caracalla, assassinada 211 DC



Melodia, filha de Marciana



Lucilla, filha de Marcus Aurelius e esposa de Lucius Verus, assassinada 182 DC



Otacilia Severa, esposa de Philippus I



Exposição - Saab Scania do Brasil

A Sociedade Numismática Brasileira efetuou uma exposição nas instalações da SAAB SCANIA DO BRASIL, em São Bernardo do Campo, SP, no mês de setembro p.p., fazendo parte da comemoração da Semana da Pátria, cujo tema foi “Os Padrões Monetários Brasileiros”. Seguem abaixo fotos da exposição:





Entrega de Diplomas - Associados Remidos

A SNB parabeniza os associados que receberam o Diploma de Remido durante o encontro especial do dia 11 de setembro p.p.:

*Arthur Victor Lerner (esq.), e
Vice-Presidente Claudio Angelini.*



*Henrique Goldenberg (dir.), e
Diretor José Alberto Borges da Cruz.*

*Sra. Dinah do Canto R. Garner, e
Diretor Fábio de Souza.*



*Braz Ferrari Lomonaco (dir.), e
Diretor Marcelo Germinário.*